



**ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DA
FIGUEIRA DA FOZ**

**ATA N.º 3 /2016
SESSÃO ORDINÁRIA
DE 29-04-2016**

“Nos termos do art.º 56.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, as atas são publicitadas na íntegra, mediante edital afixado durante 5 dos 10 dias subsequentes à sua aprovação, tendo em vista garantir a publicidade necessária à eficácia externa das decisões”.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Ata nº 3 da Sessão Ordinária de 29-04-2016

LOCAL - Sala das Sessões dos Paços do Município-----

DATA -29 de abril de 2016-----

INICIO - Quinze horas e trinta e um minutos-----

A sessão iniciou-se com a presença de:-----

PRESIDENTE - José Duarte Pereira..... PS

1º SECRETÁRIO - Adelino da Costa Pinto..... PS

2ª SECRETÁRIA - Mafalda Sofia Mendes Azenha Paiva..... PS

MEMBROS - Mário João Menezes Paiva PS

José Manuel Pereira da Costa SOMOS FIGUEIRA

Ana Margarida Pinto da Cunha PS

Ana Elisabete Laborda Oliveira SOMOS FIGUEIRA

Francisco Nuno Costa de Melo Biscaia PS

Fausto Fernando Santos Loureiro PS

João Gomes Lopes SOMOS FIGUEIRA

Silvina da Silva Fonseca Anadio de Queiroz CDU

Lúis Manuel Mendes Ribeiro PS

Teotónio Paulo de Jesus Cavaco SOMOS FIGUEIRA

Ana Raquel Mendes Correia..... PS

Vânia Isabel Duarte Batista SOMOS FIGUEIRA

João Filipe Carronda da Silva Antunes PS

José Augusto Fernandes Mateus PS

Carlos Manuel da Silva Rabadão SOMOS FIGUEIRA

Maria Adelaide Gaspar Gonçalves CDU

Maria Isabel Cardoso Guardão Tavares PS

Mário da Silva Esteves SOMOS FIGUEIRA

Manuel da Silva Caiano PS

Maria Isabel Gaspar Ferreira de Sousa SOMOS FIGUEIRA

João Paulo Águas Tomé Ferreira dos Santos BE

Natália Jerónimo Pires..... SOMOS FIGUEIRA

Mário Alberto Gomes Oliveira..... CDU

Nuno Miguel Garcia Carvalho..... SOMOS FIGUEIRA

PRESIDENTES DE JUNTAS DE FREGUESIA

(Alhadas) Jorge Manuel Bugalho da Silva PS

(Alqueidão) Luís Miguel Martins Bento PS

(Bom Sucesso) Mário Fajardo Acúrcio INDEPENDENTE



(Buarcos)	José Manuel Matias Tavares	PS
(Ferreira-a-Nova)	Susana Maria Rodrigues Oliveira Monteiro	PS
(Lavos)	José Elísio Ferreira de Oliveira	INDEPENDENTE
(Maiorca)	Filipe Humberto Mateus Dias	SOMOS FIGUEIRA
(Marinha das Ondas)	Manuel da Conceição Rodrigues Nada	PS
(Moinhos da Gândara)	Paulo Manuel Querido Rodrigues	SOMOS FIGUEIRA
(Paião)	João Paulo Gonçalves Pinto	PS
(Quiaios)	Carlos Alberto Ribeiro Patrão	PS
(São Pedro)	António Manuel dos Santos Salgueiro	PS
(Tavarede)	Victor Manuel dos Santos Madaleno	PS
(Vila Verde)	Vitor Manuel Gonçalves Alemão	PS

Após verificação do quórum, deu-se início à sessão.-----

SUBSTITUIÇÕES

Fernando Miguel Gonçalves Pereira por Manuel da Silva Caiano, Maria Fernanda Marques Lorigo por Carlos Alberto Ribeiro Patrão-----

JUSTIFICAÇÃO DE FALTAS

Fernando Miguel Gonçalves Pereira e Maria Fernanda Marques Lorigo.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA: "Informo todos os presentes que o Presidente da Câmara Municipal chegará mais tarde a esta sessão, porquanto, foi convocado, em cima da hora, para uma reunião tendo em vista a criação do grupo de trabalho que irá analisar as condições da barra da Figueira da Foz."-----

A - PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

1.1 - APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DE 29 DE FEVEREIRO DE 2016

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA: "Coloco à votação a aprovação da ata da sessão ordinária de 29 de fevereiro de 2016.-----

A Assembleia Municipal, encontrando-se ausentes os membros do Partido Socialista, Mário Menezes Paiva, Luis Mendes Ribeiro, José Augusto Mateus, Jorge Bugalho Silva, Luis Miguel Bento, José Matias Tavares, Susana Oliveira Monteiro, Vitor Santos Madaleno e Vitor Gonçalves Alemão, e do Bloco de Esquerda, João Paulo Tomé, deliberou, por maioria, com vinte e quatro votos a favor dos membros do Partido Socialista, Coligação Somos Figueira, Coligação Democrática Unitária e dos Presidentes das Juntas de Freguesia de Bom Sucesso e de Lavos, sete abstenções dos membros do Partido Socialista João Filipe Carronda e Carlos Alberto Patrão, da Coligação Somos Figueira Nuno Miguel Carvalho, João Gomes Lopes, Carlos Manuel



Rabadão, e Mário Silva Esteves, da Coligação Democrática Unitária, Silvina Anadio Queiroz, por não terem estado presentes na mesma, e sem votos contra, aprovar a ata da sessão ordinária da Assembleia Municipal de 29 de fevereiro de 2016.-----

Deliberação aprovada em minuta.-----

SILVINA ANADIO QUEIROZ apresentou a seguinte declaração de voto: "Embora não tenha estado presente na sessão da Assembleia Municipal de 29 de fevereiro último, onde fui substituída por Vitor Juvenal Gomes, dada a inteira confiança que tenho nos meus parceiros do grupo municipal, mesmo não tendo assistido aos trabalhos manifesto a minha concordância à presente ata."-----

1.2 - LEITURA DO EXPEDIENTE E PRESTAÇÃO DE ESCLARECIMENTOS

SEGUNDO SECRETÁRIO deu nota de todo o expediente e correspondência recebida, designadamente:-----

"- Convites de diversas coletividades para os respetivos aniversários e eventos por elas promovidos, onde a Assembleia Municipal se fez representar.-----

- Convites do Presidente da Câmara para:-----

- as comemorações do 151.º Aniversário do Corpo de Bombeiros Municipais da Figueira da Foz-----

- o espetáculo "STOMP", no Centro de Artes e Espetáculos-----

- a Sessão Pública de Apresentação da 2ª edição do Orçamento Participativo-----

- Um convite conjunto do Presidente da Câmara e do Presidente do Conselho Diretivo da Administração Regional de Saúde do Centro, I.P., para a cerimónia de assinatura de um Contrato-Programa entre esta entidade e o Município da Figueira da Foz, tendo em vista a cooperação técnica e financeira para a construção e equipamento da Unidade de Saúde das Alhadass-----

- Um convite conjunto dos Presidentes da Câmara Municipal e da Junta de Freguesia de Marinha das Ondas para a inauguração do "Centro Escolar da Marinha das Ondas"

- Um convite da Guarda Nacional Republicana para a recriação da "Via Sacra, Paixão e Morte de Cristo"-----

- Um convite da Sociedade Boa União Alhadense para o XIV Encontro de Orquestras Ligeiras-----

- Um convite da Associação Bodyboard Foz do Mondego para a conferência de imprensa da primeira etapa do Circuito Nacional de Bodyboard Open 2016-----

- Um convite da Junta de Freguesia de Ferreira-a-Nova para a comemoração do Dia da Freguesia-----

- Um convite da Associação Figueira com Sabor a Mar para a Conferência de Imprensa



de apresentação das Semanas Gastronómicas 2016-----

- Um convite da Associação Musical União Filarmónica Maiorquense-UFM para as Comemorações do 3º. Aniversário do Rancho Infantil de Maiorca-----
- Um convite da Junta de Freguesia de Buarcos e São Julião para a Feira Medieval Infante D. Pedro-----
- Um convite de um grupo de amigos do Pintor Mário Silva para o Concerto de Páscoa "Tributo ao Mestre Mário Silva" pela Banda do Exército, Destacamento do Porto---
- Um convite da Junta de Freguesia de Alqueidão para as comemorações do 88.º aniversário da Criação da Freguesia-----
- Um convite da Junta de Freguesia de Ferreira-a-Nova para a comemoração do 25 de Abril-----
- Um convite da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens da Figueira da Foz para um WORKSHOP subordinado ao tema "A Intervenção com Crianças e Jovens expostos à violência interparental"-----
- Um convite da Polícia de Segurança Pública de Coimbra para a Cerimónia Policial comemorativa do 138º aniversário do Comando Distrital de Coimbra, no Centro de Artes e Espetáculos-----
- Um convite do Grupo Caras Direitas - Associação de Ação Social, Cultura e Desporto - Instituição Particular de Solidariedade Social, para as comemorações do aniversário do Rancho das Cantarinhas de Buarcos-----
- Um convite do Grupo Parlamentar Os Verdes para uma Audição Pública Parlamentar sobre "Políticas públicas para a promoção de uma floresta sustentável, alicerçada na diversidade florestal e nas espécies autóctones"-----
- Um convite da Sociedade Artística Musical Carvalhense para as comemorações do seu 129º Aniversário-----
- Um convite da Polícia de Segurança Pública de Coimbra para o concerto da Banda Sinfónica da Polícia de Segurança Pública, no Centro de Artes e Espetáculos-----
- Um convite da Junta de Freguesia de Maiorca para as comemorações do 25 de abril
- Um convite da Associação Figueira Sabor a Mar para a conferência de imprensa de apresentação da 2ª. Edição da Feira de Sabores Terra e Mar-----

Relativamente à Moção «Pela justiça na tributação do Imposto Municipal sobre Imóveis», aprovada em sede de sessão da Assembleia Municipal de 29 de fevereiro último, acusaram a sua receção o Primeiro Ministro, o Presidente da Assembleia da República, e os Grupos Parlamentares do CDS - Partido Popular e do Partido Comunista Portugêses."-----



A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

2. - INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA: "A Mesa da Assembleia Municipal recebeu uma inscrição, para este período de intervenção do público, e assim sendo, dou a palavra ao munícipe António José Jesus Agostinho."-----

ANTÓNIO JOSÉ JESUS AGOSTINHO: "Vou falar da Cova Gala e de um assunto que a tem agitado muito nos últimos dias. Lamento o facto do Presidente da Câmara Municipal ou o Vereador titular do Pelouro da Saúde não estarem presentes nesta sala, pois gostaria de olhar diretamente nos seus olhos durante esta minha intervenção. Por isso, solicito aos Vereadores Carlos Monteiro e Ana Carvalho Oliveira o favor de transmitir o meu recado ao Presidente do Município."-----

Como sabem, o Centro de Saúde de São Pedro, a funcionar desde 1959, já teve o seu fim anunciado e o encerramento formalizado. Neste momento, ao contrário das notícias veiculadas pela comunicação social, não existem em cima da mesa quaisquer garantias da sua continuidade em funcionamento num futuro próximo.-----
Por este me ser um assunto muito caro, vou contar aqui a história recuando a antes de 13 de abril de 2014.-----

O Município da Figueira da Foz, em parceria com a Junta de Freguesia de Lavos, preparou a candidatura para a construção do Centro de Saúde de Lavos. Portanto, quem está no epicentro de todo este problema é a Câmara Municipal da Figueira da Foz, daí eu ter demonstrado vontade de ter aqui presente o seu Presidente, João Ataíde.-----

A estrutura de saúde de Lavos está sobredimensionada para o núcleo populacional da freguesia de Lavos. Em 13 de abril de 2014, algumas pessoas assistiram em Santa Luzia à cerimónia do lançamento da primeira pedra do Centro de Saúde de Lavos. Tive conhecimento nessa altura, porque estou atento aos jornais, que estaria dotado com sete gabinetes, agora são nove, para médicos, dois gabinetes de enfermagem, duas salas de espera, uma unidade técnica de grande capacidade e várias estruturas de apoio.-----

Segundo afirmações de António Albuquerque, Engenheiro desta Câmara Municipal, o Centro de Saúde de Lavos não estaria dimensionado para a população a servir, os 5 200 habitantes da Freguesia, estando projetado para cerca de 10 500 pessoas.--

Todavia, esta estrutura de saúde está projetada para 12 ou 13.000 utentes.-----

Como Covagalense fiquei de pé atrás e preocupado.-----

A 19 de outubro de 2014, como todos sabemos, na sequência de eleições intercalares,



António Santos Salgueiro, integrando uma lista Partido Socialista, foi eleito Presidente da Junta de Freguesia de São Pedro, onde já era autarca há muitos anos. Uma das várias promessas da sua campanha eleitoral foi a garantia de que o Posto Médico de São Pedro não iria encerrar.-----

No passado dia 15 deste mês, realizou-se uma sessão ordinária da assembleia de Freguesia de São Pedro para se discutir o ponto da situação do Centro de Saúde de São Pedro, tendo o Presidente da Junta de Freguesia António Santos Salgueiro garantido à população a sua manutenção em funcionamento.-----

Passou-se o fim de semana e logo na segunda-feira, dia 18 de abril, tive conhecimento que no dia seguinte iria ser afixado um Aviso sobre o encerramento do Posto de Saúde. E isso aconteceu mesmo.-----

Como tenho um espaço na internet divulguei publicamente o assunto. As pessoas preocuparam-se, a população agitou-se, as partilhas no facebook foram muitas, e a inquietação e alarme social instalaram-se.-----

De facto, no dia 19 de abril, tal como eu tinha dito por antecipação, a notícia já era oficial e confirmava-se infelizmente o pior. Foi afixado na porta principal do Posto Médico um simples comunicado anunciando o encerramento no final do mês de abril do Posto de Saúde da Cova e Gala. A partir do dia 02 de maio os médicos em serviço numa estrutura existente desde 1959, atualmente não em funcionais e modelares instalações é verdade, iriam para Lavos levando consigo os respetivos doentes.-----

O mais grave foi a forma como os Covagalenses foram tratados. Assim, sem uma palavra, atenção, ou justificação, friamente através de um simples e anónimo papel assinado por não sei quem.-----

O Presidente da Junta de Freguesia de São Pedro sentindo-se atraído pelo Partido Socialista da Figueira da Foz, enviou uma mensagem, via SMS, a vários autarcas manifestando desgosto e desencanto, e ameaçando com a sua demissão e da sua equipa. No dia 20 de abril, o Diário de Coimbra confirmava as minhas palavras publicadas dois dias antes no blogue «Outra Margem», noticiando: «O presidente da Junta de Freguesia, que ainda no passado dia 15 garantiu na Assembleia de Freguesia, realizada nessa data, que o Posto Médico se iria manter aberto, não descarta a hipótese de se demitir...»-----

Seguiu-se a convocação de uma sessão extraordinária da Assembleia de Freguesia de São Pedro para o dia 21 de abril, pelas 21,00 horas, no Desportivo Clube Marítimo da Gala, plenamente participada pelos cidadãos. Também compareci, na esperança de



ver aparecer alguém da Câmara Municipal da Figueira da Foz para prestar um esclarecimento, ou dar uma palavra de conforto ou de solidariedade. Porém, a Câmara Municipal não se fez representar...-----

Entretanto, a pressão popular levou à marcação de uma reunião para o dia 25 de Abril entre a Câmara Municipal, a autarquia de São Pedro, e o Agrupamento de Centros de Saúde do Baixo Mondego, representado pelo seu diretor executivo António Morais. Esta reunião foi alargada à Junta de Freguesia da Marinha das Ondas. Infelizmente, como todos sabemos, nada de conclusivo resultou, ao contrário do noticiado pelos órgãos de comunicação social.-----

Neste momento não há nada de concreto sobre o encerramento do Centro de Saúde de São Pedro.-----

Na quarta-feira passada, dia 27 de abril, os autarcas de São Pedro organizaram uma sessão de esclarecimentos, onde o presidente da junta leu excertos das notícias publicadas no Diário de Coimbra, As Beiras e A Voz da Figueira, resultantes das declarações prestadas aos jornalistas no final da reunião do dia 25 de Abril - um dia simbólico, por sinal, a ser respeitado por quem anda na vida pública e na política.-----

Todos sabemos, dessa reunião não saíram conclusões definitivas, pois a meu ver, apenas serviu para passar uma mensagem de acalmia à população, e mal a malta baixe a guarda leva com o golpe.-----

Ontem foi afixado um novo comunicado na porta principal do Centro de Saúde de São Pedro do seguinte teor: «Informam-se os utentes que a 02 de maio, os serviços nesta extensão da Cova Gala continuam assegurados diariamente nos períodos da manhã de segunda a sexta-feira, por todos os profissionais em atividade. Visando assegurar a melhor resposta com qualidade aos cidadãos, as Consultas de Saúde Infantil, Saúde Materna e Planeamento Familiar, realizam-se nos períodos habituais (2.ª, 3.ª e 5.ª no período da tarde) na Extensão de Lavos. Assinado António Morais».-----

Recordo as palavras do Diretor Executivo do Agrupamento de Centros de Saúde do Baixo Mondego, proferidas no dia 02 de Março de 2015 no decurso de uma visita ao andamento das obras do Centro de Saúde de Lavos, afirmando que este se encontrava dimensionado para 12 a 13 mil utentes, e com menos de 8 a 9 mil não seria rentabilizado.-----

Isto é o primeiro passo para o encerramento do Centro Médico da Cova Gala.-----
Ontem na Marinha das Ondas ocorreu uma manifestação popular em defesa do Centro



de Saúde daquela freguesia.-----
Olhos nos olhos, gostaria de ouvir da boca do Executivo Municipal se o Posto Médico da Cova Gala vai ou não encerrar.-----

Porque como cidadão tenho esse direito, gostava também de conhecer e perceber qual a estratégia em termos de política de saúde definida pela Câmara Municipal da Figueira da Foz para o Concelho.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Vereador Carlos Monteiro.-----

VEREADOR CARLOS MONTEIRO: “Um pequeno parêntesis para justificar a ausência do Presidente da Câmara Municipal. Ele só não está presente porque foi convocado de urgência para uma reunião da maior pertinência para o Concelho, sobre a barra da Figueira da Foz, um assunto relevante na vida da nossa comunidade piscatória, e importante para se evitarem algumas situações vividas no nosso passado recente e ainda bem presentes na nossa memória. Por isso, não vale a pena entrar-se por esse caminho porque não é normal, não é costume, o Presidente da Câmara Municipal comparece a todas as sessões desta Assembleia Municipal, e a situação de hoje está por demais justificada.-----

Agradeço ao munícipe António Jesus Agostinho e aos munícipes presentes esta preocupação pelas questões do Concelho. É deveras importante a colaboração entre as populações, os seus autarcas, e o Executivo Municipal, na perspetiva de melhorar as condições de vida dos cidadãos do Concelho da Figueira da Foz. O meu agradecimento pela vossa vinda aqui.-----

Um reconhecimento aos Presidentes de Junta, os quais de um modo geral têm tido uma postura de grande abertura ao ouvir as populações, envolvendo-as nestes problemas, mantendo-as informadas sobre as questões hoje em cima da mesa. É também um exercício da cidadania a ser seguido por todos, e que eu, em nome da Câmara Municipal, reconheço e agradeço.-----

Quanto ao assunto colocado pelo munícipe António Jesus Agostinho tentarei clarificar umas situações, abordando dois aspetos.-----

Primeiro, o planeamento da construção do Centro de Saúde de Lavos e das Alhadas é anterior a 2009. Quando o atual executivo municipal tomou posse em 2009, eles já estavam previstos. Isto é factual.-----

Segundo, o Município da Figueira da Foz ajudou a construir, tal como algumas Juntas de Freguesia o fizeram, nomeadamente a de Santana, unidades de saúde na sua perspetiva importantes para melhorar os cuidados de saúde primários. Tal como tem feito com escolas e como continuará a fazer.-----



Depois, nem o Presidente da Junta de Freguesia de São Pedro nem qualquer outro Presidente de Junta se pode sentir atraído, porque a Câmara esteve sempre a acompanhar o processo e eles estiveram sempre presentes. Isto é, a Câmara Municipal esteve sempre solidária e a acompanhar os processos com os Presidentes de Junta, nesta e noutras situações.-----

Por um lado, nunca foi dito à Câmara Municipal que algum Centro de Saúde iria encerrar, e por outro, o planeamento da Rede de Cuidados de Saúde do Concelho não é da responsabilidade da Câmara Municipal. Esta apenas tem colaborado no melhoramento das infraestruturas e, em situações pontuais, e bem do meu ponto de vista, na melhoria do transporte a quem necessita, nomeadamente, através de Acordos e Protocolos celebrados com as Delegações da Cruz Vermelha Portuguesa.-----

Entendo a preocupação do munícipe António Jesus Agostinho e de todos os presentes nesta sala, por isso mal nos foi transmitido o problema marcou-se desde logo uma reunião com o responsável do Agrupamento de Centros de Saúde do Baixo Mondego e os Presidentes de Junta envolvidos no processo, para perceber o que estaria em causa.-----

Não estive presente nessa reunião, mas tanto quanto sei, as palavras do representante do Agrupamento de Centros de Saúde do Baixo Mondego, Dr. António Morais, tranquilizaram os Presidentes de Junta convocados para a mesma.-----

O Município tem de e deve-se preocupar com manter o acordado nessa reunião. Quanto ao resto, a Câmara Municipal da Figueira da Foz não se pode pronunciar, assegurando apenas tudo fazer para que as populações do Concelho, desde a Borda do Campo até ao Bom Sucesso, tenham os melhores cuidados de saúde primária. Aliás, como tem vindo a fazer até agora, utilizando muitas das vezes parte do Orçamento municipal para investir em infraestruturas quer da educação quer de ensino.-----

Sobre este assunto tudo o que se possa dizer mais, é mera especulação.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado Teotónio Jesus Cavaco.-----

TEOTÓNIO JESUS CAVACO: “Antes de mais, gostaria de manifestar o profundo sentimento de alguma incredulidade deste grupo municipal em relação à ausência do Presidente da Câmara nesta sessão. Na minha opinião é uma atitude inqualificável, pois nos termos do Regimento desta Assembleia Municipal o Presidente tem de estar presente nas sessões.-----

O Presidente da Câmara não apresentou uma justificação cabal, e não obstante todo o respeito sentido pela comunidade piscatória, a Assembleia Municipal reúne-se de três em três meses, e portanto, este grupo municipal não percebe como uma reunião



por muito importante que seja, se pode sobrepor à Assembleia Municipal. Esta Assembleia Municipal é o resultado da eleição do povo. A comunidade piscatória não tem qualquer representatividade superior à Assembleia Municipal. Se o Presidente da Câmara queria faltar, não sei se se queria esquivar porque já sabia de alguma coisa que ira passar-se, deveria ter justificado a sua ausência.-----
Mas, curiosamente o Vice-Presidente da Câmara Municipal da Figueira da Foz também não está presente, e também não justificou a sua ausência.-----
Não sei as razões destas ausências, mas de facto é inqualificável a falta de respeito do Presidente da Câmara e do seu Vice-Presidente em relação a uma parte importante das sessões da Assembleia Municipal - o período de intervenção do público. Pretende-se a participação do público na vida autárquica, todavia, quando este aparece não está ninguém para o ouvir.-----
No tocante às supostas explicações e respostas dadas ao munícipe António Jesus Agostinho, de facto, este grupo municipal ficou sem perceber muita coisa.-----
Na inauguração do Centro de Saúde de Lavos, o Presidente da Câmara afirmou, e passo a citar «que só uma participação municipal acrescida e simultaneamente operativa ao nível de planeamento da Rede de Equipamentos de Saúde e definição das políticas e ações de saúde pública, poderá contribuir para uma melhor oferta e para a satisfação das necessidades locais». Ora, não se podem dizer estas coisas quando se vai inaugurar uma obra e, depois, afirmar rigorosamente o seu contrário quando afinal se conclui não ter havido esse planeamento, ou se constata que a Câmara Municipal não é tida nem achada na Reorganização da Rede dos Cuidados Primários de Saúde.-----
Este grupo municipal pretende saber se a Câmara Municipal é parte integrante no planeamento, ou se anda a reboque das decisões do Agrupamento de Centros de Saúde do Baixo Mondego? Quem é o Agrupamento de Centros de Saúde do Baixo Mondego? Quem é esta entidade que se pressupõe acima dos interesses daqueles a quem deve servir? Gostaríamos de ouvir o Presidente da Câmara Municipal responder a estas questões. Já se sabia de antemão que a inauguração do Centro de Saúde de Lavos ia obrigar a uma reorganização dos cuidados de saúde primários na Zona Sul do Concelho? E agora quando se inaugurar o Centro de Saúde de Alhadas também irá implicar uma reordenação dos cuidados de saúde na Zona Norte do Concelho?-----
Este grupo municipal fica a aguardar os esclarecimentos para perceber qual é a relação e o efetivo poder da Câmara Municipal da Figueira da Foz nesta matéria.”

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA: “Nos termos do Regimento deste órgão deliberativo, o



municípe inscrito para usar da palavra, apresentará o assunto, e solicitará os esclarecimentos que entender. A Mesa, qualquer membro da Assembleia Municipal ou os membros da Câmara responderão às dúvidas e perguntas suscitadas, ou se tal não for possível, o cidadão será posteriormente esclarecido por escrito.-----

O municípe António Jesus Agostinho ao fazer a sua inscrição não especificou os assuntos a abordar, limitando-se a afirmar pretender fazer «um pedido de esclarecimento, um protesto e uma sugestão».-----

Quanto aos cidadãos presentes são sempre bem vindos às sessões deste órgão autárquico, mas não podem manifestar-se, sob pena de eu ter de lhes pedir para se retirarem.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: “Peço desculpa à Assembleia Municipal pelo facto de ter chegado atrasado. Não está aqui em causa querer fugir a qualquer tipo de responsabilidade. Não o é seguramente.-----

Estou pronto para prestar os esclarecimentos necessários, e pedia apenas me repetissem as questões, assim o Presidente da Assembleia Municipal o permita.---

Existem vários assuntos pendentes, entre eles este Grupo de Trabalho para defesa do Porto da Figueira da Foz. A comunidade piscatória convocou-me hoje para uma reunião, porque segunda-feira, pelas 10,00 horas, teremos de estar em Lisboa. Foi uma reunião convocada com carácter de urgência, dei nota disso ao Presidente da Assembleia Municipal, e informei-o ir chegar um pouco mais tarde, mas como sempre disponível para qualquer esclarecimento sobre os assuntos da área do Município.”

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada Ana Laborda Oliveira.-----

ANA LABORDA OLIVEIRA: “Agradeço ao municípe António Jesus Agostinho a intervenção sobre um assunto tão na ordem do dia, e as preocupações aqui deixadas, com as quais este grupo municipal se solidariza.-----

Receio o encerramento dos Postos de Saúde de São Pedro e de Marinha das Ondas, tal como aconteceu no passado aos Postos de Saúde da Costa de Lavos e da Leirosa. E tudo começa por se deslocar os médicos de saúde familiar para outro local, seguidos dos utentes com uma maior relação de proximidade com eles, depois verifica-se redução de utentes, e na sequência disso reduzem-se os horários de funcionamento, até ao encerramento total das unidades de saúde de proximidade.-----

Temo também uma estratégia idêntica à do Parque de Estacionamento do Hospital Distrital da Figueira da Foz, o qual fechou logo a seguir às eleições autárquicas. Portanto, a ver vamos o que vai acontecer. E veremos também se para estas



comunidades terem os Centros Escolares novos, não terão de perder as suas unidades de saúde.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado José Elísio Oliveira.-----

JOSÉ ELÍSIO OLIVEIRA: “Sobre a questão do Centro de Saúde de São Pedro eu gostava primeiro de fazer aqui umas pequenas correções à intervenção do cidadão António Jesus Agostinho.-----

Em primeiro lugar, o epicentro do Centro de Saúde de Lavos não está nem na Câmara Municipal nem na Junta de Freguesia de Lavos, está no Governo.-----

No âmbito da política de saúde e de reestruturação dos centros de saúde, foi o Governo a decidir pela concretização de três Centros de Saúde no Concelho da Figueira da Foz, um já existente na Zona Urbana, um no Norte a construir nas Alhadas, e o outro no Sul a construir em Lavos.-----

Esta decisão é velha, não é de agora, nem de ontem, nem do ano passado, nem de há dois anos.-----

Eu estava atento à vida nacional, como estou sempre, enquanto outros provavelmente estariam a dormir na forma, e como estava atento a Freguesia candidatou-se à construção do Centro de Saúde em Lavos, aliás, com toda a legitimidade.-----

Ou seja, esta é uma política do Governo, o Município colaborou e a Freguesia de Lavos também, e não foi com tão pouco como isso.-----

Em segundo lugar, Lavos tem efetivamente cerca de 5.200 habitantes. É fácil fazer as contas: se tem 3.750 eleitores e se estes são os cidadãos com mais de 18 anos, diz a lei que o número de habitantes se encontra multiplicando o número de eleitores por 1,5.-----

Depois, constato com espanto, embora na política já nada me espante, ao deputado municipal António Santos Salgueiro foi feita uma promessa pelo Partido Socialista da Figueira da Foz, a qual o ajudou a ganhar as eleições, e não lhe poderia ter sido feita este tipo de promessa. Não estou a inventar, isto foi referido pelo município António Jesus Agostinho durante a sua intervenção, tal como também referiu que agora o Presidente da Junta de Freguesia se sente atraído pelo Partido Socialista. O Partido Socialista não podia fazer essa promessa, enganou-o.-----

Também nada me move contra a atuação do Presidente da Junta de Freguesia de São Pedro e de Maiorca, nem contra as populações. Eles estão no seu direito de usar os meios legalmente ao seu alcance para lutar pelo melhor interesse das populações. Contra isso nada, e eu provavelmente faria o mesmo.-----

Porém, o Governo alterou a sua política de saúde segundo me apercebi ao ler as



notícias recentes dos jornais. Agora, os centros de saúde já não vão servir a Zona Norte nem a Zona Sul, e ir-se-ão manter todos os postos médicos existentes. Esta decisão peca por tardia, porque a ser conhecida mais cedo, ter-se-ia evitado gastar em Lavos quase 800 mil euros, bem como, inutilizar um terreno com 3.000 m², propriedade da Junta de Freguesia, e avaliado na altura em mais de 60 mil euros. Todos teremos de pagar o dinheiro gasto, embora a obra tenha sido comparticipada pela Comunidade Europeia. A esta mesma entidade irei colocar a questão do terreno, agora certamente ninguém vai ressarcir a Junta.-----

Bastou, portanto, uma multidão de 50 ou 60 pessoas das 3.500 que constituem a população de Marinha das Ondas, se ter manifestado, no Largo da Feira, e mais outras tantas em São Pedro, para alterar toda a política definida para a saúde. Mas até aqui tudo bem.-----

Todavia, uma outra questão terá de ser aqui hoje esclarecida.-----
Recebi ontem ou antes de ontem um convite para estar presente aqui na Câmara Municipal numa sessão pública de assinatura de um Protocolo entre o Município da Figueira da Foz e a Administração Regional de Saúde do Centro, I.P. para construção do Centro de Saúde das Alhadas.-----

Face a esta situação, em meu entender, a Câmara Municipal deve imediatamente parar o processo de construção do Centro de Saúde das Alhadas, para não se repetir a mesma situação de São Pedro, pois quando ele for inaugurado as populações de Maiorca, Ferreira-a-Nova e Moinhos da Gândara ir-se-ão manifestar contra a transferência dos seus doentes para as Alhadas, e logo se fará marcha atrás e os postos de saúde se irão manter. Não há necessidade de se gastar 01 milhão e tal de euros na construção deste Centro de Saúde. E a Câmara Municipal, numa política de boa gestão dos dinheiros públicos, deve, desde já, mandar parar o processo da construção do Centro de Saúde das Alhadas, evitando assim desperdiçar dinheiro público que tanta falta nos faz."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado Nuno Melo Biscaia.-----

NUNO MELO BISCAIA: "O deputado municipal Mário Menezes Paiva prescinde da sua intervenção.-----

O Presidente da Assembleia Municipal já me esclareceu, estamos ainda no Período de Intervenção do Público.-----

Após a intervenção do munícipe António Jesus Agostinho, de uma forma contundente, mas infeliz do ponto de vista deste grupo municipal, o deputado municipal Teotónio Jesus Cavaco acusou o Presidente da Câmara Municipal de estar a faltar sem



justificação a esta sessão, e isso ser inclusivamente, uma falta de respeito e um querer fugir aos problemas.-----

Eu não queria alimentar este tipo de situação, mas o deputado municipal devia respirar e pensar duas vezes antes de falar.-----

O deputado é novo nisto com certeza, mas deve saber que em política nem sempre o que parece é. E o senhor deputado se calhar às vezes precipita-se um bocadinho. Está aqui a comunicação social, é assim mesmo, mas a resposta está aqui «ecce homo».-----

O Presidente da Câmara disponibilizou-se a esclarecer o munícipe, portanto, estando este connosco, o Presidente da Assembleia Municipal decidirá se as explicações podem ser dadas agora ou à posteriori.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: “Em questões de carácter eu gosto de frontalidade. Não ouvi as intervenções produzidas antes da minha entrada nesta sala, e fiquei um pouco surpreendido das notas dadas pelos meus colegas, em relação a poder estar a fugir a qualquer coisa. Nunca fugi a nada, pelo contrário, daí agradecer me digam frontalmente as coisas.-----

Estive até agora numa reunião com os pescadores abordando também uma questão muito difícil, tendo-se conseguido acertar uma estratégia. A minha presença era absolutamente imprescindível, não a minha pessoa em si, mas aquilo que eu represento.-----

A questão do Centro de Saúde de Lavos, como já foi referido, faz parte da estratégia do XIX Governo Constitucional, depois acompanhada pelos outros Governos, e inclusive por este. Pretende-se aprofundar os cuidados primários de saúde e ter uma relação de maior proximidade com as pessoas.-----

Este processo iniciou-se em 1973, como é sabido, com a criação das extensões de saúde para satisfazer cuidados mínimos às populações. Com serviços de vacinação, poliomielite e outras enfermidades carecendo de ser debeladas. Assim continuou e prosseguiu e já em 1985, o Dr. António Arnaut, então Ministro da Saúde, lançou as Bases do Serviço Nacional de Saúde. Honra-nos hoje ter um dos melhores Serviços Nacionais de Saúde da Europa.-----

O Serviço Nacional de Saúde afere-se não só pelos meios disponíveis, mas também pela eficácia e eficiência na prestação de serviços, taxas de natalidade, longevidade, maleitas, doenças debeladas, etc., etc. E de facto, em termos estatísticos, estamos ao nível do que melhor se faz no Mundo.-----



Recentemente, surgiu uma proposta de descentralização das políticas de saúde. Eu sou a favor de todas as políticas de descentralização na base do princípio de subsidiariedade - faz quem melhor pode fazer. Aceito a maior parte das competências, porém, vejo com apreensão a delegação deste setor, porque existindo uma estratégia a funcionar bem, se se começar a desarticular o Serviço Nacional de Saúde em função deste ou de qualquer outro interesse, será uma boa maneira de o pôr em causa. Também com estes fundamentos, a generalidade das Comunidades Intermunicipais veem com alguma preocupação esta política de descentralização, por entenderem não se dever mexer naquilo que está a funcionar bem.-----

Em 2011, o XIX Governo projetava um forte investimento nas Unidades de Saúde Familiar, com o propósito de diminuir sensivelmente o tempo de espera dos utentes. As extensões de saúde não satisfaziam as carências dos doentes. As urgências para além de tornar o serviço de assistência extremamente dispendioso, por corresponder a uma afetação desproporcionada de meios/gravidade da doença, não acautelavam o sistema preventivo de acompanhamento permanente do doente, ou seja, este ocorreria só em cenários agudos, ou mediante marcação de consulta pelo utente.-----

Tendo em vista todos os cidadãos terem um médico de família, mapeou-se e definiu-se, nessa altura, onde deveriam ser instalados os centros de saúde, estabelecendo-se mais dois para a Figueira da Foz, tendo-nos sido proposto a sua instalação em Lavos e Alhadas.-----

Ponderado o interesse público, não tenho dúvidas nenhuma da imprescindibilidade destas unidades. Traduzem-se numa melhoria substancial do apoio ao cidadão e ao utente, em termos de meios de diagnóstico, acompanhamento e debelação de doenças, e prevenção, neste momento impossíveis de garantir por parte dos postos de saúde dada a falta de meios.-----

Aqui há uma economia de meios e de processos de diagnóstico. Eu quero ter um eletrocardiograma, os aparelhos necessários para fazer uma leitura adequada do meu estado de saúde, e nestes Centro de Saúde tenho-os.-----

O Centro de Saúde de Lavos, passível de se transformar numa Unidade de Saúde Familiar, é considerado uma das unidades exemplares da Região Centro, curiosamente e de forma louvável, criado e instalado pelo Governo apoiado pelo deputado municipal Teotónio Jesus Cavaco.-----

A questão subjacente é o facto de não se poder ter unidades de saúde familiar em todas as freguesias, mas também não se pode deixar de ter médicos em todas as freguesias, e este é o cerne da questão pois os recursos são escassos.-----



Sentindo o problema das comunidades como meu, pois os problemas dos cidadãos devem também ser comungados pelo seu Presidente da Câmara Municipal, e conhecendo as realidades do Concelho, apelei ao Presidente da Administração Regional de Saúde do Centro, I.P. no sentido de não desmobilizar os postos de saúde das freguesias, porque a saúde é talvez a prioridade de todo o cidadão. A população das freguesias está envelhecida, tem uma rotina de atendimento e alterá-la será um quebra cabeças. É compreensível afirmar-se estarem as melhores políticas de atendimento e os métodos de diagnóstico centralizados nas Unidades de Saúde Familiar, e as pessoas poderem de sua livre vontade optar por irem à Unidade de Saúde Familiar, mas eu tenho alguma preocupação em retirar uma pessoa de 60, 70 ou 80 anos e pô-la a deslocar-se a Lavos.-----

Depois de uma série de mal entendidos, numa reunião conjunta da Administração Regional de Saúde do Centro, I.P., comigo e com os Presidentes das Junta de Freguesia de Marinha das Ondas e de São Pedro, obteve-se a garantia expressa do atendimento continuar a ser efetuado nos Postos de Saúde das freguesias. Este é o acordo a ser honrado.-----

Lamento os incidentes ocorridos ontem, os quais podem por em causa a bondade deste propósito, porquanto, do meu ponto de vista alcançamos um acordo razoável.-----

Eu pretendo a continuidade do atendimento de proximidade aos cidadãos, mas ao mesmo tempo quero possibilitar-lhes o acesso a melhores cuidados de saúde primários.-----

Com base neste compromisso, estarei ao lado das populações para honrar que não haja a desativação destes centros de saúde tanto quanto sejam necessários, e enquanto as pessoas necessitem deles."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada Maria Adelaide Gonçalves.-----

MARIA ADELAIDE GONÇALVES: "Muito haveria a referir sobre a saúde, como já se disse, mas não vou falar sobre isso, nem sobre as sucessivas tentativas de vários Governos para destruir e continuam a tentar destruir o bom Serviço Nacional de Saúde existente, ou que existia, visto agora ser menos bom.-----

O Vereador Carlos Monteiro mencionou os protocolos existentes em matéria de transporte para a deslocação das pessoas para o Centro de Saúde de Lavos.-----

Como funciona exatamente este transporte? Isto é, como faz uma pessoa que precisa de ir a uma consulta de urgência ao Centro de Saúde de Lavos? Saber como proceder é muito importante para os utentes."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado José Matias Tavares.-----



JOSÉ MATIAS TAVARES: "Considero o público hoje presente nesta Assembleia Municipal gente da minha terra. A minha mãe é do lado de lá, toda a gente sabe, e a minha esposa é da freguesia de Marinha das Ondas.-----

Do meu ponto de vista, lamentavelmente e pela primeira vez, deputados municipais Teotónio Jesus Cavaco e Ana Laborda Oliveira, houve aqui um total aproveitamento político da situação.-----

O Presidente da Câmara Municipal tanto quanto o conheço, e se o conheço, prima pela frontalidade, gosta de dar a cara, nunca foge a nada, e eu sei-o porque já temos tido grandes discussões no seu gabinete. Se não estava aqui tinha um motivo muito forte.-----

Aliás fazendo um pequeno aparte, tenho pena de não ter sido convidado para essa reunião, junto com os Presidentes de Junta da área ribeirinha, porque se diz respeito às pescas também nos diz respeito a nós. Qualquer dia, na qualidade de autarcas, somos interrogados sobre o assunto da barra da Figueira da Foz e não temos respostas a dar porque não temos conhecimento.-----

Para mim como para a grande maioria dos deputados municipais, o Presidente da Câmara Municipal não estava a fugir a este tema, se não tinha comparecido desde início é porque realmente não tinha podido. E estava a fazer-se um aproveitamento político. Não se deixem enganar.-----

Sobre este assunto, manifesto a minha total solidariedade com o Presidente da Junta de Freguesia de São Pedro, António Santos Salgueiro, e as suas populações. Com certeza não o poderei ajudar muito ou mesmo nada, mas desejo de todo o coração que esta situação se resolva em prol das populações.-----

Vamos levar a água ao nosso moinho mas com calma e sem aproveitamentos políticos."

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado Manuel Rodrigues Nada.-----

MANUEL RODRIGUES NADA: "Depois de ouvir falar sobre os acontecimentos de ontem na Marinha das Ondas, gostaria de prestar alguns esclarecimentos.-----

A manifestação foi totalmente pacífica e sem quaisquer incidentes. Evidentemente podem ter sido lançadas aqui e ali umas bocas, perdoem-me a expressão, mas não havia sequer necessidade da presença da Guarda Nacional Republicana.-----

As portas do Centro de Saúde estavam encerradas, ninguém conseguiu lá entrar, aliás também não forçaram a entrada, e portanto foi uma manifestação totalmente pacífica.-----

Ontem telefonei ao Dr. António Morais, contando-lhe da manifestação e pedindo-lhe calma pois estava tudo pacífico. O Dr. António Morais corroborando a informação



afixada na porta do Posto de Saúde, garantiu-me que o médico do Centro de Saúde de Marinha das Ondas, Dr. Carlos, passaria para Lavos no dia 02 de maio, sendo então substituído a partir desse dia por outro clínico, o qual passaria a acompanhar os utentes que não desejassem transitar para o Centro de Saúde de Lavos.-----
Não obstante, subsiste uma grande falta de diálogo e de respeito pelo Poder Local, pois hoje de manhã quando os utentes com consultas previamente marcadas para o Centro de Saúde de Marinha das Ondas, lá chegaram, a porta estava encerrada e ninguém se apresentou para atender as pessoas. Nem uma informação escrita na porta, ou um aviso afixado informando do encerramento do Posto.-----
Após mais um contacto com o Dr. António Morais, este ficou muito admirado porque não tinha sido essa a indicação dada aos funcionários. E segundo soube os funcionários não se apresentaram na Marinha das Ondas com receio de alguém lhes fazer mal.-----
Ninguém tenha dúvidas - o povo da Marinha das Ondas é pacífico, não bate em ninguém. Toda a gente lá pode ir, é bem tratada e recebida.-----
Acabo como comecei, estes acontecimentos traduzem uma falta de diálogo, e em relação ao ocorrido hoje, espelham também uma falta de respeito perante a autarquia local e o seu executivo."-----
PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado António Santos Salgueiro.----
ANTÓNIO SANTOS SALGUEIRO: "Em primeiro lugar, gostaria de fazer um pequeno reparo ao Presidente da Junta de Freguesia de Lavos sobre duas questões.-----
No meu manifesto eleitoral sempre prometi lutar pela manutenção do Centro de Saúde de São Pedro, e tenho pugnado por isso até aos dias de hoje. Como é óbvio, não poderia prometer uma coisa cuja concretização não dependia de mim. Terei todo o gosto em facultar o manifesto eleitoral ao deputado municipal José Elísio Oliveira. Não aconteceu nenhuma manifestação de 50 ou 60 pessoas em São Pedro, realizou-se sim uma Assembleia de Freguesia extraordinária, convocada de forma legítima, e onde realmente compareceram cerca de 600 pessoas.-----
Seria bom no futuro o deputado municipal José Elísio Oliveira tratar os Covagalenses com tanto respeito como eu demonstro pelos Lavoenses.-----
Exatamente há um ano, fiz uma intervenção onde defendi a necessidade de se saber respeitar as instituições, procurar o diálogo e, deste modo, tentar arranjar soluções satisfatórias para a população que me elegeu com expressivo resultado em outubro de 2014. Só assim a Freguesia de São Pedro ganhará crédito e será respeitada.-----



Nos últimos dias São Pedro foi confrontado com a pretensão do Agrupamento de Centros de Saúde do Baixo Mondego em transferir, a partir de maio de 2016, os seus médicos de família e enfermeiros para o Centro de Saúde de Lavos. Obviamente, isto deixou em polvorosa toda uma população preocupada ao ver desta forma serem-lhes retirados os serviços médicos e de enfermagem indispensáveis a tantos idosos e muitos utentes a viver da pesca, e, portanto, com poucos recursos financeiros.-- Com a adoção desta medida os dois Centros Sociais Cova e Gala e Sanctus Petrus deixariam de conseguir prestar alguns cuidados aos idosos da freguesia. A extensão de saúde da Cova Gala tem 3.100 utentes com médico de família, e ótimo funcionamento. Aos seus serviços de enfermagem recorrem ainda mais de 4.000 utentes provenientes da Zona Industrial e Porto de Pesca, aumentando mais na época balnear. A população de São Pedro respondendo maciçamente ao apelo do executivo da Junta de Freguesia soube, de uma forma ordeira e pacífica, entender a mensagem de esperança e de confiança no respeito institucional, mandatando os seus autarcas para, através do diálogo, resolverem este grave problema social e de saúde, dando assim um sinal de amadurecimento democrático.----- Aproveito o ensejo para agradecer todas as manifestações pessoais de solidariedade, oriundas dos mais variados setores partidários, assim como da maior parte dos meus colegas Presidentes de Junta de Freguesia. Um obrigado à deputada municipal Maria Adelaide Gonçalves pela presença e solidariedade demonstradas na Assembleia de Freguesia extraordinária de 21 de abril e na sessão de esclarecimento à população de 27 de abril.----- Embora não tenha sido ouvido e compreendido por alguns de vós há um ano atrás, continuo a acreditar no respeito institucional e no diálogo como a melhor forma de encontrar soluções para as necessidades dos Covagalenses.----- Abriu-se uma via de entendimento com o Agrupamento de Centros de Saúde do Baixo Mondego numa área tão importante como a saúde primária, continuando a extensão de saúde da Cova Gala aberta todos os dias de manhã com o seu pessoal de enfermagem. Falta limar algumas arestas, esperando eu sinceramente a continuidade do diálogo franco e honesto, por vezes inexistente da parte dos responsáveis do Agrupamento de Centros de Saúde do Baixo Mondego. Querirão estes senhores fazer parar a «geringonça»?----- O acordado foi qualquer alteração no atendimento dos utentes ser previamente discutida e articulada. Qual a razão de sem respeitar este acordo emitirem comunicados a retirar serviços sem qualquer conhecimento dos legítimos



representantes da população, nomeadamente, a Junta de Freguesia de São Pedro e a Câmara Municipal da Figueira da Foz?-----

Na reunião de 25 de abril decidiu-se pela não alteração dos serviços antes da realização de um encontro agendado para o dia 02 de maio entre todas as entidades, a saber, Agrupamento de Centros de Saúde do Baixo Mondego, Juntas de Freguesia da margem Sul e Câmara Municipal da Figueira da Foz.-----

Ainda hoje duas mães, uma esposa de um pescador e outra a viver no Bairro Social da Gala/Sidney, me questionaram como se deslocariam para as consultas infantis das suas crianças. E os 3,60 € do transporte público, pesam no magro orçamento destas famílias a viver da pesca. O desfecho deste tipo de situação só poderá ser a ausência dos cuidados de saúde materno-infantil.-----

Ainda agora antes de vir para esta sessão, uma cidadã após a consulta médica em São Pedro foi confrontada com a insólita informação de ter de se deslocar ao Centro de Saúde de Lavos para lhe ser emitido o receituário das análises clínicas prescritas pelo médico. Estão certamente a brincar, mas com a saúde não se deve brincar.-----

Que sensibilidade têm estes responsáveis a tomar estas medidas por decreto? Solicito mais uma vez a suspensão imediata destas medidas e o envio na próxima terça-feira deste pedido ao Presidente da Administração Regional de Saúde do Centro, I.P. Dr. José Tereso.-----

Um agradecimento especial ao Presidente da Câmara Municipal e a todos os membros da sua equipa, os quais desde a primeira hora, acompanharam esta enorme preocupação, mobilizando-se para no mais curto espaço de tempo promover a reunião com os responsáveis do Agrupamento de Centros de Saúde do Baixo Mondego, demonstrando sempre uma grande sensibilidade na defesa dos interesses dos cuidados de saúde dos nossos fregueses.-----

Aproveito também esta oportunidade para, em nome de todos os Covagalenses e em especial das crianças da freguesia, agradecer ao Presidente da Câmara, Vereadores e a todos os técnicos, a aprovação do Concurso para a Construção do novo Centro Escolar de São Pedro.-----

Por último, um agradecimento sentido a todos os Covagalenses presentes nesta sessão da Assembleia Municipal, bem como, à Coligação Somos Figueira e à Coligação Democrática Unitária pela Moção presente hoje a esta Assembleia Municipal.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado José Elísio Oliveira.-----

JOSÉ ELÍSIO OLIVEIRA: “Assumo sempre as minhas intervenções, mas fico revoltado



quando colocam na minha boca palavras que eu não disse.-----
Em primeiro lugar, foi o munícipe António Jesus Agostinho, na sua intervenção, a referir que o Partido Socialista tinha prometido que o Centro de Saúde de São Pedro não fechava. Não fui eu. Portanto se tem alguma correção a fazer faça-a ao cidadão em causa.-----

Em segundo lugar, tão pouco disse ter havido em São Pedro uma manifestação de 50 ou 60 pessoas, mencionei, isso sim, ter ocorrido uma manifestação de 50 ou 60 pessoas na Marinha das Ondas, uma multidão perante os 3.500 habitantes da freguesia. Das duas uma, ou não ouvem com atenção ou não sabem interpretar.-----

E em terceiro lugar, gostaria me indicassem um ato, um facto, ou uma palavra, através das quais eu tenha manifestado falta de respeito para com as populações da Cova e da Gala.-----

Recordo uma vez mais, ter sido o Presidente da Comissão criadora da Freguesia de São Pedro, uma das pessoas a delimitá-la, e podem agradecer-me na última Reorganização Administrativa Territorial Autárquica a Freguesia de São Pedro ter continuado independente. Tivesse eu querido e a Freguesia de São Pedro tinha sido agregada a Lavos, de onde saiu originariamente."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado António Santos Salgueiro.-----

ANTÓNIO SANTOS SALGUEIRO: "As intervenções proferidas nesta sessão estão gravadas. Talvez o deputado municipal José Elísio Oliveira não quisesse incluir São Pedro no contexto da manifestação das 50 ou 60 pessoas, mas afirmou-o e está gravado.- Também fiquei chocado com a última parte da sua intervenção, porquanto, para mim a Reorganização Administrativa Territorial Autárquica teria sido um ato democrático da Assembleia Municipal."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: "Deputada municipal Maria Adelaide Gonçalves, para os utentes cuja opção passe por se transferirem para o Centro de Saúde de Lavos, o Município obviamente terá de garantir o respetivo transporte, nem que seja através da afetação de um veículo. As questões da saúde têm absoluta prioridade para o executivo municipal.-----

Por isso mesmo, será elaborado um levantamento deste tipo de situações, conjuntamente com o Presidente da Junta de Freguesia.-----

Ainda em relação ao incidente de ontem, o Dr. António Morais ligou-me há pouco dando nota dos acontecimentos. O processo de negociação terá de ser retomado. No final desta sessão da Assembleia Municipal, falarei com os Presidentes das Juntas



de Freguesia de São Pedro e Marinha das Ondas para analisarmos em que condições e a forma de pacificar estes mal entendidos e reações de alguns funcionários administrativos, por se sentirem desconfortáveis.-----

Portanto, ir-se-á retomar rapidamente este processo e vincar o propósito de não se abandonar as populações, nem se retirarem os médicos dos postos de saúde, conforme já foi referido."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado José Pereira da Costa.-----

JOSÉ PEREIRA DA COSTA: "Não queria ir embora sem dar uma justificação ao Presidente da Câmara.-----

Não sei o que lhe transmitiram quando chegou, mas nem o deputado municipal Teotónio Jesus Cavaco nem qualquer membro deste grupo municipal jamais fará algum tipo de consideração sobre o carácter pessoal do Presidente da Câmara ou de qualquer um dos restantes elementos desta casa.-----

O deputado municipal Teotónio Jesus Cavaco seria incapaz de o fazer e os outros membros também, e se o fizessem na minha presença seria a última vez que o fariam. O deputado municipal Teotónio Jesus Cavaco mencionou que nada se sobrepõe à presença do Presidente da Câmara Municipal nesta Assembleia Municipal, e eu subscrevo isso.-----

O Presidente da Câmara Municipal deve sempre tentar estar presente nesta Assembleia Municipal, salvo motivos absolutamente excepcionais. Não coloco em causa a importância da reunião onde estive, mas a comunidade piscatória tem obrigação de concertar previamente consigo quaisquer reuniões a agendar e o Presidente da Câmara tem sempre a obrigação política, pessoal e institucional de estar presente nas sessões da Assembleia Municipal.-----

Portanto, e para concluir, jamais alguém deste grupo municipal fará sobre o Presidente da Câmara ou algum membro do executivo municipal alguma observação de carácter pessoal. Tão pouco os deputados municipais Teotónio Jesus Cavaco e Ana Laborda Oliveira fizeram algum aproveitamento político da situação.-----

A questão do Centro de Saúde de São Pedro é grave, estou aqui para fazer política, a situação é preocupante, e eu tenho a minha opinião sobre ela. E a minha opinião é muito simples. Trata-se de uma questão de tempo, porque interiormente já se sabe o que vai acontecer. O epicentro não foi a Câmara Municipal, muito menos a Junta de Freguesia de Lavos, mas lamentavelmente a realidade vai ser essa.-----

Deve-se começar desde já a acautelar a maneira como efetivamente se irão proteger as populações dessas freguesias, pois tal como o Presidente da Junta de Freguesia



de São Pedro referiu e bem, 3,60 € é muito dinheiro para muita gente.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: “O deputado municipal José Pereira da Costa escolheu mal a altura porque afinal vai-se embora.-----

Quando aqui cheguei justifiquei as razões de não ter estado presente desde o início da sessão. Quase todos os dias ocupo das 09,00 à 01,00 hora da madrugada a tratar dos assuntos do Município.-----

A comunidade piscatória está a atravessar um momento difícil. Foi integrada numa Comissão de Trabalho para a qual se avançará na segunda-feira. Não me deram conhecimento do assunto em causa. Eu não me consigo desdobrar, nem posso deixar de comparecer em situações mais delicadas. Esta era daquelas em que era absolutamente imprescindível a presença do Presidente da Câmara Municipal.-----

Os assuntos da Assembleia Municipal, não são os meus assuntos ou os assuntos diretamente a ver com o Presidente da Câmara Municipal, e desconhecia o facto de haver intervenção do público, no entanto, mal cheguei dei nota onde tinha estado. A minha presença era mais útil na reunião onde estive, por uma questão de absoluta urgência. Eu quis dar essa presença física, e com testemunho pessoal à comunidade piscatória, ainda por causa do acidente do Olívia Ribau e das más condições do Porto da Figueira da Foz.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA: “Se a maioria dos deputados se recorda, pois não estariam ainda todos presentes obviamente, eu informei e justifiquei a ausência do Presidente da Câmara Municipal no início desta sessão. Tinha conhecimento da sua convocação para uma reunião da Comunidade Piscatória, porque havia sido nomeado para um Grupo de Trabalho para a melhoria das condições da barra da Figueira da Foz.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado José Pereira da Costa.-----

JOSÉ PEREIRA DA COSTA: “O Presidente da Câmara tem naturalmente direito ao seu critério e nós temos de o respeitar. Mas, o meu critério, seria sempre estar presente nesta Assembleia Municipal.-----

De facto, já depois de iniciada a sessão o Presidente da Assembleia Municipal informou da sua ausência nos termos acabados de referir, e fiquei com a ideia que o seu atraso seria maior, no entanto, permitir-me-ia deixar aqui uma sugestão.--

De futuro, quando surgirem situações idênticas às de hoje, não digo o Presidente da Câmara, mas alguém do seu Gabinete de Apoio Pessoal poderia informar os líderes dos grupos municipais antes de ser iniciada a sessão.-----



Porque, de facto, a presença do Presidente da Câmara na Assembleia Municipal é obrigatória, até nos termos do Regimento. Mas não será por isso, porque efetivamente pode haver exceções.-----

Acho desagradável, em primeiro lugar a ausência pelos motivos invocados e no seu entender explicados, e o facto de só depois de se iniciar a sessão se faça essa referência.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA: “Normalmente as sessões da Assembleia Municipal nunca começam sem a presença do Presidente da Câmara, mas este tem sempre a possibilidade de se fazer substituir pelo seu substituto legal, em caso de justo impedimento.”

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado Teotónio Jesus Cavaco.-----

TEOTÓNIO JESUS CAVACO: “Vou falar de uma forma particularmente sentida porque no princípio desta sessão da Assembleia Municipal as minhas palavras foram deturpadas. Por isso, irei falar olhos nos olhos com o Presidente da Câmara Municipal.----- Na política como na vida o mais importante é a hombridade. Se alguma vez me ouvirem dizer alguma coisa que afete o carácter de outra pessoa, serei o primeiro a pedir desculpa.-----

E não disse rigorosamente nada afetando a dimensão pessoal do Presidente da Câmara ou atacando o seu carácter.-----

Eu afirmei considerar uma falta de respeito institucional a ausência do Vice-Presidente da Câmara. No início desta sessão, o Presidente da Assembleia Municipal referiu uma explicação para a sua ausência, mas não foi dada qualquer justificação para a ausência do Vice-Presidente da Câmara Municipal. Estava inscrito um Múncipe a pretender respostas da Câmara Municipal e não estava presente nem o Presidente nem o Vice-Presidente.-----

Eventualmente aceitando as suas opções, não veja nisto um ataque pessoal ao seu carácter, pois não seria capaz de o fazer.-----

Depois, transformaram uma pergunta minha numa afirmação. Nunca disse que o Presidente da Câmara estava a fugir às suas responsabilidades, perguntei foi se a sua ausência tinha alguma coisa a ver com isso. O Presidente da Câmara disse não e eu aceito a sua resposta.-----

Também não percebi a acusação do amigo e deputado municipal José Matias Tavares em relação ao aproveitamento político. A minha intervenção está vertida nesta moção, e o facto dela ter sido aprovada por unanimidade contraria a sua apreciação. Não houve aproveitamento político desta situação. Todos estão preocupados, suspeitam de uma (re)organização nos cuidados de saúde do Concelho da Figueira da



Foz, e é com isso que todos estão preocupados.-----
Quanto às afirmações do deputado municipal Nuno Melo Biscaia, foram um bocadinho acaloradas e também devia pensar sobre isso. Respire um pouco e não faça juízos tão levianos em relação às minhas palavras, porque provavelmente e friamente irá constatar não terem sido assim tão graves.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: “No tocante às políticas de saúde continuarei a desenvolver este plano de ação, porquanto estou seriamente convencido do quanto as temos valorizado nos últimos anos.-----

O Município esteve ao lado da administração do Hospital Distrital da Figueira da Foz no combate pelas valências e especialidades, lutou contra o fecho do serviço de urgência, pela manutenção da Viatura Médica de Emergência e Reanimação e do ambulatório.-----

Já se ganharam outras valências e continua-se a aposta na Unidade de Saúde Familiar e numa adequada política de saúde familiar de acompanhamento efetivo. Não se deseja colocar as ambulâncias a correr para as urgências em situações quase limite, luta-se sim por uma política de ação e prevenção.-----

Tal como já foi aqui referido, o Município não quer encerrar os Centros de Saúde por constituírem uma relação de proximidade com os utentes, e foi isso o combinado e foi isso que foi mal gerido.-----

No caso de São Pedro foi mal gerido e os próprios operacionais não colaboraram com a Administração Regional de Saúde do Centro, I.P. nessa boa gestão, e no caso da Marinha das Ondas também o próprio incidente foi desnecessário, dado o propósito ser manter os Centros de Saúde para quem queira ser atendido naquelas unidades. Por todo o País, existem unidades de saúde distando 45/50 Km dos seus utentes, e mesmo assim, as pessoas preferem lá ir.-----

Está-se a disponibilizar melhor qualidade de serviço. Colaborou-se com a Administração Regional de Saúde do Centro, I.P., estabelecendo-se como prioridades um investimento de 800.000 euros em Lavos, e de 1.000.000 de euros agora para as Alhadas, visando um bom serviço para as comunidades.-----

Eu teria outras prioridades, quem sabe mais demagógicas, interessantes ou populistas, mas prefiro estas, por entender estar a melhorar a qualidade de serviços de saúde das comunidades do Concelho.”-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada Silvina Anadio Queiroz.-----



SILVINA ANADIO QUEIROZ: "Um ponto de Ordem à Mesa. Julgo ter percebido que o Presidente da Assembleia Municipal se propõe ler os textos das Moções rececionadas. Na opinião da Coligação Democrática Unitária a leitura das Moções, saudações, propostas, protestos, votos de pesar e de agradecimento, e quaisquer outros, deve ser feita pelos respetivos proponentes."-----

3. - ASSUNTOS GERAIS DE INTERESSE DO MUNICÍPIO

A - MOÇÃO «INCLUSÃO DO GEO-MONUMENTO E DO COUTO MINEIRO DO CABO MONDEGO NO ROTEIRO DAS MINAS E PONTOS DE INTERESSE MINEIRO E GEOLÓGICO DE PORTUGAL»

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado Luis Mendes Ribeiro.-----

LUIS MENDES RIBEIRO: "Proposta de inclusão do Geo-Monumento e do Couto Mineiro do Cabo Mondego no Roteiro das Minas e Pontos de Interesse Mineiro e Geológico de Portugal."-----

1. O Couto Mineiro do Cabo Mondego assume, no contexto da arqueologia industrial portuguesa, uma posição de inegável e primordial destaque.-----

Após um espaço temporal de mais de dois séculos e meio de laboração, a exploração mineira no Cabo Mondego tornou-se assim incontornável para a nossa História em termos económicos, industriais e sociais, constituindo hoje um extraordinário ativo do ponto de vista histórico e turístico não apenas para a Figueira da Foz e para ao Distrito de Coimbra, mas também para toda a Região Centro.-----

2. No passado dia 04 de Dezembro, Dia de Santa Bárbara, Padroeira e Protetora dos Mineiros, a Junta de Freguesia de Buarcos e São Julião inaugurou, por iniciativa dos Autarcas e Eleitos do Partido Socialista de Buarcos, um Monumento ao Mineiro e ao Trabalhador do Cabo Mondego, homenageando assim simbolicamente todos aqueles que trabalharam, muitas vezes em condições hoje dificilmente imagináveis, naquelas Minas.-----

Vidas de trabalho árduo e sacrifício, com elevado custo para a saúde de muitos dos mineiros, sendo frequentes os acidentes de trabalho com consequências trágicas. Não falo de relatos longínquos do século XIX - ainda hoje praticamente todas as famílias do Bairro de Santa Bárbara têm histórias de entes queridos afetados por desastres pela Mina para contar.-----

Não é possível falar das Minas do Cabo Mondego sem falar dos seus trabalhadores, como não é possível falar da Figueira da Foz sem falar das Minas do Cabo Mondego.

3. Também o classificado Geo-Monumento do Cabo Mondego, e a sua crescente importância para a Comunidade Científica nacional, europeia e mundial, obrigam o nosso Município da Figueira da Foz e o Estado português à imprescindível



valorização e aproveitamento daquele espaço único, o que até ao momento lamentavelmente não aconteceu.-----

4. Reconhecendo o enorme potencial histórico, turístico e de desenvolvimento dos territórios associado aos pontos de interesse mineiro e geológico, promoveu a Direção Geral de Energia e Geologia - DGEG, do Ministério da Economia, da Inovação e do Desenvolvimento, a criação do Roteiro das Minas e Pontos de Interesse Mineiro e Geológico de Portugal, o qual deverá no futuro próximo constituir uma Rede das Minas e Pontos de Interesse Mineiro e Geológico de Portugal.-----

5. Sendo objetivo assumido do Roteiro a inclusão no mesmo de pontos de interesse e posterior desenvolvimento de iniciativas de carácter lúdico, cultural, pedagógico, científico em minas abandonadas ou em exploração, museus, paisagens naturais, etc., com o intuito da sua valorização Patrimonial e histórica, entendem os Eleitos do Partido Socialista na Assembleia Municipal da Figueira da Foz ter o Geo-Monumento e o Couto Mineiro do Cabo Mondego todas as condições naturais, históricas e logísticas para ser incluído no mesmo, revestindo-se por outro lado a sua inclusão da maior importância para a nossa estratégia de diversificação turística, patrimonial e cultural da Figueira da Foz.-----

Na política não basta afirmarem-se estratégias nem planos de intenções - eles devem ser concretizados.-----

6. Também a Cimpor - Cimentos de Portugal, beneficiária durante décadas da exploração extrativa no Cabo Mondego com devastadoras consequências para a paisagem natural envolvente, deve ser necessariamente chamada à responsabilidade para uma participação justa nos custos de valorização e aproveitamento do Geo-Monumento e do próprio Couto Mineiro.-----

7. A Figueira da Foz tem um enorme potencial turístico e de atração de visitantes que não se pode no entanto resumir ao turismo sazonal associado ao Mar e à nossa Praia - fundamental mas do qual não devemos nem podemos depender em absoluto - pelo que se torna imprescindível dotar o nosso Concelho de outros pontos de interesse turístico, histórico e cultural.-----

Assim sendo, e considerando o atrás exposto, propõem os Deputados do Partido Socialista na Assembleia Municipal que a Câmara Municipal da Figueira da Foz promova todas as diligências e parcerias necessárias para a inclusão do Geo-Monumento e do Couto Mineiro do Mondego no Roteiro de Minas e Pontos de Interesse Mineiro e Geológico de Portugal, bem como a sua inclusão na futura Rede de Minas e Pontos de Interesse Mineiro e Geológico de Portugal.-----



Deve desta Moção ser dado conhecimento ao Governo da República; ao Sr. Ministro da Economia, da Inovação e do Desenvolvimento; à Direção Geral de Energia e Geologia - DGEG; à Administração da Cimpor - Cimentos de Portugal; ao Turismo do Centro, bem como naturalmente à nossa Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra.-----

Termino com as seguintes palavras «O caminho faz-se caminhando». Começemos portanto já hoje.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada Maria Adelaide Gonçalves.-----

MARIA ADELAIDE GONÇALVES: “Tenho duas ou três perguntas sobre esta Moção.-----

A Universidade de Coimbra tem vindo a desenvolver um estudo há vários anos sobre o Cabo Mondego. A Câmara Municipal tem conhecimento do estudo?-----

Sendo os terrenos em causa propriedade privada, como pensa o proponente desta Moção, Luis Mendes Ribeiro, aplicar esta proposta na prática? Já houve ou não algumas conversações com a Cimentos de Portugal?-----

Caso esta proposta se concretize e o Geo-Monumento e o Couto Mineiro venham a ser incluídos no Roteiro das Minas e Pontos de Interesse Mineiro e Geológico de Portugal, como será feito o usufruto daquele espaço pelos cidadãos? Existe ou não uma proposta concreta?”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado Luis Mendes Ribeiro.-----

LUIS MENDES RIBEIRO: “A ideia subjacente à apresentação desta Moção é a diversificação patrimonial, histórica e cultural do nosso Concelho.-----

Não falta património à Figueira da Foz, sobretudo o natural, e no caso vertente, este não está de todo aproveitado.-----

O objetivo é divulgar a existência no Concelho da Figueira da Foz de um Geo-Monumento único a nível nacional, europeu e um dos poucos a nível mundial. Não sei se os Figueirenses têm bem esta noção.-----

Trata-se de um Geo-Monumento único. Poucos haverá no Mundo com as características geológicas e naturais deste, ainda por cima, associado ao facto de ali estar instalada uma Mina, o que permitiria aos seus visitantes, caso esta Moção vingue, verificar como se fazia a extração mineira desde o século XVIII.-----

Não há neste momento uma correta identificação daquele local, a grande maioria dos visitantes nem sequer tem noção da dimensão das Minas do Cabo Mondego, e do Geo-Monumento ali existente.-----

Por exemplo, não há placas de sinalização do monumento, não há essa identificação, e a Câmara poderá dar o primeiro passo neste aspeto. Falo de um processo envolvendo



várias parcerias, e naturalmente o próprio Estado. A autarquia, por si só, não poderá concretizar este projeto, mas pode, do meu ponto de vista, dar os passos fundamentais. E o primeiro passo é a aprovação da Moção nesta Assembleia Municipal. A Figueira da Foz deve explorar esta potencialidade, atraindo visitantes à Figueira da Foz e valorizando de forma extraordinária o seu património.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada Isabel Gaspar Sousa.-----

ISABEL GASPAR SOUSA: “Reforçando a Moção apresentada pelo deputado municipal Luis Mendes Ribeiro, em meu entender, o Cabo Mondego poderá constituir uma mais valia tanto para visita de escolas locais, como de todo o país.-----

Existe o interesse geológico mas não só, porquanto, se eventualmente fosse executada uma reconstrução/reconstituição da dita mina de carvão, haveria também todo o interesse para a área de arqueologia industrial.-----

Tanto quanto sei, já foram feitos alguns estudos sobre essa matéria, não sei se na pessoa do Professor Amado Mendes, mas os estudos estão um pouco mais entregues aos especialistas...-----

Aquele local deveria ser aberto como um Geo-Parque, um Parque Jurássico, mas também, como disse, com essa valência da arqueologia industrial, e acessível às escolas para visitas de estudo.-----

Na verdade a Figueira da Foz não tem beneficiado muito com os pontos de interesse localizados na sua área geográfica.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: “Todas as instalações da Cimentos de Portugal são privadas desde 1753, ou digamos assim, sempre foram privadas, e continuam a sê-lo pelo facto de só depois de 1856 estes espaços terem passado para o domínio público.-- Quando iniciei funções de autarca, a Cimentos de Portugal considerou um atrevimento da minha parte eu ter questionado a tutela e a gestão do espaço. Na altura, manifestei a disponibilidade do Município para emparceirar uma solução para aquele espaço.-----

Passados uns tempos, a Cimentos de Portugal informou a Câmara Municipal da sua intenção de encerrar a atividade, por razões por todos conhecidas, e de pretender rentabilizar o espaço, e uma vez mais, reiterei a disponibilidade da autarquia em colaborar.-----

A intervenção num espaço com aquela dimensão e da maneira como foi tratado, não se faz apenas com privados, nem com a gestão do magro orçamento da autarquia. Exige muito mais.-----



O estudo daquele espaço, realizado pela Universidade de Coimbra, mereceu a nossa particular atenção, quer na parte das minas, quer na parte geológica, de estratificados, das pegadas de dinossauro, etc. O Cabo Mondego é considerado um monumento geológico, não suficientemente explorado, e portanto, o caminho será aproveitá-lo.-----

As verbas, apoios e financiamentos às políticas públicas não se cingem aos pactos regionais, nem tão pouco aos Quadros de Referência Estratégica Nacional e aos Acordos de Parceria. Há mais ambição na Europa, parece é haver menos ambição da nossa parte.-----

Está-se a construir um Projeto Life enquadrado em parceria com a Europa de Regiões e de uma forma articulada em objetivos comuns, tendo em vista disponibilizar ao conhecimento público este espaço das minas e do estratificado. Estará concluído em setembro, e acredito venha a ter êxito. Entretanto, têm-se vindo a desenvolver algumas diligências em relação à questão da propriedade, e sobre a eventualidade da criação de um percurso ou passagem.-----

Mas, acato o desafio, aliás ele já está no terreno, a ser implementado em termos de conceção, sendo um projeto muito ambicioso, porque abrir ao público umas minas, não é propriamente pôr duas grades, umas escadas, meia demão, colocar uma bilheteira para pagar ao funcionário, e está a andar. É uma coisa muito complexa, mas logo se verá se terá sucesso.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada Isabel Gaspar Sousa.-----

ISABEL GASPAS SOUSA: “Na sequência das anteriores intervenções, acho lamentável que os interesses particulares se sobreponham ao interesse público, e oxalá tal não aconteça neste caso.-----

Este local traz-me à ideia visitas de estudo, porque em meu entender a Escola deve extravasar para fora dos seus muros, as aulas têm de ser feitas no terreno, e é isso que os alunos gostam.-----

Por isso mesmo, deveria ser feito ali um investimento. Será avultado, sem dúvida, não estará na mão de particulares, nem simplesmente na mão de uma autarquia, nem provavelmente de um país. Certamente terão de ser conjugados esforços no sentido de se criar uma coisa bonita, como noutros locais do nosso país se consegue ver. Terá sempre de ser um projeto pensado, concertado, planeado, obviamente com os especialistas indicados.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada Silvina Anadio Queiroz.-----

SILVINA ANADIO QUEIROZ: “Após a intervenção da deputada municipal Isabel Gaspar



Sousa, lembrei-me agora de ter visitado há uns anos na Galiza umas extintas minas, uma estrutura que deve ter custado «uma pipa de massa», sem sombra de dúvidas executada com fundos comunitários e o esforço de vários parceiros. Não tem nem de longe nem de perto a diversidade e a riqueza patente no Cabo Mondego. Porém, foi executada e apesar dos seus custos já se terá pago a ela própria, tal a afluência de visitantes.-----

Se se pretende aproveitar este Geo-Monumento único, ter-se-ão de encontrar formas de o concretizar, pois tal como o povo diz e tem razão «Querer é poder».-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: "O direito da propriedade tem uma consagração constitucional. Por acaso, até defendo não de uma forma socialista, mas de uma forma de interesse social, que o regime de propriedade possa ter uma outra configuração, mas no caso vertente, trata-se de propriedade plena.-----

Portanto, com os meios e mecanismos legais possíveis, seja a expropriação se tivermos dinheiro para tal, ou através de um bom relacionamento com o proprietário, a Câmara deseja recuperar rapidamente as visitas guiadas aos monumentos geo-estruturados e às pegadas.-----

O Município da Figueira da Foz acredita na bondade do projeto, daí ter encetado conversações com o exploratório de Coimbra no sentido de recuperar essa boa e saudável prática da Ciência Viva."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada Isabel Gaspar Sousa.-----

ISABEL GASPAR SOUSA: "Só mais um pequenino apontamento. Este tipo de investimento deve com o tempo pagar-se a si próprio, e a bilheteira tem de ser feita e têm de ser cobradas as entradas.-----

No nosso país peca-se por se ter coisas espetaculares e não se cobrar entradas. Obviamente, com esse procedimento democratiza-se o espaço, toda a gente ali se pode deslocar, porém, não se recolhem receitas para a manutenção e o melhoramento dos monumentos.-----

É um erro, e do meu ponto de vista, a Cultura deve ser paga por quem pode, sem prejuízo de ficar acessível a todos, podendo-se prever a gratuidade das visitas para aqueles com rendimentos mais baixos. No entanto, fora isso devem ser pagas. Quando se visitam monumentos no estrangeiro também se paga, e bem.-----

Na Figueira da Foz subsiste uma tendência de tudo ser relativamente barato ou de graça, e isso não beneficia a Cultura."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA perguntou se mais algum deputado municipal pretendia usar



da palavra e como ninguém se inscreveu passou-se de imediato à votação.-----
A Assembleia Municipal, encontrando-se ausentes os membros do Partido Socialista, Luis Miguel Bento e João Paulo Pinto, e da Coligação Somos Figueira, Paulo Querido Rodrigues, ao abrigo das disposições emergentes da alínea k) do n.º 2 do art.º 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua última redação, aprovou, por unanimidade, a Moção «Proposta de inclusão do Geo-Monumento e do Couto Mineiro do Cabo Mondego no Roteiro das Minas e Pontos de Interesse Mineiro e Geológico de Portugal», subscrita pelo grupo municipal do Partido Socialista, deliberando:-----

1 - Propor que a Câmara Municipal da Figueira da Foz promova todas as diligências e parcerias necessárias para a inclusão do Geo-Monumento e do Couto Mineiro do Mondego no Roteiro de Minas e Pontos de Interesse Mineiro e Geológico de Portugal, bem como, a sua inclusão na futura Rede de Minas e Pontos de Interesse Mineiro e Geológico de Portugal;-----

2 - Remeter a Moção ao Governo da República, Ministro da Economia, da Inovação e do Desenvolvimento, Direção Geral de Energia e Geologia - DGEG, Administração da Cimpor - Cimentos de Portugal, Turismo do Centro, bem como, à Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra.-----

Deliberação aprovada em minuta.-----

B - MONUMENTO AOS MINEIROS E TRABALHADORES DO CABO MONDEGO

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada Maria Adelaide Gonçalves.-----

MARIA ADELAIDE GONÇALVES: "No dia 04 de dezembro último, dia de Santa Bárbara, padroeira dos mineiros, foi inaugurado na Freguesia de Buarcos e São Julião um monumento homenageando os mineiros e trabalhadores do Cabo Mondego.-----

A Coligação Democrática Unitária gostaria de ter estado presente na Homenagem ao Mineiro, mas tal não aconteceu por não ter sido convidada. Na minha opinião, deveria ter havido um pouco mais de cuidado nos convites feitos para esta homenagem."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado José Matias Tavares.-----

JOSÉ MATIAS TAVARES: "A responsabilidade pelos convites para a inauguração do Monumento de Homenagem ao Mineiro é da Junta de Freguesia de Buarcos e São Julião. O secretário da Junta, filho e neto de mineiros, procedeu a uma pesquisa de quem deveria convidar, e teve a liberdade e a minha confiança total para endereçar convites às pessoas próximas aos mineiros.-----

Não sei a entidade a que se está a referir, se é alguém do Sindicato dos Mineiros,



ou algum trabalhador das Minas, mas se não foi convidado isso apenas se deveu a um esquecimento, ou falha.-----

Mas a Coligação Democrática Unitária não deve imputar culpas à Câmara Municipal da Figueira da Foz. Se algo correu menos bem, peço desculpa pelo ato, mas não foi de forma alguma intencional.”-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

C - MOÇÃO DE PESAR PELO FALECIMENTO DA PINTORA NATÉRCIA LEITÃO (TESHA)

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada Isabel Guardão Tavares.-----

ISABEL GUARDÃO TAVARES: “Gostaria que esta singela homenagem pudesse ser a ponte para uma homenagem maior! Proponho que, numa reunião de Comissão Municipal de Toponímia, se pondere a hipótese de atribuir o nome da artista Tesha, a uma artéria da cidade, um cantinho no jardim, etc. Agradecia, também, que fosse enviada à família sentidas condolências pelo seu falecimento.-----

A artista plástica Natércia Leitão (Tesha), nasceu em Nampula, Moçambique em 16 de setembro de 1951. A sua aptidão para a arte da pintura cedo despertou. Com apenas 9 anos de idade obteve o seu 1.º prémio! Tesha foi aluna de artistas como João Paulo e João Ayres. Tendo vivido alguns anos em Lisboa, de 1977 ano em que veio de Moçambique, até 1985. Foi precisamente em 1985 que veio para a cidade da Figueira da Foz, terra que adotou com carinho e que ela amou, mas que também a adotou a ela com estima e admiração, e onde viria a falecer no dia 11 de Março do corrente ano, vítima de doença.-----

Foi nesta terra que nasceram as mais belas obras da artista. Tesha participou em inúmeras exposições nacionais e internacionais entre 1989 e 2013. Destacando-se, nos últimos anos, as exposições nos seguintes locais: Centro de Estudos Brasileiros em Maputo; Tailler d’Artista em Barcelona; V ExpoArt no Japão onde apresentou 2 quadros selecionados para o efeito.-----

Tesha conta no seu currículo com quatro 1.ºs prémios, três 2.ºs prémios e uma menção Honrosa na Trienal d’Arte Latina. A sua vasta obra encontra-se representada em diversos espaços como: Museu Dr. Santos Rocha na Figueira da Foz, Casa da Cultura de Coimbra, Casa da Cultura de Celorico da Beira, Câmara Municipal de Penalva do Castelo, Regimento de Cavalaria em Braga, Sheraton Hotel do Porto, Hospital D. Estefânia em Lisboa, Hospital Distrital da Figueira da Foz, Sindicato dos Magistrados de Lisboa, Casa do Juiz em Coimbra e em várias coleções privadas em Portugal, Moçambique, África do Sul, Espanha, Itália, França, Bélgica, Reino Unido, Irlanda, Brasil, Macau, Hong-Kong e Japão. Pertenceu ao grupo Magenta



durante algum tempo. Foi autora da capa do CD do Grupo «Maresia», do CD de fados do fadista Ricardo Barreto, e do disco «Port Wine» do Maestro José Calvário e Miguel Braga. Ainda o quadro comemorativo do aniversário do Lions Club Internacional e ainda, com imensa alegria, pintou fatos para as «Marchas de São João da Figueira da Foz».

Generosa, sensível e altruísta estava sempre pronta para colaborar em ações de ajuda a várias causas. Fez inúmeras sessões de pintura para crianças e workshops para jovens em escolas da Figueira da Foz. Participou em pinturas ao vivo dentro e fora do nosso concelho para fins de beneficência. Doou inúmeras obras a Clubes, Instituições e Associações do concelho da Figueira da Foz.

Em 2013, como reconhecimento da sua dedicação e entrega à arte, a causas, e à cultura do nosso concelho, foi eleita Confrade de Honra da Confraria Gastronómica do Arroz e do Mar.

Como curiosidade, foi-me relatado por um dirigente da COFF - Clube Ornitófilo da Figueira da Foz que, tendo visitado uma das suas exposições de aves no Meeting Point pela manhã, ficou maravilhada com o «Arlequim Português», única raça de canários portuguesa, homologada e premiada internacionalmente. Depois de se interessar foram-lhe dadas várias explicações acerca da ave, tendo saído de seguida. À tarde, volta com um sorriso no rosto, e com um quadro onde tinha acabado de pintar, precisamente, o «Arlequim Português», que ofereceu gratuitamente, com imensa alegria!

Este episódio expressa bem a sua sensibilidade, generosidade e amor ao belo! A sua pintura tem os tons quentes da sua África natal, a sensualidade e leveza das figuras e um traço identitário absolutamente inconfundível. A Tesha costumava dizer que «cada um dos seus quadros encerrava uma história».

O grande Malangatana descreveu-a como: Artista inteira e uma mulher diferente, dizendo que a Tesha tinha a força e a doçura que ia espalhando pelos horizontes, afirmando toda a sua africanidade. A sua mão, essa esquerda única, representa a linguagem, a arte, os laços de pessoas e povos como ninguém.

Mesmo no seu final, virando-se para familiares, disse: Vou transformar-me em gaivota... e vou andar por aí! Porque a gaivota é um animal LIVRE, que não tem predadores. Quando olharem uma gaivota parada... sozinha... SOU EU!... Solicitava, agora, um minuto de silêncio em memória da Tesha Leitão."

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada Isabel Gaspar Sousa.

ISABEL GASPAS SOUSA: "O grupo municipal da Coligação Somos Figueira manifesta um



voto de pesar pelo falecimento de Natércia Leitão.-----
No dia 11 de março, a Figueira da Foz viu partir uma das suas artistas plásticas de primeira linha: Tesha Leitão. Natural de Moçambique, onde nasceu, em 1951, residia na Figueira da Foz há décadas, sentindo a cidade como sua, e onde criou obras de rara beleza que se encontram integradas em diversas coleções nacionais e internacionais.-----

Pintora generosa, sempre que lhe era solicitado amparar uma causa, não se recusava a oferecer graciosamente aquilo que de mais belo e genuíno saía do seu pincel.--
Amiga de Malangatana, outro vulto maior da pintura moçambicana, também ele já desaparecido.-----

As artes plásticas figueirenses e nacionais ficaram mais pobres.-----

A artista partiu, mas a sua obra perdura.-----

Solicitamos que este voto de pesar seja dado a conhecer aos seus familiares, em especial, ao seu filho."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado José Matias Tavares.-----

JOSÉ MATIAS TAVARES: "Uma das últimas obras da Tesha está patente numa sala da Junta de Freguesia de Buarcos e São Julião. É um quadro maravilhoso retratando uma bateira à vela. Pegando nas palavras da minha amiga Isabel Guardão Tavares a Gaivota se calhar vai por lá pousar.-----

Bem-haja Tesha. Obrigado."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado José Elísio Oliveira.-----

JOSÉ ELÍSIO OLIVEIRA: "Estou inteiramente de acordo quer com a Moção de Pesar subscrita pelo grupo municipal do Partido Socialista, quer com o Voto de Pesar subscrito pelo grupo municipal da Coligação Somos Figueira, e votarei a favor.--
Farei apenas um pequeno senão em relação à proposta de inclusão do nome da Tesha na toponímia municipal, inserta na Moção do grupo municipal do Partido Socialista. Do meu ponto de vista, essa proposta não carece de passar por nenhuma Comissão Municipal de Toponímia, deve partir diretamente da Assembleia Municipal, e ponto final."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA perguntou se mais algum deputado municipal pretendia usar da palavra e como ninguém se inscreveu passou-se de imediato à votação.-----

A Assembleia Municipal, encontrando-se ausentes os membros do Partido Socialista, Mafalda Mendes Azenha, Mário Menezes Paiva, Luis Miguel Bento, Margarida Pinto Cunha e Victor Santos Madaleno, e da Coligação Somos Figueira, Paulo Querido Rodrigues, aprovou, por unanimidade, a Moção de pesar pelo falecimento da Pintora



Natércia Leitão (Tesda), inscrita pelo grupo municipal do Partido Socialista, e o Voto de pesar inscrito pelo grupo municipal da Coligação Somos Figueira, cumprindo um minuto de silêncio, e deliberando ainda:-----

1 - Apresentar condolências à família enlutada;-----

2 - Propor à Câmara Municipal que, numa próxima reunião da Comissão Municipal de Toponímia, se pondere a hipótese de atribuir o nome da artista Tesha, a uma artéria da cidade ou a um cantinho de jardim.-----

Deliberação aprovada em minuta.-----

D - MOÇÃO PELA «ABERTURA DA BASE AÉREA DE MONTE REAL (BA5) AO TRÁFEGO AÉREO COMERCIAL E DE PASSAGEIROS PELO SEU IMPACTO ECONÓMICO DIRETO NA FIGUEIRA DA FOZ»

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado Luis Mendes Ribeiro.-----

LUIS MENDES RIBEIRO: "Abertura da Base Aérea de Monte Real (BA5) ao tráfego aéreo comercial e de passageiros pelo seu impacto económico direto na Figueira da Foz.

1. A Base Aérea de Monte Real (BA5) é um aeródromo em plena utilização da Força Aérea Portuguesa situada no Distrito de Leiria contíguo ao nosso, a exatamente 33,30 km de distância em linha reta da Figueira da Foz e 54 km em distância de condução, com um tempo estimado de percurso de cerca de 36 minutos.-----

2. Inaugurada em Outubro de 1959 como pilar fundamental para a defesa aérea do território nacional, a escolha de Monte Real teve sobretudo em consideração a sua privilegiada localização geográfica no Centro de Portugal.-----

Localizada a 145 km do futuro Aeroporto Internacional de Lisboa a construir em Alcochete, e a 170 km do Aeroporto Francisco Sá Carneiro no Porto, a Base Aérea de Monte Real dispõe de excecionais condições para a sua abertura ao tráfego aéreo comercial e de passageiros, sendo ainda de referir a sua proximidade à A1, A8 e A17, ambas as vias com direta ligação à nossa Cidade.-----

3. Desde há vários anos que tem vindo a ser ativamente pugnada a possibilidade de abertura à utilização civil e comercial deste Aeródromo, nomeadamente pelos Autarcas do Poder Local da nossa Região, pelas Universidades de Coimbra e de Aveiro, pelo Turismo Centro de Portugal e - não menos importante - por diversas associações industriais e comerciais da nossa Região.-----

4. A Figueira da Foz tem um enorme potencial turístico e de atração de visitantes e turistas, bem como de criação de emprego e de instalação de empresas e polos comerciais que, não obstante as diversas ligações viárias e o grande investimento em infraestruturas, não se tem concretizado em pleno nos últimos largos anos.---



Recorde-se que o próprio Município da Figueira da Foz assumiu, há cerca de trinta anos atrás, como fator potenciador do desenvolvimento turístico e empresarial da nossa Cidade, a construção no nosso próprio Concelho de um aeroporto, devendo ainda recordarmos que a Figueira chegou inclusivamente a dispor na década de 30 de um aeródromo de utilização civil na Ilha da Morraceira.-----

5. Convém igualmente lembrar que a Figueira da Foz não está, à semelhança aliás do nosso Distrito, ao abrigo da terrível conjuntura económica que nos últimos anos levou muitos jovens - mas também menos jovens - a emigrarem e procurarem fora as oportunidades que aqui não encontram, motivo pelo qual esta questão deve merecer uma profunda, séria e sobretudo interessada ponderação.-----

6. Na Região Centro, na qual a Figueira da Foz não pode nem deve ser vista como um Município de secundária importância, habita cerca de 1/4 da população portuguesa num total de mais de dois milhões de habitantes e representando uma importante parcela do PIB, sendo igualmente importante referir a importância económica do triângulo Aveiro - Leiria - Figueira/Coimbra.-----

Assim sendo, e considerando o atrás exposto, propõem os Deputados do Partido Socialista na Assembleia Municipal que o Governo da República promova todas as diligências e parcerias necessárias para a abertura o mais rapidamente possível da Base Aérea de Monte Real ao tráfego aéreo comercial e de passageiros pelo seu impacto económico direto na Região Centro e, em particular, na Figueira da Foz.-
Termino citando José Saramago «Não tenhamos pressa. Mas não percamos tempo».----

Deve desta Moção ser dado conhecimento ao Senhor Presidente da República, ao Senhor Primeiro Ministro, ao Senhor Ministro do Planeamento e das Infraestruturas, ao Senhor Ministro da Defesa Nacional, ao Chefe do Estado Maior da Força Aérea Portuguesa, ao Turismo Centro de Portugal, à Autoridade Nacional de Aviação Civil, bem como naturalmente à nossa Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra e a todos os Senhores Deputado(a)s Eleitos pelo Círculo de Coimbra.-----

Uma breve nota para concluir. Há poucos dias atrás o Primeiro Ministro referiu não ser uma prioridade a abertura da Base Aérea de Monte Real, pelo facto de não se encontrar enquadrada no Quadro Comunitário de Apoio.-----

Respeitando a opinião do Primeiro Ministro e do Governo, a qual não vai contra a abertura da Base Aérea, simplesmente não a considera uma prioridade, em meu entender, enquanto deputados municipais e cidadãos cabe-nos defender os interesses da Região Centro e em particular os da Figueira da Foz. Por isso, independentemente de quaisquer aspetos financeiros, parece-me pouco aceitável não se ponderar o



extraordinário impacto decorrente da abertura de um aeroporto ou aeródromo de pequena/média dimensão a apenas 40/50 Km da Figueira da Foz.-----

Este tem sido um combate/opinião partilhado pelo Presidente da Câmara Municipal da Figueira da Foz, atualmente na liderança da Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra, e espero que o mantenha.-----

No ano de 2010, nos primeiros meses de mandato, o Presidente da Câmara Municipal manifestou claramente a importância da abertura desta Base Aérea. Espero dele essa mesma posição no futuro, e contará comigo, pelo menos, para «caminhar» ao lado dele na defesa deste projeto.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado José Pereira da Costa.-----

JOSÉ PEREIRA DA COSTA: “A Coligação Somos Figueira vai votar favoravelmente esta Moção pela Abertura da Base Aérea de Monte Real (BA5) ao tráfego aéreo comercial e de passageiros.-----

Fico muito satisfeito por saber que o Presidente da Câmara, na qualidade de Presidente da Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra, defende este projeto. O deputado municipal Luis Mendes Ribeiro é um rapazinho novo, e talvez não o saiba, porém, o atual Presidente da Câmara Municipal não é nem foi o único a defender este projeto, pois ao longo dos anos tem havido outras pessoas, a fazê-lo. Por exemplo, o Dr. Pedro Santana Lopes, a cujo executivo tive a honra de pertencer, foi das pessoas que mais se empenhou pela abertura da Base Aérea de Monte Real e/ou instalação de um aeródromo na Figueira da Foz, e isso pode ser testemunhado por todos os figueirenses.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado José Elísio Oliveira.-----

JOSÉ ELÍSIO OLIVEIRA: “Irei votar a favor desta Moção pela Abertura da Base Aérea de Monte Real (BA5) ao tráfego aéreo comercial e de passageiros.-----

Ao longo de vários mandatos, a Câmara, Assembleia Municipal, diversas entidades/organizações públicas e privadas têm vindo a perfilhar idêntica iniciativa.-----

Mas não se pode ser ingénuo, os interesses por detrás disto são enormes e imensos. Este projeto colide com os interesses da Portela, Alcochete, Aeroporto de Sá Carneiro, etc., portanto, não será fácil. Não é por acaso que ao longo destes anos todos nunca houve abertura para se avançar com ações concretas de maneira a abrir Monte Real ao tráfego civil.-----

Só com um lobby forte, o qual, em meu entender, deveria ser liderado pelos Presidentes da Assembleia e da Câmara Municipal, passando pela Comunidade



Intermunicipal da Região de Coimbra, deputados eleitos na Assembleia da República pela Região Centro, Associações Comerciais e Industriais da Zona Centro, por Fátima, etc., talvez se chegue a algum lado.-----

Doutra maneira não haja ilusões nem ingenuidade - a mera aprovação de uma Moção na Assembleia Municipal não levará a lado algum. Será mais uma a ir para o cesto dos papéis."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada Silvina Anadio Queiroz.-----

SILVINA ANADIO QUEIROZ: "A Coligação Democrática Unitária também vai votar favoravelmente esta Moção pela abertura da Base Aérea de Monte Real (BA5) ao tráfego aéreo comercial e de passageiros, subscrita pelo Partido Socialista.----

Fazendo um pouco de história sobre este tema, refiro ter sido o Partido Comunista Português, a primeira força política a propor a abertura de Monte Real à aviação civil, quando ainda a sua sigla identitária eleitoral eram umas argolinhas entrelaçadas, e a coligação com o Partido Ecologista «Os Verdes» e com o Movimento democrático Português se denominava Aliança Povo Unido.-----

Portanto, esta questão é muito antiga, mas começou com o Partido Comunista Português."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado João Paulo Tomé.-----

JOÃO PAULO TOMÉ: "Acrescentarei mais um bocadinho à história já contada.-----

Na primeira década dos anos 50, alguém a trabalhar na Comissão Municipal de Turismo da Câmara Municipal da Figueira da Foz, de seu nome Ernesto Ferreira Gomes Tomé, junto com o Dr. Melo Biscaia, fez aterrar do lado de lá do rio um aviãozinho ainda do tempo da guerra, alertando precisamente para a necessidade de pelo menos um aeródromo na Figueira da Foz. Na altura, ainda nem sequer existiam partidos políticos.-----

Há uns aninhos atrás, tive o prazer de ser conduzido pelo Presidente da Câmara a um encontro em Monte Real, reunindo todos os empresários desde Fátima a Leiria, Pombal, etc. Estava lá tudo, e não se conseguiu nada!-----

O Bloco de Esquerda vai votar favoravelmente esta Moção pela Abertura da Base Aérea de Monte Real (BA5) ao tráfego aéreo comercial e de passageiros, na expectativa de se poder conseguir algo de concreto nesta matéria."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado Mário Silva Esteves.-----

MÁRIO SILVA ESTEVES: " Não poderia ficar indiferente a esta Moção. Muito se tem falado sobre a abertura da Base Aérea de Monte Real (BA5) ao tráfego aéreo comercial e de passageiros, é verdade.-----



Os factos citados revelam efetivamente a existência de forças de muito interesse e com grande força, nomeadamente, nos distritos de Coimbra, Leiria, Fátima, não só a nível civil mas também a nível eclesiástico.-----

Muito se tem dito sobre a Figueira da Foz e toda a Região Centro carecer efetivamente de um aeroporto. Os aeroportos localizam-se no Norte e Sul do país, e a implementação de um aeródromo na zona Centro, seria uma mais valia económica. Os meus parabéns ao deputado municipal Luis Mendes Ribeiro pela apresentação desta Moção e também pela anterior, durante a qual não pedi o uso da palavra apenas para não alongar mais o atraso deste período da Ordem de Trabalhos.-----

Concordo, o «caminho faz-se caminhando», por isso vamos todos lutar pelos interesses da Figueira da Foz e do seu Turismo.-----

Essa vertente do património e do tráfego, para além das belíssimas acessibilidades hoje já uma realidade, servirão para a Figueira da Foz cada vez mais atrair pessoas a esta Terra.-----

Por tudo isto, o meu voto será favorável.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado João Filipe Carronda.-----

JOÃO FILIPE CARRONDA: “A sessão hoje começou tensa, e isso poderia ter sido ultrapassado com um esclarecimento inicial, evitando-se dessa forma conceções e pensamentos talvez menos corretos. Mas agora pode vir a tornar-se alegre.-----
Esta Moção será votada favoravelmente, como é óbvio, mas há aqui um pormenor a ser levado em linha de conta.-----

Se porventura este processo for entregue ao Presidente da Junta de Freguesia de Lavos, o lobby por ele criado é bem capaz de ter sucesso, tal como ele afirmou ter acontecido com a não agregação da freguesia de São Pedro.-----

Deputado municipal José Elísio Oliveira interesse-se por este projeto e pode ser que se tenha êxito.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: “De facto esta proposta é recorrente e já tem mais de 40 anos. Nessa altura, foi encabeçada e liderada pela Figueira da Foz, e recentemente, há cerca de 04/05 anos, teve o empenho de um Movimento Cívico liderado por vários intervenientes, ao qual entusiasticamente aderiram dois Municípios, Figueira da Foz e Leiria.-----

Conseguiu-se então uma reunião com o Primeiro Ministro, onde se ponderaram várias questões. O projeto de Beja correu mal, e o segundo critério definido pelo plano das infraestruturas de elevado valor acrescentado, obriga a um plano de



autossustentabilidade e se possível participado também pelo setor privado.-----
Aqui surge a grande dificuldade, porque hoje a circulação aérea é exponencial, isto é, praticamente ultrapassa por larga percentagem aquilo que era comum há 15, 20 ou 40 anos atrás. É um meio de transporte recorrente, faz parte do quotidiano das pessoas, mas está inserido numa política muito agressiva e altamente competitiva, como se viu recentemente com o processo de privatização da TAP e com as questões do Porto em relação às empresas de low cost.-----
Sustentar uma Base Aérea Civil implica um investimento brutal. Portanto esse investimento tem de ter necessariamente um retorno. Sem uma empresa a assumir este projeto dificilmente haverá investimento público. Na altura, ainda foram contactados alguns dos operadores mais correntes tipo Ryanair e outros. A Ryanair hoje está consolidada no Porto, as outras operadoras usam o aeroporto de Lisboa, e em princípio vamos ter um aeroporto no Montijo para este mesmo objetivo.-----
A Região Centro vem desde os limites de Caldas da Rainha até ao Norte de Espinho, e de Aveiro para cima tudo se liga ao Porto e de Leiria para baixo tudo se liga a Lisboa. A Figueira da Foz localiza-se a 120 Km do Porto e a 190 Km de Lisboa, e a abertura desta Base Aérea à aviação civil seria útil essencialmente para nós e para Leiria. Conseguir depois a adesão dos outros Concelhos já seria um processo complicado, e o plano de sustentabilidade fica assim fortemente comprometido.---
Face ao critério de definição dos investimentos de elevado valor acrescentado, os quais não sofreram grandes alterações pelo Plano Nacional de Reformas antontem apresentado, este projeto não foi inserido e dificilmente o será, pela dificuldade na sua justificação de uma forma sustentável perante a Comissão Europeia, o grande financiador e único que vamos ter por longos anos.-----
Todavia, temos de manter este projeto presente. Há guerras para ganhar, outras para ganhar a prazo, a longo prazo, umas perdem-se agora para se ganhar depois, e prefiro, neste momento, assentar os meus esforços em focalizar os investimentos públicos na ampliação do Porto da Figueira da Foz, esperando a mesma solidariedade dos meus colegas na defesa deste objetivo.-----
Mas também não declinemos, vale a pena de quando em quando a Assembleia Municipal manifestar-se a favor deste projeto, assim ele seja sustentável e haja oportunidade de o proactivar. Da minha parte contarão sempre com disponibilidade mas com esta relação de compromisso."-----
PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado João Filipe Carronda.-----
JOÃO FILIPE CARRONDA: " Peço desculpa porque me fiz entender mal.-----



A Assembleia Municipal começou com mais de 30 minutos de atraso. Isto para o público não é agradável, porque é um desrespeito da parte deste órgão deliberativo. As intervenções em relação à ausência do Presidente da Câmara nunca teriam acontecido se tivesse havido uma informação inicial sobre isso. Esse esclarecimento inviabilizaria as afirmações produzidas e a tensão entretanto criada.-----
Existe um Regimento mas deve haver exceções, e se não conseguirmos dar voz aos cidadãos, eles deixam de cá vir e passam a desconfiar da nossa capacidade de audição.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA: “No início da sessão informei todos os presentes sobre o atraso do Presidente da Câmara, decorrente de ter sido convocado à última da hora para uma reunião, tendo em vista a formação de um grupo de trabalho para analisar as condições da barra da Figueira da Foz. Poderão depois ouvir a gravação caso subsistam dúvidas.-----

Este munícipe inscreveu-se para usar da palavra, sem contudo especificar os assuntos. Após um contacto telefónico, afirmou pretender lavrar um protesto sobre a maneira como fora tratado na Sessão Solene do 25 de Abril, apontar uma sugestão ao Presidente da Câmara Municipal, e solicitar esclarecimentos sobre assuntos de interesse geral da sua terra, a Gala.-----

Ele desconhecia, e a culpa é minha, só ter 05 minutos para fazer a sua apresentação. A sua intervenção resumiu-se a ter uma garantia que o Posto de Saúde de São Pedro não encerraria, ou caso tal ocorresse, a saber se o Município da Figueira da Foz não faria nada contra isso.-----

Nenhum dos membros desta Assembleia Municipal estava habilitado a responder a tal questão de forma inequívoca. Em consequência, perdeu-se tempo a chover no molhado. Quanto ao atraso no início da Ordem dos Trabalhos, subscrevo na íntegra as palavras do deputado municipal João Filipe Carronda, pois passamos uma ideia errada para o público. Infelizmente, tem sido prática o atraso no início das sessões, mas nunca é tarde para se retomarem as boas práticas.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado Vitor Gonçalves Alemão.-----

VITOR GONÇALVES ALEMÃO: “Comungo com o facto da Base Aérea de Monte Real (BA5) dever ser aberta ao tráfego aéreo comercial e de passageiros da Região Centro, para a dinamização da sua economia.-----

Mas se me permitem, porque a maior parte da minha carreira foi feita na Base Aérea de Monte Real, julgo poder também contribuir para esclarecer o maior problema adveniente dessa mesma abertura - a estratégia militar.-----



A Base Aérea de Monte Real é uma base operacional da Força Aérea, integrada na Organização do Tratado do Atlântico Norte, e portanto, com responsabilidades às quais não se pode fugir.-----

A Organização do Tratado do Atlântico Norte realizou um investimento nesta Base, dotando os F 16 e o A7P de uma capacidade de equipamentos e de dezenas abrigos. Um investimento brutal evidentemente obrigando a um rendimento e resposta adequada A Base Aérea de Monte Real tem em prontidão 24 horas por dia duas aeronaves, prontas a participar em qualquer intrusão no espaço aéreo português ou a responder a qualquer pedido da Organização do Tratado do Atlântico Norte.-----

E neste contexto surge o problema. Porque ter dois aviões prontos a descolar ao fim de 03 minutos, e simultaneamente aviões civis a circular, não sei como os militares conviverão com esta situação.-----

Perfilho esta luta mas teremos de reconhecer a dificuldade de se conseguir a abertura desejada face a estas questões militares.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado José Elísio Oliveira.-----

JOSÉ ELÍSIO OLIVEIRA: “Irei responder ao deputado municipal João Filipe Carronda. Mesmo antes do 25 de Abril já esteve prevista a abertura de um Aeródromo em Lavos. Aliás, hoje o terreno é propriedade do Município da Figueira da Foz e foi um executivo, do qual fiz parte, a revogar a decisão de instalação desse Aeródromo, com o argumento de provavelmente as pessoas de São Pedro, Marinha das Ondas, Paião, Alqueidão e Vila Verde o preterirem em relação ao Porto ou a Lisboa, inviabilizando-o economicamente.-----

Tinha uma dotação nas Grandes Opções do Plano e Orçamento de 740 contos, na altura muito dinheiro.-----

Relativamente às duas aeronaves em prontidão em Monte Real, isso só na teoria porque quando chegar à hora de alguma intervir, ou falta o piloto, ou o combustível, ou está uma peça avariada e não há aeronave nenhuma para intervir.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado Vitor Gonçalves Alemão.-----

VITOR GONÇALVES ALEMÃO: “Na minha opinião, isto é um insulto aos militares. Aliás, ainda há pouco tempo esteve à vista a prontidão e a forma como exercem a sua missão, e de facto eles não falham.-----

Deputado municipal José Elísio Oliveira, quando a Força Aérea Portuguesa participou no ataque ao Kosovo, os militares portugueses foram os únicos a cumprir a missão a 100%. Portanto, o deputado deve ter cuidado com as suas afirmações.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA perguntou se mais algum deputado municipal pretendia usar



da palavra e como ninguém se inscreveu passou-se de imediato à votação.-----
A Assembleia Municipal, encontrando-se ausentes os membros do Partido Socialista, Luis Miguel Bento, da Coligação Somos Figueira, Paulo Querido Rodrigues, e da Coligação Democrática Unitária, Maria Adelaide Gonçalves, ao abrigo das disposições emergentes da alínea k) do n.º 2 do art.º 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua última redação, aprovou, por unanimidade, a Moção pela «Abertura da Base Aérea de Monte Real (BA5) ao tráfego aéreo comercial e de passageiros pelo seu impacto económico direto na Figueira da Foz», subscrita pelo grupo municipal do Partido Socialista, deliberando:-----

1 - Solicitar ao Governo da República a promoção de todas as diligências e parcerias necessárias para a abertura, o mais rapidamente possível, da Base Aérea de Monte Real ao tráfego aéreo comercial e de passageiros pelo seu impacto económico direto na Região Centro e, em particular, na Figueira da Foz;-----

2 - Remeter a Moção ao Presidente da República, Primeiro Ministro, Ministro do Planeamento e das Infraestruturas, Ministro da Defesa Nacional, Chefe do Estado Maior da Força Aérea Portuguesa, Turismo Centro de Portugal, Autoridade Nacional de Aviação Civil, Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra e a todos os Deputados(as) Eleitos (as) pelo Círculo de Coimbra.-----

Deliberação aprovada em minuta.-----

E - MOÇÃO SOBRE «A (RE)ORGANIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO DE CUIDADOS DE SAÚDE NO CONCELHO DA FIGUEIRA DA FOZ»

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado Teotónio Jesus Cavaco.-----

TEOTÓNIO JESUS CAVACO: "Considerando que:-----

- A Lei de Bases da Saúde estabelece que as autarquias locais participam na ação comum a favor da saúde (coletiva e dos indivíduos), intervindo na definição das linhas de atuação em que estejam diretamente interessadas, contribuindo para a sua efetivação dentro das suas atribuições e responsabilidades;-----

- É exigível uma cada vez maior intervenção dos municípios nas áreas sociais e da saúde, nomeadamente nas suas competências ao nível de participação e planeamento, construção, manutenção e apoio a centros de saúde;-----

- Só uma participação municipal acrescida e simultaneamente operativa ao nível de planeamento da rede de equipamentos de saúde e na definição das políticas e ações de saúde pública poderá contribuir para uma melhor oferta e para a satisfação das necessidades locais;-----

- A Extensão de Saúde de Lavos surgiu de uma parceria entre o Município, a



Administração Regional de Saúde do Centro, I.P. e a Junta de Freguesia de Lavos, a qual originou uma candidatura a fundos comunitários, sendo que a construção do equipamento custou cerca de 640.000,00 € (seiscentos e quarenta mil euros) e terá uma participação de 85% de fundos comunitários;-----

- Este espaço, muito desejado, conta com 8 gabinetes, salas de apoio e sala de espera, para servir cerca de 6.000 pessoas;-----

- Este espaço surgiu da necessidade de encontrar uma solução digna para o seu público alvo;-----

- Brevemente, o Concelho da Figueira da Foz contará também com um novo Centro de Saúde, nas Alhadadas, dotando a zona norte de mais uma infraestrutura tão importante para a nossa população.-----

- Não foram devidamente auscultados, informados ou acauteladas as legítimas expectativas dos fregueses de São Pedro quanto à prestação de cuidados de saúde de proximidade:-----

- Não estão a ser devidamente auscultados, informados ou acauteladas as legítimas expectativas dos fregueses de Marinha das Ondas quanto à prestação de cuidados de saúde de proximidade.-----

Assim, a Assembleia Municipal da Figueira da Foz, reunida em 29 de abril de 2016 delibera:-----

1 - Solicitar um cabal esclarecimento da Câmara Municipal da Figueira da Foz e da Administração Regional de Saúde do Centro, num prazo máximo de 30 dias, relativamente à (re)organização da administração de cuidados de saúde no Concelho da Figueira da Foz;-----

2 - Solicitar à Câmara Municipal da Figueira da Foz a implementação efetiva de um Plano de Mobilidade Integrado e Sustentável em todo o Concelho da Figueira da Foz;

3 - Manifestar total apoio à população, no sentido da proteção do direito à saúde;

4 - Enviar a presente Moção a Suas Excelências o Presidente da Assembleia da República, o Primeiro Ministro, o Ministro da Saúde e aos Grupos Parlamentares na Assembleia da República."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado José Elísio Oliveira.-----

JOSÉ ELÍSIO OLIVEIRA: "Voto a favor desta Moção, por a considerar razoável.-----
Relativamente aos transportes para o Centro de Saúde de Lavos custarem 3,60 €, ida e volta, lembraria que os transportes dos alunos de Lavos, Borda do Campo, Marinha das Ondas, e Alqueidão para o Paião também custam dinheiro, e existe um plano concelhio municipal de transportes."-----



PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado Nuno Melo Biscaia.-----

NUNO MELO BISCAIA: "O grupo municipal do Partido Socialista irá votar favoravelmente esta Moção, apresentando de seguida uma declaração de voto."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado Filipe Humberto Dias.-----

FILIFE HUMBERTO DIAS: "Votarei favoravelmente esta Moção, porém à semelhança do Presidente da Junta de Freguesia de São Pedro, começo a preocupar-me com o futuro das nossas populações.-----

No ano de 2010 foi encerrado o Posto Médico de Santo Amaro da Boiça, na Freguesia de Maiorca. Neste momento o Posto Médico de Maiorca funciona apenas com os serviços mínimos. Quando o médico está de férias não há outro para o substituir. A população de Maiorca é bastante envelhecida e com poucas possibilidades económicas para se poderem deslocar ao posto de saúde mais próximo.-----

Quando for assinado o Protocolo para a construção do Centro de Saúde das Alhadas, gostaria de perceber o que irá acontecer ao Posto Médico de Maiorca."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado Manuel Rodrigues Nada.-----

MANUEL RODRIGUES NADA: "Pessoalmente também vou votar a favor desta Moção. De qualquer modo, esta minha intervenção é mais para agradecer ao deputado municipal Teotónio Jesus Cavaco por manifestar total apoio à população na proteção ao direito à saúde."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado João Paulo Tomé.-----

JOÃO PAULO TOMÉ: "O Bloco de Esquerda irá votar a favor desta Moção, no entanto gostaria de chamar a atenção para alguns factos no seu ponto de vista importantes. Em primeiro lugar, há seis anos atrás, o Bloco de Esquerda apresentou um plano onde estes Centros de Saúde estavam previstos.-----

Em segundo lugar, há seis anos também, foi apresentado um plano de mobilidade integrado precisamente para suprir não só o transporte das populações para os Centros de Saúde, mas também ao mesmo tempo, acautelar o transporte dos alunos entre as escolas.-----

Era escusado multiplicar gastos em investimentos, quando com os mesmos meios eventualmente se poderiam resolver as duas situações. Porque a maioria dos problemas de saúde do Município da Figueira da Foz resolviam-se com meios de transporte. Talvez não fosse preciso investir muito mais, não direi Centros de Saúde, mas em Postos de Atendimento, como existem alguns por aí.-----

Por outro lado, com a revisão em curso no Ministério da Saúde, provavelmente a médio prazo a cobertura dos cuidados primários de saúde será muito melhor em



relação à atual.-----
E a título de curiosidade, há uns aninhos atrás disponibilizei-me junto do Agrupamento de Centros de Saúde do Baixo Mondego II para abrir um Posto de Saúde na Leirosa, mas essa proposta não foi aceite. Neste momento existe legislação, posso fazê-lo assim queiram as pessoas.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado João Filipe Carronda.-----

JOÃO FILIPE CARRONDA: “Não era para dizer nada, mas o bichinho está cá e a camisola ainda está muito agarrada ao corpo, enquanto autarca deste Concelho. Hoje na função de deputado municipal digamos assim é mais abrangente e tem-se de olhar para o Concelho.-----

O deputado municipal José Elísio Oliveira, aqui nesta Assembleia Municipal por inerência da sua função de Presidente de Junta, utilizou uma expressão feliz e de alerta para todos os outros autarcas. Disse ele assim, está gravado, «eu não dormi na fila». Ele não é de dormir na fila, verdade seja dita.-----

Isto deve ficar como alerta para os outros autarcas - não durmam na fila.-----
Ouvindo a justificação das razões pelas quais o Posto Médico de Marinha das Ondas não abriu ao público, a seguir a uma reunião conjunta entre o Presidente da Câmara e os Presidentes das Juntas de Freguesia de Marinha das Ondas e São Pedro, e o responsável pela Administração Regional de Saúde do Centro, I.P., questionei-me como é possível engolir-se tal explicação.-----

O Posto Médico não abriu porque os funcionários estavam com medo! Desculpem lá. Um dia destes a Câmara Municipal não abre porque aparece aí um fulano qualquer a ameaçar os seus trabalhadores, e estes com medo não abrem os serviços. Isto não colhe seja qual for a entidade. Isto é um «abre olhos».-----

Eu perfilho as ambições do Presidente da Câmara, ou seja, a melhoria na qualidade da prestação de serviços, porque se os profissionais se sentirem bem instalados e tiverem outro tipo de equipamentos, terão outra disposição para o trabalho e isso só beneficia os utentes.-----

Temos de dar a possibilidade aos utentes de acederem a esses locais. Não se trata aqui de deslocções a 50/60 Km, como acontece muito no interior do país, mas de 04/05 Km. O Município da Figueira da Foz já demonstrou essa solidariedade na pessoa do seu Presidente, em promover uma rede de transportes permitindo às pessoas deslocarem-se a esses locais. O futuro dirá se as pessoas se sentirão melhor ou pior tratadas.-----

A mim choca-me essencialmente a forma como os autarcas são tratados. Os eleitos



locais, são o conforto das populações, e ao tomarem-se este tipo de atitudes para com eles está-se a desrespeitá-los, minimizá-los, e a colocá-los em confronto com os seus fregueses.-----

Os Presidentes de Junta nesta sala estão muito calados e eu não quero tomar o lugar deles, mas tenho cá a camisola. Também há um posto médico em Vila Verde e haverá outros, custaram dinheiro, tem boas instalações, as pessoas sentem-se bem tratadas, e como será no futuro?-----

É indispensável racionalizar as despesas e os meios, mas não se tratam assim as pessoas, não deste modo, nem os autarcas de base que tanto dão do seu tempo e com imenso sacrifício.-----

Estou plenamente de acordo com esta Moção, onde se pedem responsabilidades, e elas racionalmente devem ser exigidas e respondidas, dentro das capacidades e responsabilidades de cada uma das entidades envolvidas.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA perguntou se mais algum deputado municipal pretendia usar da palavra e como ninguém se inscreveu passou-se de imediato à votação.-----

A Assembleia Municipal, encontrando-se ausentes os membros do Partido Socialista, Luis Miguel Bento, Carlos Alberto Patrão, Fausto Santos Loureiro, da Coligação Somos Figueira, José Pereira da Costa e Paulo Querido Rodrigues, ao abrigo das disposições emergentes da alínea k) do n.º 2 do art.º 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua última redação, aprovou, por unanimidade, a Moção sobre «A reorganização da administração de cuidados de saúde no Concelho da Figueira da Foz», subscrita pelo grupo municipal da Coligação Somos Figueira, deliberando:-----

1 - No prazo máximo de trinta dias, solicitar um cabal esclarecimento à Câmara Municipal da Figueira da Foz e à Administração Regional de Saúde do Centro, I.P., relativamente à (re)organização da administração de cuidados de saúde no Concelho da Figueira da Foz;-----

2 - Solicitar à Câmara Municipal da Figueira da Foz a implementação efetiva de um Plano de Mobilidade Integrado e sustentável em todo o Concelho da Figueira da Foz;

3 - Manifestar total apoio à população na proteção do direito à saúde;-----

4 - Remeter a Moção ao Presidente da Assembleia da República, Primeiro-Ministro, Ministro da Saúde, e aos Grupos Parlamentares com assento na Assembleia da República.-----

Deliberação aprovada em minuta.-----

NUNO MELO BISCAIA apresentou a seguinte declaração de voto: “O Voto do grupo



municipal do Partido Socialista é favorável, até porque está em causa a defesa intransigente de um direito constitucionalmente garantido - o acesso aos cuidados de saúde - no caso vertente, da população da freguesia de São Pedro e da Marinha das Ondas.-----

No entanto, o epicentro, a entidade principalmente responsável não é a Câmara Municipal, mas sim a Administração Regional de Saúde do Centro, I.P., e é a ela que deve ser principalmente dirigida esta solicitação da Moção agora aprovada.--

Por outro lado, quanto à solicitação feita à Câmara Municipal da Figueira da Foz para a implementação efetiva de um plano de mobilidade, penso terem sido aqui expressos pelo Presidente da Câmara e também pelo Vereador Carlos Monteiro, os esforços encetados pelo Município no sentido de garantir maiores transportes públicos e maior mobilidade aos habitantes daquelas freguesias com mais dificuldades em se deslocar.-----

Por último e para terminar, mais uma vez apesar de estar aqui presente o manifesto interesse público autárquico, lamento o facto desta Moção ter sido apresentada na hora e ao arrepio das boas práticas desta casa. É uma situação a ser corrigida a breve prazo."-----

F - SESSÃO COMEMORATIVA DO 25 DE ABRIL

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada Silvina Anadio Queiroz.-----

SILVINA ANADIO QUEIROZ: "Esta Assembleia Municipal está-me a tirar do sério, porque eu e o deputado municipal Mário Alberto Oliveira cometemos o erro de nos inscrevermos para usar da palavra ainda no período destinado ao público.-----

Nessa confusão, eu inscrevi-me e fi-lo muito tempo antes do deputado municipal José Elísio Oliveira, e não quero ser coartada no meu direito de uso da palavra, porque ainda nem sequer abri a minha santa boquinha. Isto de se ser mais complacente com uns e menos paciente com outros, magoa.-----

Dito isto, assino por baixo das palavras do deputado municipal João Filipe Carronda quando disse não se dever dar a impressão de não querer cá o público.-----

E aproveito para dizer o quanto fiquei zangada e aborrecida na Sessão Solene do 25 de Abril quando me apercebi de munícipes a irem-se embora pelo facto de os lugares estarem marcados. Observei um senhor aí de 60 anos a puxar a esposa, dizendo «Eles não nos querem cá, isto é só para eles.»-----

E um jornalista desta praça meteu-se na conversa, referindo-se à escolha do Pequeno Auditório para a Sessão Solene, afirmando «Sabe nas fotografias apareciam muitos lugares vagos». E eu respondi-lhe «Não tenho nada a ver com isso, antes lugares



vagos do que as pessoas não assistirem ao 25 de Abril, quarenta e dois anos depois da data». Ainda há cidadãos comuns a comparecerem nestas Sessões Solenes, não obstante todas as tentativas de lavagem desta tão importante data.-----

Fiquei muito magoada, não me queria sentar, e só o fiz com a deputado municipal Maria Adelaide Gonçalves por disciplina partidária, por estarmos ali em missão institucional e o nosso protesto dever ser lavrado posteriormente numa sessão da Assembleia Municipal.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado José Elísio Oliveira.-----

JOSÉ ELÍSIO OLIVEIRA: “Li e tenho ouvido na comunicação social imensas loas ao 25 de abril, declarações de intenção, de princípio, que eu subscrevo integralmente, como o 25 de abril sempre, o povo está com o 25 de abril, o cravinho na lapela, etc. Subscrevo tudo isso, não paga imposto, fica bem e se calhar até rende alguns votos.-----

Mas para mim o estar verdadeiramente com o 25 de abril seria tirar o País da falência e da bancarrota a que governos incapazes, demagogos e populistas o condenaram.-----

25 de Abril seria recuperar economicamente o país, aumentando a produção nacional e conseqüentemente as exportações, diminuindo as importações, de maneira a tornar Portugal cada vez menos dependente do estrangeiro, criando riqueza a ser melhor distribuída pelos cidadãos.-----

25 de Abril seria alterar as leis da justiça, acabando com esta pouca vergonha dos ladrões, criminosos, e corruptos, continuarem a pavonear-se impunemente por aí, com alegres sorrisos nos lábios, e quem sabe se nós os cidadãos cumpridores não teremos de os indemnizar. Na América Bernard Madoff foi condenado a prisão perpétua, confiscaram-lhe a fortuna e deixaram apenas um apartamento para a mulher.

25 de Abril seria alterar as leis da segurança interna de modo a evitar a condenação de um polícia que no cumprimento da lei e das suas funções baleou um ladrão.----

A democracia precisa de ser alterada e as suas regras também, facilitando as condições de os cidadãos concorrerem às Juntas de Freguesia, à Câmara Municipal e à Assembleia da República sem burocracias e condicionalismos.-----

A atual democracia condiciona tudo às lideranças dos partidos políticos, na sua maior parte controlados por organizações secretas, que condicionam toda a vida coletiva dos cidadãos.-----

Deputado municipal João Paulo Tomé o senhor não está no governo mas o seu partido apoia o governo.-----



Deputado municipal António Santos Salgueiro a discussão da Reorganização Administrativa Territorial Autárquica foi um ato democrático, aqui discutido imensas vezes e aqui votado. Ou está a referir-se ao ato antidemocrático praticado pelo Partido Socialista quando não quis participar na discussão, fugiu ao confronto e se refugiou para não sofrer penalizações eleitorais.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado João Paulo Tomé.-----

JOÃO PAULO TOMÉ: “Antes do 25 de Abril que o senhor quase deitou fora, se fizesse uma intervenção deste tipo era preso. O 25 de Abril serviu para o senhor poder dizer aquilo que lhe dá na real gana e outras coisas mais...”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA: “Eu não queria ocupar tempo algum deste Período de Antes da Ordem do Dia, mas terei de abordar a questão das cerimónias do 25 de Abril.-- A responsabilidade da cerimónia da sessão extraordinária do 25 de Abril, é um trabalho de equipa, contando com a colaboração do Bigas, da trabalhadora afeta ao apoio administrativo deste órgão, Dr. Pedro Lopes, Dr.ª Margarida Perrolas, Teresa Villalobos, e trabalhadores do Departamento de Obras Municipais e Ambiente, e da Divisão de Ambiente. Por sua vez, a Mesa reúne com os líderes dos grupos municipais e acorda os tempos de intervenção e quem usa da palavra em representação de cada uma das forças partidárias.-----

No domingo à noite recebi um telefonema do Chefe de Gabinete do Presidente da Câmara a perguntar-me se estava tudo em ordem, tendo eu respondido afirmativamente. No decorrer da cerimónia do 25 de abril, não se pretende que cada um de nós ateie um fogo, mas que o apague se ele surgir.-----

Quando entrei no pequeno Auditório, a deputada municipal Maria Adelaide Gonçalves veio ao meu encontro e questionou-me se achava bem estarem pessoas em pé, com tantos lugares marcados e vazios. Disse-lhe «quem não está, estivesse», portanto as pessoas que se sentem nas cadeiras. A deputada municipal prometeu não se sentar enquanto houvessem pessoas em pé, tendo-lhe eu retorquido, o problema é seu, vou-me embora.-----

É uma tradição, eu não inventei nada de novo, enviarem-se convites para diversas entidades oficiais, militares, religiosas e políticas do Concelho, umas respondem e outras não. As cerimónias iniciam-se com a concentração e o Hastear da Bandeira pelas 10,00 horas, e do meu ponto de vista, quem não comparece a essa hora já não faz parte da sessão.-----

Mas, os figueirenses são os convidados por excelência e todos os deputados municipais presentes no local tinham de per si o interesse que tudo corresse bem,



e seriam as primeiras pessoas a tentar colaborar para sanar uma eventual dificuldade.-----

À questão suscitada pela deputada municipal Maria Adelaide Gonçalves, a D. Helena e o Dr. Pedro Lopes, sem havermos combinado nada, responderam a mesma coisa - «sentem-se».-----

Fiquei muito satisfeito com as cerimónias do 25 de Abril, mas magoam-me este tipo de considerações.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada Maria Adelaide Gonçalves.-----

MARIA ADELAIDE GONÇALVES: “Segundo o Presidente da Assembleia Municipal, a Coligação Democrática Unitária não participou no bom espírito do 25 de Abril.---
Todavia, eu não estou a representar-me a mim própria. É verdade, eu perguntei ao Presidente da Assembleia Municipal se achava bem haver pessoas em pé e os lugares estarem marcados mas vazios, e ele respondeu que daí a pouco tempo, a Banda terminaria a sua atuação e as pessoas poderiam sentar-se.-----

Refiro, ainda, que apesar de haver oradores convidados e muitas intervenções, a do Presidente da Assembleia Municipal foi a melhor.”-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

G - DESMORONAMENTO DE PARTE DO TROÇO DA A14

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada Silvina Anadio Queiroz.-----

SILVINA ANADIO QUEIROZ: “Aquando o desmoronamento de parte do troço da A14, em frente a Maiorca, o Partido Comunista Português emitiu uma nota aos órgãos da comunicação social e à população, que faz questão de aqui trazer, embora retocada, face aos entretanto desenvolvimentos acontecidos.-----

A responsabilidade primeira pelo colapso da A14 na zona de Maiorca é do seu concessionário que há muito deveria ter articulado com a Câmara Municipal da Figueira da Foz a intenção de proceder a uma intervenção que condicionaria sempre os acessos à cidade e arredores e em que a EN 111 assumiria o papel de via alternativa.-----

Desde a sua origem que esta obra foi polémica, quer pelo seu traçado, quer pelas opções de construção adotadas, numa zona de hidráulica complexa que foi obviamente subestimada e cujas consequências são conhecidas e recorrentes desde a sua inauguração até hoje.-----

A concessionária tem a responsabilidade pela totalidade da A14, embora os critérios de manutenção sejam diferenciados. Enquanto na parte portajada as intervenções são constantes, na outra, a de acesso livre, esta não merece a mesma atenção como bem



sabe quem dela se serve. Veja-se a qualidade do piso, patente nas imagens então publicadas. Nem queríamos acreditar na espessura de alcatrão que as câmaras de televisão patentearam!-----

A questão agora é como minimizar este problema que, pelos vistos estava detetado há cerca de seis meses, ou seja, muito antes das cheias deste ano.-----

Na opinião da Coligação Democrática Unitária, garantir as alternativas seguras e eficientes não pode ser uma responsabilidade exclusiva do Município Figueirense, ou seja, há custos e eles devem ser suportados por quem ao longo do ano lucra diretamente com as portagens.-----

O mesmo pensamos em relação aos custos da colocação do Pontão Militar em Maiorca. Quanto a estes pontões, dizem-nos conhecedores da matéria que a sua utilização terá de ser limitada no tempo, pois a sua estrutura não estará preparada para suportarem a passagem contínua de grandes camiões, com cargas pesadíssimas.-----

Pensa ainda a Coligação Democrática Unitária que, em coordenação com as entidades responsáveis, deve ser assegurado, por via aérea o transporte de doentes urgentes entre o Hospital Distrital da Figueira da Foz e os Hospitais de Coimbra, nomeadamente grávidas em trabalho de parto, requisitando para o efeito o helicóptero da Proteção Civil.-----

Esta situação torna urgente que se coloque na ordem do dia a proposta que, ao longo de vários anos o Partido Comunista Português e a Coligação Democrática Unitária têm feito nas diversas instituições de poder central e local para a construção de uma travessia alternativa na zona de Lares e que ligue pela margem esquerda do Mondego o Concelho da Figueira da Foz a Coimbra e aos Concelhos vizinhos de Montemor-o-Velho e Soure.-----

As vantagens de tal obra são mais que evidentes pelas suas implicações estratégicas na mobilidade de pessoas e mercadorias e para o desenvolvimento da Região.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado Filipe Humberto Dias.-----

FILIPE HUMBERTO DIAS: “O local onde ocorreu o desmoronamento da A14, é exatamente o mesmo, onde há cerca de 25 anos, os maiorquenses solicitaram a construção do Nó de Maiorca, e não o nó de Santa Olaia.-----

Um agradecimento especial ao Presidente da Câmara pela forma como tem acompanhado, e acompanhou desde o primeiro dia do colapso, a passagem dos veículos, principalmente os pesados, pela zona do Parque Comercial e pela zona dos serviços na freguesia de Maiorca.-----

Um sentido obrigado pela sua preocupação com as gentes de Santo Amaro da Boiça,



as quais circulam bastante naquela artéria e muitas dificuldades têm sentido neste momento. A gratidão dos meus fregueses, pela colocação da Ponte Militar, que veio ajudar bastante o tráfego em Santo Amaro da Boiça.-----

Por último, quero lembrar ao Presidente da Câmara e a todos os presentes o estado lastimável do piso da estrada entre Maiorca e Santana, facto já do conhecimento do Diretor do Departamento de Obras Municipais e Ambiente. A referida estrada tem crateras já bastante grandes, os pesados continuam a passar por lá, não vão deixar de passar pelo menos durante mais três semanas, e certamente a BRISA terá de intervir e recuperar o piso da mesma."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: "Tenho feito algumas deslocações a Coimbra e constato apenas uma moratória de 10 minutos.-----

O recurso a meios aéreos para transporte de doentes não me parece pertinente na diminuição do tempo de acesso ao Hospital, porquanto, requisitar um helicóptero, colocá-lo a voar, e trazê-lo à Figueira da Foz, é quase o mesmo tempo de transporte do doente por ambulância. Pessoalmente, defendo a boa gestão dos dinheiros públicos e, neste caso, esta opção poderia traduzir-se num desperdício daqueles.-----

Quanto à empreitada municipal de repavimentação e beneficiação da EN111 e a passagem hidráulica subterrânea para os terrenos agrícolas da Quinta de Foja, em Santa Eulália, prevê-se a conclusão dos trabalhos para o final do mês de maio, princípios de junho. Felizmente, a Câmara Municipal já tinha intervencionado o pavimento da EN 111 e agora está em curso a parte final dessas obras. Com isto, estará completamente liberta e já não haverá a atrofia da Ponte Militar, pese embora, esta dê um tempo de espera de mais ou menos de 02/03 minutos.-----

Por outro lado, a BRISA aponta o final do mês de maio para a reabertura total ao trânsito da A14, e promete proceder à fiscalização e prevenção das outras valas nela localizadas.-----

A manutenção da EN 111 foi uma opção assumida pelas Infraestruturas Estradas de Portugal na década de 90, e posteriormente transferida para a Câmara Municipal e para a BRISA. Esta empresa pode ter retardado o processo de intervenção, porém, a autarquia em boa hora iniciou a empreitada, porque efetivamente aquela via já se encontrava numa situação de rotura.-----

Por fim, deixo aqui um louvor ao Exército e ao seu Departamento de Engenharia Civil, o qual em colaboração com o Município e a Proteção Civil conseguiu minimizar os custos decorrentes deste aluimento."-----



PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado Vitor Gonçalves Alemão.-----

VITOR GONÇALVES ALEMÃO: "Admiro a Coligação Democrática Unitária pela perspicácia e até algum pormenor na abordagem dos seus temas.-----

Mas fiquei surpreso com a parte da intervenção da deputada municipal Silvina Anadio Queiroz onde refere que a Ponte Militar suporta a passagem contínua de camiões de grande dimensão e com cargas pesadíssimas.-----

Ontem mesmo fui a Coimbra e no cruzamento de Maiorca para a Borda do Campo deparei-me com um sinal de proibição de trânsito a pesados para a Ponte Militar.-----

Não consigo perceber as afirmações da deputada municipal. Só posso pensar uma coisa, se sabe não denuncia e se lá passam camiões é conivente com a situação.-- Como um dos factos apontados é a falta de capacidade da Ponte, questiono-me se é especialista em Engenharia Civil, Engenharia do Átomo do Pontão, ou do bicho do caruncho.-----

Nenhuma instituição militar perde a guerra por causa de uma ponte cair, e disso tenho eu a certeza. Porque, se for necessário, passa uma coluna de 100 camiões ou 40 tanques de muitas toneladas por essa ponte, seja em estratégia para fugir do inimigo ou para atacar. Quem montou o Pontão daquela forma não foram engenheiros civis, mas pessoas que aprenderam numa Escola de Engenharia Militar. Por isso mesmo o meu espanto perante tal intervenção."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada Silvina Anadio Queiroz.-----

SILVINA ANADIO QUEIROZ: "No meu texto apenas existe uma única imprecisão.-----

Sabia que aquele tipo de pontões não poderia estar durante 03/04 meses sujeito à passagem de camiões, com ritmo bastante frequente, e com grandes cargas.-----

Não sabia porém da interdição de trânsito aos veículos pesados, obrigando-os a desviar-se por Santana, porque não moro lá e nenhum dos meus camaradas de Maiorca me avisou.-----

Peço desculpa por tal imprecisão. Quanto ao resto não responderei por considerar ser um pouco de chicana."-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

H - ENCERRAMENTO DOS POSTOS DE SAÚDE DE SÃO PEDRO E MARINHA DAS ONDAS

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada Silvina Anadio Queiroz.-----

SILVINA ANADIO QUEIROZ: "No passado dia 29 de setembro, em sessão da Assembleia Municipal, o Presidente da Câmara Municipal, depois da pergunta da Coligação Democrática Unitária sobre a manutenção do Posto de Saúde de São Pedro, referiu «...tenho pugnado junto da Administração Regional de Saúde do Centro, I.P. pela sua



manutenção em funcionamento, para assegurar a relação de proximidade com os utentes da Freguesia de São Pedro...».

Não mencionou em momento algum da sua intervenção o Posto de Saúde de Marinha das Ondas, tendo-se limitado a responder à questão formulada. A Coligação Democrática Unitária só toma consciência do envolvimento do Posto de Saúde de Marinha das Ondas no dia 25 de abril, através do conhecimento da reunião havida com a Administração Regional de Saúde do Centro, I.P.

O executivo municipal sabia da intenção de encerrar estes dois postos de saúde? Tem consciência da existência de pessoas neste Concelho e em muitas aldeias das zonas em causa, que não têm transporte nem uma oferta capaz de transporte público? A Câmara Municipal adotou medidas para o transporte dessas pessoas em caso de necessidade de uma consulta médica?

Caso o Município tenha ponderado esta questão, quais são as respostas para solucionar tão preocupante problema? E como ficará assegurada a relação de proximidade dos profissionais de saúde com os utentes das Freguesias de São Pedro e Marinha das Ondas?

A saúde é um direito constitucionalmente consagrado e a Coligação Democrática Unitária exige que o mesmo seja respeitado o que não acontecerá com o encerramento daqueles Postos de Saúde."

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.

I - CRUZEIRO EM FRENTE AO EDIFÍCIO DO QUARTEL DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS - RECOLOCAÇÃO DA PLACA EXISTENTE NO LOCAL

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada Silvina Anadio Queiroz.

SILVINA ANADIO QUEIROZ: "Em 2012 comemoram-se duzentos anos da edificação do cruzeiro do cerco do Convento de Santo António, situado na Rua Heróis do Ultramar, na Figueira da Foz.

Trata-se de um imóvel de interesse público classificado em 05 de dezembro de 1961. Edificado em 1812, para homenagear os mais de 5.000 mortos, que no ano de 1811 aqui pereceram, vítimas de fome e doença, sobretudo de tifo. Eram sobretudo pessoas que se tinham refugiado na Figueira, durante a Invasão Francesa comandada por Massena no ano de 1810.

Foi a maior tragédia que se abateu sobre a nossa terra.

Como figueirenses empenhados em não deixar esquecer a história, foi com preocupação que verificamos que a Câmara Municipal da Figueira da Foz não tinha previsto no Plano de Atividades para 2012, qualquer evento para assinalar essa data.



Indagamos junto de alguns dos responsáveis dos partidos com representação autárquica, da maioria e da oposição, e da Divisão de Cultura, para saber se estavam previstas comemorações do segundo centenário do cruzeiro. A resposta foi unânime, não tinham conhecimento de quaisquer iniciativas por parte da autarquia. A maioria dos contactados também desconhecia a importância histórica do monumento, pensavam que se destinava a assinalar, aquilo que designavam como Cemitério dos Ingleses.-----

Pressionada, a Câmara Municipal decidiu, em finais de 2012 colocar no local uma placa comemorativa dos 200 anos da construção do monumento, placa essa que teve uma existência efémera. Passados poucos meses já tinha desaparecido e até hoje nem rasto dela.-----

A falta da placa é apenas um dos aspetos que caracteriza o estado de abandono a que este monumento foi votado por parte da autarquia, encontrando-se ainda encoberto por elementos vegetais que impedem a sua visibilidade, como é patente em fotos já apresentadas."-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

J - 1.º DE MAIO DE 2016

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado Mário Alberto Oliveira.-----

MÁRIO ALBERTO OLIVEIRA: "Os deputados eleitos pela Coligação Democrática Unitária/Partido Comunista Português nesta Assembleia Municipal saúdam a comemoração do 42.º aniversário do 1.º de Maio vivido em liberdade e democracia. Lembram com emoção esse dia memorável pelas vilas e cidades do País, e prestam, homenagem aos participantes dessas grandiosas Manifestações, infelizmente já desaparecidos do nosso convívio.-----

Com igual emoção, a Coligação Democrática Unitária saúda os milhares de trabalhadores que, no próximo domingo, sairão uma vez mais à rua para celebrar a data e o seu significado. Evoca de modo particularmente sentido, os que se encontram em situação de desemprego ou são vítimas das mais refinadas formas de exploração que lamentavelmente grassam em muitos postos de trabalho deste País, que deveria ser de progresso e bem estar mas cujos governantes, em sucessivos governos, têm lançado para a pobreza, as más condições de trabalho, por falta de uma eficaz ação fiscalizadora e moralizadora, atirando para a emigração muitos jovens, que desta forma ficam impedidos de usar o seu conhecimento e inteligência na construção da Terra que é sua e onde têm o direito de viver e trabalhar. Por estas razões e outras, a Coligação Democrática Unitária não se cansará de proclamar «Viva o 1.º



de Maio! Viva a Liberdade! Viva Portugal livre e soberano!»-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

L - HABITAÇÕES DE RENDA SOCIAL DO MUNICÍPIO DA FIGUEIRA DA FOZ

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado José Elísio Oliveira.-----

JOSÉ ELÍSIO OLIVEIRA: "Quero fazer um requerimento à Câmara, através da Mesa da Assembleia Municipal, para ser informado de:-----

- Quantos agregados familiares residentes em casas de renda social do Município da Figueira da Foz têm rendas por pagar?-----

- Em caso afirmativo, qual é o montante total da dívida, isto é, qual é o montante total das rendas por pagar?-----

- O que é que o Município da Figueira da Foz fez, está a fazer ou pensa fazer para recuperar o dinheiro em dívida?"-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: "Duas notas em relação à intervenção do deputado municipal José Elísio Oliveira.-----

Primeiro, o executivo municipal continuará firmemente empenhado na ação social, quer ele queira ou não. Não pagar rendas, vamos procurar o processo alternativo para quem não o puder fazer. Está em curso a execução de pagamentos de rendas por uma questão de moralização em relação aos que podem pagar. Mas quer o deputado queira, quer não queira, o Município continuará as políticas sociais, e o mesmo irá fazer no âmbito da saúde.-----

Darei nota de quem deve, quanto deve, e o que está a ser feito."-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

M - SUSPENSÃO DE FUNÇÕES DE DEPUTADO MUNICIPAL

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado João Paulo Tomé.-----

JOÃO PAULO TOMÉ: "Aproveito para me despedir porque a partir da próxima sessão da Assembleia Municipal irei ser substituído por um camarada meu. O Bloco de Esquerda defende a rotatividade dos seus elementos, e assim sendo, serei substituído pelo meu camarada José Ferreira Dias.-----

Tratem-no da mesma forma como fizeram comigo.-----

Mas eu vou andar por aí. Gaivota mas sempre a voar. Não me esquecerei de nenhum de vocês, pois criamos laços de amizade. Até à próxima."-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

N - JUSTIFICAÇÃO DE AUSÊNCIA E MANIFESTAÇÃO DE DESAGRADO

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada Susana Oliveira Monteiro.-----



SUSANA OLIVEIRA MONTEIRO: "Quebrando um pouco o protocolo, terei de partilhar com os presentes nesta sala o meu desagrado pelo facto de, volvidas 04 horas, mais se não tenha feito que discutir as intervenções uns dos outros, repisar os mesmos assuntos vezes sem conta, e responder a provocações, perdendo-se tempo neste Período de Antes da Ordem do Dia, em detrimento da discussão e votação de assuntos da Ordem de Trabalhos muito pertinentes e importantes para a minha freguesia. Ao fim de tanto tempo a discutir coisas sem interesse, corro o risco de ver decisões porventura importantes para as nossas freguesias serem tomadas sem a minha presença. Talvez por isso, os Presidentes de Junta se mantenham em silêncio, para evitar provocações.-----

Hoje tenho a minha Assembleia de Freguesia e terei de me ausentar a partir deste momento, mas não quis deixar de me justificar ao Presidente da Assembleia Municipal e restantes elementos da Mesa, bem como, dar nota pública deste meu desagrado."-

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

O - USO DA PALAVRA NO PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada Silvina Anadio Queiroz.-----

SILVINA ANADIO QUEIROZ: "Queria só chamar a atenção para o art.º 22.º do Regimento desta Assembleia Municipal, onde sob o título «Regras do uso de palavra no período de antes da ordem do dia» se estabelece que caberá ao Presidente da Assembleia Municipal definir equitativamente o tempo de intervenção de cada orador inscrito, em função do número destes, e a cada interveniente cumprirá gerir e controlar o tempo atribuído, sem prejuízo das competências e funções da Mesa.-----

Para evitar situações como as de hoje, com certeza será preciso propor uma alteração ao Regimento no sentido das inscrições para o uso de palavra neste Período passar a ser feita nos primeiros 05/10 minutos da sessão.-----

Porque o tempo do Período de Antes da Ordem do Dia não está sujeito à proporcionalidade, e esta só é aplicável ao Período da Ordem do Dia."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA: "O Regimento prevê um tempo proporcional à expressão dos votos em urna."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada Silvina Anadio Queiroz.-----

SILVINA ANADIO QUEIROZ: "Eu tenho o texto do Regimento à minha frente, e não o estou a modelar de acordo com as minhas pretensões. Li exatamente as palavras vertidas no seu art.º 22.º."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA: "Podemos analisar isso depois."-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----



B - PERÍODO DA ORDEM DO DIA

4 - APRECIÇÃO DE INFORMAÇÃO:

4.1 - APRECIÇÃO E DELIBERAÇÃO DA SEGUINTE PROPOSTA:

4.1.1 - PROPOSTA DE ALTERAÇÃO AO REGIMENTO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA: "A Mesa recebeu do grupo municipal do Partido Socialista uma proposta uma alteração ao Regimento da Assembleia Municipal em vigor. Tendo em vista a sua discussão neste plenário, dou a palavra ao deputado Nuno Melo Biscaia para a ler.-----

NUNO MELO BISCAIA: "Entende o grupo municipal do Partido Socialista ser premente alterar o Regimento da Assembleia Municipal, no sentido de permitir aos Deputados uma maior reflexão, estudo e ponderação sobre todas as moções e propostas submetidas a votação no Plenário.-----

Ter conhecimento atempado das matérias sujeitas a votação faz todo o sentido e confere maior responsabilidade ao cargo dos eleitos locais.-----

Contudo, também não se descarta a possibilidade excepcional de votações urgentes ou de manifesto interesse autárquico, cuja ponderação é deixada ao critério da maioria dos Deputados presentes.-----

A proposta apresentada está, aliás, em consonância com inúmeros Regimentos de Assembleias Municipais por nós consultados (ex: Coimbra, Guimarães, Braga, Alcobaça, Leiria, Évora, Beja, Portimão, etc.).-----

Solicita-se assim que, nos termos do art.º 15.º do Regimento da Assembleia Municipal, seja incluído na ordem do dia da sessão ordinária de 29 de abril de 2016 a proposta de alteração do Regimento, conforme proposta que se junta.-----

Proposta de introdução de um artigo único:-----

«Artigo 17.º-A-----

Apresentação de votos e moções-----

1 - Os membros da Assembleia Municipal, os grupos municipais ou a Mesa, podem apresentar votos de congratulação, protesto, pesar e moções.-----

2 - Sem prejuízo do número seguinte, os votos e moções terão de ser enviados à Mesa da Assembleia Municipal, para posterior distribuição por todos os grupos municipais, com a antecedência mínima de dois dias úteis sobre a data da respetiva sessão, até à hora do encerramento do expediente.-----

3 - É, contudo, sempre admitida a votação de propostas e moções cuja urgência ou interesse autárquico sejam reconhecidos pela maioria dos membros presentes no Plenário da Assembleia Municipal.-----

4 - A votação e discussão dos votos e moções far-se-á no Período de Antes da Ordem



do Dia, sendo lidos pelo Presidente logo após o Período de Intervenção do Público.»

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado Nuno Melo Biscaia.-----

NUNO MELO BISCAIA: "Irei ser muito breve porque esta sessão já vai longa.-----
Esta proposta já passou pelo crivo numa reunião da Comissão Permanente, foi abordada neste plenário, sendo do conhecimento de todos os deputados que receberam atempadamente o documento.-----

A entrega com antecedência dos documentos a serem sujeitos a análise e votação permitirá uma reflexão e discussão cuidada das matérias, daí se ter proposto a sua entrega até dois dias úteis antes do dia da sessão.-----

Abre-se, contudo, uma exceção, tal como acontece noutras assembleias municipais, em relação a assuntos urgentes ou de manifesto interesse autárquico, reconhecidos pela maioria dos deputados presentes na sessão, os quais poderão ser admitidos e votados na própria sessão.-----

A dignificação da atuação dos autarcas eleitos, cujo papel é votar responsabilmente e de uma forma consciente, subjaz à presente proposta de alteração ao Regimento."

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado Teotónio Jesus Cavaco.-----

TEOTÓNIO JESUS CAVACO: "Também vou ser muito rápido e sucinto.-----
Lamento o adiantado da hora e a fraca participação numa matéria tão importante.-
O grupo municipal da Coligação Somos Figueira irá votar contra esta alteração ao Regimento da Assembleia Municipal.-----

Começando pela forma da proposta, direi ser tácito no início de cada mandato a aprovação do Regimento da Assembleia Municipal para 04 anos. Isto agora é um pouco como mudar as regras a meio do jogo. Estamos a um ano e poucos meses do fim deste mandato. Qual o interesse de agora se propor esta alteração?-----

Não sou jurista, mas muitas vezes no Direito subsiste uma certa ideia de prudência quando se alteram mecanismos legislativos ou regulamentares.-----

No caso vertente, enxerta-se um artigo 17.º-A no Regimento.-----

Justifica-se a alteração com o facto de outras Assembleias Municipais também preverem idêntica disposição nos seus regimentos. Normalmente incentivo os meus alunos a não copiarem, porque fazê-lo é um erro. Porém, pior é copiar os erros do vizinho. Quantas vezes a nossa resposta está certa, olhamos para o vizinho e talvez por nos sentirmos inferiorizados, alteramo-la erradamente. O Regimento desta Assembleia Municipal era interessante e estamos a colocá-lo pior.-----

A ser aprovada esta alteração, isso faz-me sentir uma certa ideia de privação de cidadania, de liberdade. Se a Moção hoje aqui votada, por unanimidade, tivesse



sido apresentada com 02 dias úteis de antecedência, não poderia fazer referência aos acontecimentos de ontem na Marinha das Ondas.-----

Por vezes a realidade é tramada, pois prova-nos que as nossas considerações afinal não estavam tão corretas como isso.-----

Sem querer enveredar pela vertente jurídica, o conteúdo da proposta parece-me ferir alguma constitucionalidade.-----

Estou só a sugerir não fiquem já alterados. O próprio texto não faz muito sentido, não estão claras as razões da não aceitação de nenhuma moção, voto de pesar, etc., pela questão da complexidade dos temas. Pois, logo a seguir, já se permite à própria Assembleia Municipal na hora decidir se aceita ou não a discussão e votação dessas moções e votos.-----

Hoje mesmo, votaram-se aqui Moções apresentadas na hora, e não foi nada complexo e votou-se em consciência.-----

Por outro lado e do meu ponto de vista, esta proposta de alteração ao Regimento só se destina a moralizar o grupo municipal do Partido Socialista, na sequência de alguma desregulação sentida.-----

Recordo, ainda recentemente, uma votação onde o Presidente desta Assembleia Municipal teve de usar o voto de qualidade, se não ela teria sido perdida pelo vosso grupo municipal.-----

Também se percebeu essa dessintonia há uma ou duas sessões atrás, quando o grupo municipal do Partido Socialista pediu para suspender a sessão, reunindo-se noutra sala para decidir como atuar.-----

Não queiram alterar o Regimento para resolver problemas internos do vosso grupo municipal. Isso seria instrumentalizar o órgão Assembleia Municipal.-----

Por fim e para concluir, esta é a semana da Liberdade. Na passada segunda-feira quase todos se apresentaram nas cerimónias do 25 de Abril com um cravo vermelho na lapela, e no próximo domingo, certamente muitos de vós irão comemorar o 1.º de Maio, mais uma data conotada com a Liberdade.-----

Por isso, não votem favoravelmente esta alteração ao Regimento, pois ela constitui um cerceamento da Liberdade Política."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado Nuno Melo Biscaia.-----

NUNO MELO BISCAIA: "O deputado municipal Teotónio Jesus Cavaco não deve confundir liberdade com libertinagem.-----

O grupo municipal do Partido Socialista não quer uma Assembleia Municipal de libertinagem, rasteiras, e armadilhas. Não deseja votar uma Moção de 100 páginas



apresentada à Mesa pela Coligação Somos Figueira em cima da hora, para depois se chegar à conclusão que enfermava de erros.-----

Haja o bom senso de usar o voto consciente, e isso sim, é Democracia. Democracia é representar bem o Povo, e o grupo municipal do Partido Socialista só o poderá fazer se estiver suficientemente elucidado para votar as matérias aqui trazidas a debate.-----

O voto de improviso sem conhecimento das causas, essa «politicazinha», é coisa do passado. O Partido Socialista quer dignificar esta casa através do voto consciente. Considero sempre útil a possibilidade de admissão e votação de propostas de manifesto interesse autárquico, reconhecido que seja esse interesse pela maioria dos deputados presentes na sessão, daí se ter previsto tal ressalva.-----

Isto não é cercear a Liberdade, muito pelo contrário, é conferir mais legitimidade a quem nos elegeu num processo democrático.-----

O grupo municipal do Partido Socialista considera esta proposta de alteração do Regimento perfeitamente legítima e regimental, não estando a alterar as regras a meio do jogo.-----

Aliás, não foi a questão da Moção de 100 páginas subscrita pela Coligação Somos Figueira a desencadear esta alteração, foi um pacto de certa maneira tacitamente assumido entre todos os líderes para apresentação prévia das moções, e que só os Partidos do Bloco de Esquerda e Socialista respeitaram. Infelizmente a palavra não vale e teve de se reduzir a escrito.-----

Esta alteração não me parece cercear a Liberdade, servirá sim para reforçar o poder dos autarcas eleitos e o voto consciente.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada Silvina Anadio Queiroz.-----

SILVINA ANADIO QUEIROZ: “Subscrevo na totalidade a intervenção do deputado municipal Teotónio Jesus Cavaco, no tocante ao atropelo da liberdade e ao coartar do direito do cidadão se manifestar.-----

Se o novo articulado estivesse em vigor os acontecimentos de ontem na Marinha das Ondas não poderiam constar do texto de uma Moção hoje aqui aprovada.-----

O deputado municipal Teotónio Jesus Cavaco também falou de se copiar pelo pior, o que é verdade.-----

Realizei um trabalho de consulta dos Regimentos de outras Assembleias Municipais citadas no texto desta proposta, e verifiquei que Évora, Beja, e Coimbra não têm idêntica medida nos seus Regimentos. E no caso desta última, se prevê isso no seu Regimento tal não está ser cumprido, porque ainda na semana passada houve sessão



da Assembleia Municipal de Coimbra, os meus camaradas entregaram moções na hora e ninguém levantou qualquer questão.-----

Guimarães estabelece o final do dia anterior à sessão como prazo para entrega das moções, mas também prevê a possibilidade de serem entregues no próprio dia no final da sessão.-----

De facto, não consegui abrir o Regimento inserto em PDF no site do Município de Coimbra, mas servi-me da informação dos camaradas eleitos pela Coligação Democrática Unitária para aquele órgão.-----

Braga e Alcobaça não têm isto no Regimento atual, Portimão determina um prazo de 03 dias antes da sessão, mas deixa em aberto, nos termos da Lei, a possibilidade de os seus membros apresentarem as moções no próprio dia, desde que sejam consideradas muito importantes.-----

Agora, se o Regimento se baseia na Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, pergunto onde está previsto neste diploma legal este tipo de situação? Em lado nenhum. Mas eu irei continuar a recolha de informação por outras Assembleias Municipais do país."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado Teotónio Jesus Cavaco.-----

TEOTÓNIO JESUS CAVACO: "A carecer deste tipo de fundamentação, esta proposta nem sequer devia ser considerada, como já foi aqui provado.-----

O deputado municipal Nuno Melo Biscaia falou em «politicazinha» e em rasteiras. Pessoalmente, não me lembro de qualquer reunião da Assembleia Municipal onde não houvesse uma moção do Partido Socialista entregue na própria hora. Portanto, não percebo onde está a política de rasteiras.-----

Por outro lado, deixe-me referi-lhe que a Moção apresentada pela deputada municipal Ana Laborda Oliveira não tinha 100 páginas. A Moção tinha 01 página e as restantes páginas eram constituídas por documentos de suporte à mesma, e nenhum deles era novo, todos eles eram do conhecimento público, alguns há 02/03 anos.-----

A deputada municipal Ana Laborda Oliveira executou, e muito bem, um trabalho que devia ser louvado por esta Assembleia Municipal, ao coligir toda a informação para fazer uma pergunta, e essa pergunta era de 01 página. Portanto, não é verdade essa história da Moção da Coligação Somos Figueira com 100 páginas."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado Vitor Gonçalves Alemão.-----

VITOR GONÇALVES ALEMÃO: "Recordo ter assistido a uma sessão da Assembleia Municipal em 2012, onde foi apresentada uma proposta com uma única página, com atropelo ao Regimento, a qual andou a circular de mão em mão, porque não tinha sido distribuída



a todos os deputados, e serviu para retirar 50% do território a Vila Verde.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado Nuno Melo Biscaia.-----

NUNO MELO BISCAIA: “Apenas para solicitar uma pequena alteração, no ponto 4 do art.º 17.º-A onde se lê « A votação e discussão dos votos e moções far-se-á no Período de Antes da Ordem do Dia, sendo lidos pelo Presidente logo após o Período de Intervenção do Público.», deverá passar a ler-se «A votação e discussão dos votos e moções far-se-á no Período de Antes da Ordem do Dia, sendo apresentados pelo Presidente e lidos pelos respetivos proponentes logo após o Período de Intervenção do Público.»-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada Isabel Guardão Tavares.-----

ISABEL GUARDÃO TAVARES: “Cada um pensa pela sua cabeça, não precisa de apelos e a minha ideia irmana com a do líder do grupo municipal do Partido Socialista.-----
A leitura atempada e minuciosa de qualquer documento permite uma votação mais consciente e democrática.-----

Portanto, eu estou absolutamente de acordo com esta proposta, considerando-a uma medida muito mais democrática em relação à vigente até agora.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA perguntou se mais algum deputado municipal pretendia usar da palavra e como ninguém se inscreveu passou-se de imediato à votação.-----

A Assembleia Municipal, encontrando-se ausentes os membros do Partido Socialista, João Filipe Carronda, Susana Oliveira Monteiro, Mário Menezes Paiva, e Luis Miguel Bento, da Coligação Somos Figueira, José Pereira Costa, Paulo Querido Rodrigues, Mário Silva Esteves, João Gomes Lopes, Vânia Duarte Batista, Filipe Humberto Dias, e Nuno Miguel Carvalho, do Bloco de Esquerda, e os Presidentes das Juntas de Freguesia de Bom Sucesso e de Lavos, nos termos da alínea a) do n.º 1 do art.º 26.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, deliberou, por maioria, com dezanove votos a favor dos membros do Partido Socialista, sem abstenções, e oito votos contra dos membros da Coligação Somos Figueira, e da Coligação Democrática Unitária, aprovar:-----

1 - A proposta de alteração ao Regimento da Assembleia Municipal, a qual consiste na introdução do artigo 17.º-A no seu articulado;-----

2 - A alteração do texto do n.º 4 do artigo 17.º-A, agora aditado, proposta pelo líder do grupo municipal do Partido Socialista, o qual passará a ter a seguinte redação: «A votação e discussão dos votos e moções far-se-á no Período de Antes da Ordem do Dia, sendo apresentados pelo Presidente e lidos pelos respetivos proponentes logo após o Período de Intervenção do Público.»-----



Deliberação aprovada em minuta. -----

ANA LABORDA OLIVEIRA apresentou a seguinte declaração de voto: "O grupo municipal da Coligação Somos Figueira vota contra esta proposta, pois a alteração ao Regimento, hoje aprovada nesta sala, é um condicionamento ao funcionamento base de uma Assembleia Municipal.-----

A função de um deputado municipal é lutar e defender o seu Município e os seus munícipes, e estes factos não têm hora nem dia para serem discutidos. É uma função diária e constante.-----

Este tipo de atitudes por parte do Partido Socialista, tal como aconteceu com as reuniões de Câmara à porta fechada, não dignificam os valores conquistados no 25 de Abril de 1974, e que há poucos dias celebramos.-----

Fiz chegar aos serviços da Assembleia Municipal uma pequena lembrança para ser entregue aos principais responsáveis do Partido Socialista, estou a referir-me ao líder do grupo municipal, ao Presidente da Câmara e ao Presidente da Assembleia Municipal, para que reflitam sobre ela."-----

LUIS MENDES RIBEIRO apresentou a seguinte declaração de voto: "Respeito em absoluto as opiniões expressas pelos deputados municipais, Ana Laborda Oliveira e Teotónio Jesus Cavaco, no entanto, na última sessão deste órgão municipal, eu próprio, perante o desconforto dos restantes elementos do meu grupo municipal em relação a votar uma Moção por mim subscrita e apresentada na própria da hora, acedi a que a mesma fosse considerada uma Recomendação, e viesse à próxima Assembleia Municipal para votação.-----

Em meu entender, esta alteração ao Regimento não condiciona de forma nenhuma a Democracia dentro desta Assembleia Municipal, porque este órgão deliberativo continua a ter, de forma clara, inequívoca e por uma simples maioria, a possibilidade de colocar a votação e discussão qualquer assunto entregue no próprio momento.-----

Não subsiste aqui qualquer cerceamento da liberdade, nem tão pouco, do meu ponto de vista, é beliscada a agilidade da Assembleia Municipal em termos de funcionamento.-----

De facto, é função dos deputados municipais virem para esta Assembleia Municipal preparados para discutir Moções simples ou complexas, tenham elas 02 ou 20 páginas. Não concordo com a abordagem feita pelos deputados municipais, Ana Laborda Oliveira e Teotónio Jesus Cavaco. Talvez se deva considerar esta proposta como uma forma de melhorar o funcionamento desta Assembleia Municipal, e nunca como um meio de



cercear a livre discussão dentro desta Câmara.”-----

SILVINA ANADIO QUEIROZ apresentou a seguinte declaração de voto: “A Coligação Democrática Unitária votou contra por ser acérrima defensora da liberdade e do não cerceamento da opinião. Mais cedo do que tarde isto dará mau resultado, nomeadamente, quando um destes dias for presente a uma sessão de Assembleia Municipal uma proposta da Câmara Municipal entregue no próprio dia.-----
Então se verá como o Partido Socialista vai decidir, pois as propostas de Câmara não são subjetivas, são de interesse municipal, não têm uma, duas, três, quatro ou cinco páginas, são assuntos sérios, e por isso mesmo, a Coligação Democrática Unitária sempre tem votado a sua admissão. A partir de hoje, votará contra a admissão dessas propostas e observará como votarão as outras bancadas.”-----

NUNO MELO BISCAIA apresentou a seguinte declaração de voto: “Agradeço à deputada municipal Ana Laborda Oliveira o lápis azul, o qual não será para censurar rigorosamente nada, antes pelo contrário servirá para escrever as Moções que conscientemente apresentarei aqui nesta Assembleia Municipal, com tempo para V. Ex.ªs as poderem ponderar.”-----

Para a deputada municipal Silvina Anadio Queiroz, refiro o art.º 42.º do Regimento da Assembleia Municipal de Coimbra, no seu ponto 4, onde se lê que os votos, moções e recomendações devem dar entrada nos serviços da Assembleia Municipal até às 12,00 horas do dia anterior ao da realização da reunião em que haja período de «Antes da Ordem do Dia», devendo ser distribuídos aos representantes dos Grupos Municipais até às 18,00 horas desse mesmo dia. A Assembleia Municipal da Figueira da Foz propõe a entrega dos votos e moções com dois dias úteis de antecedência. - Por outro lado e para terminar, em relação a qualquer deliberação da Câmara Municipal entregue em cima da hora, se os deputados do Partido Socialista reconhecerem interesse autárquico e a urgência, obviamente votarão a favor a sua admissão extra-agenda na Ordem de Trabalhos.”-----

4.2 - INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA E APRECIÇÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA SOBRE A ATIVIDADE MUNICIPAL

Foi presente para apreciação uma informação sobre a atividade do Município, acompanhada de uma informação financeira.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado Mário Alberto Oliveira.-----

MÁRIO ALBERTO OLIVEIRA: “Sobre este ponto tenho duas perguntas. A primeira, sobre um processo mencionado na página 07, no parágrafo 04, relativa a uma alteração de uma licença de loteamento, onde se modifica a finalidade do lote de «escola» para



«equipamento coletivo». A Coligação Democrática Unitária gostaria de saber aonde é este loteamento? Sabe ser em Tavadrede, mas aonde ao certo?-----

A segunda pergunta diz respeito a um subsídio atribuído ao Tennis Club da Figueira da Foz, no montante de 2.100,00 €, sob a forma de Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo para a realização de 04 Torneios de Nível A e B, expresso na página 10 deste documento. A Coligação Democrática Unitária gostaria de saber as datas destes torneios, e se tais eventos são restritos ou abertos ao público?-----

E mantendo-me no Tennis Club da Figueira da Foz, há poucos meses atrás foi-lhe atribuído um outro subsídio, no valor de 2.000,00 €, para desmatação das muralhas e zonas circundantes frente ao Rio, e até hoje aquele Club nada fez. Aquela parte das muralhas é precisamente o inverso do bom trabalho efetuado na recuperação do Forte de Santa Catarina. A Coligação Democrática Unitária pergunta se a Câmara pode aplicar os seus poderes neste caso?-----

Mas, porque não devemos só apontar os aspetos negativos, dou os parabéns à Câmara Municipal da Figueira da Foz pelo bom trabalho executado na estrada que vai da Polícia de Segurança Pública até ao cimo da Rua Sotto Mayor.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: “Sobre o Tennis Club da Figueira da Foz, duas notas.----- Primeiro, os torneios eram nacionais e abertos à comunidade em geral, e obviamente tiveram um impacto positivo na restauração e hotelaria, por trazerem muita gente ao Concelho. Longe vai o tempo do ténis elitista, agora é um desporto de massas e amplamente participado. Eu já fui jogador de ténis e percebo bem como este desporto evoluiu. O torneio foi nacional, aliás veja até os jogadores que Portugal tem a nível mundial, daí ter sido uma iniciativa a merecer o apoio do Município, à semelhança de outras. Não irei discutir aqui a natureza do desporto.-----

Com o subsídio de 2.000,00 €, anteriormente concedido, o Tennis Club limpou muita matéria orgânica das muralhas, até ao limite do razoável. De facto, como aquela parte da muralha não está sob a tutela do Município, este teve de pedir ao Club para realizar a intervenção, na perspetiva de harmonizar um pouco as muralhas. No fundo correspondeu quase a uma adjudicação direta para a limpeza das muralhas.-- Mas, a Câmara não pode nem deve ir mais longe, porque provavelmente terá de efetuar uma intervenção mais profunda, e essa vai ser seguramente mais cara.-----

Relativamente à primeira questão da alteração à licença de loteamento, consistindo na modificação da finalidade do lote de «escola» para «equipamento coletivo»,



localiza-se no Vale de Sampaio, e já veio várias vezes à Câmara e à Assembleia Municipal, integrada na informação sobre a atividade do Município. Estava prevista uma escola no local, deixou de ter atualidade, e o requerente veio solicitar essa alteração.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA perguntou se o Presidente da Câmara ou mais algum deputado municipal pretendia usar da palavra e como ninguém se inscreveu passou-se de imediato ao ponto seguinte.-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

5 - APRECIÇÃO E DELIBERAÇÃO DAS SEGUINTE PROPOSTAS DA CÂMARA MUNICIPAL:

5.1 - PROPOSTA DE REGULAMENTO MUNICIPAL DE TOPONÍMIA E NUMERAÇÃO DE POLÍCIA DO MUNICÍPIO DA FIGUEIRA DA FOZ

Pelo Presidente da Câmara Municipal foi proposto um Regulamento Municipal de Toponímia e Numeração de Polícia do Município da Figueira da Foz, documento que aqui se dá por integralmente reproduzido constituindo o anexo número um à presente ata.-----

Este regulamento foi apreciado e votado na reunião de Câmara de 30 de março de 2016.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA perguntou se o Presidente da Câmara ou algum deputado municipal pretendia usar da palavra e como ninguém se inscreveu passou-se de imediato à votação.-----

A Assembleia Municipal, encontrando-se ausentes os membros do Partido Socialista, Mafalda Mendes Azenha, João Filipe Carronda, Susana Oliveira Monteiro, João Paulo Pinto, e Vitor Gonçalves Alemão, da Coligação Somos Figueira, José Pereira Costa, Paulo Querido Rodrigues, Mário Silva Esteves, João Gomes Lopes, Vânia Duarte Batista, Filipe Humberto Dias, Nuno Miguel Carvalho, e Ana Laborda Oliveira, do Bloco de Esquerda, João Paulo Tomé, e os Presidentes das Juntas de Freguesia de Bom Sucesso e de Lavos, deliberou, por unanimidade, sob proposta da Câmara e ao abrigo do disposto na alínea g) do n.º 1 do art.º 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, aprovar o presente Regulamento Municipal de Toponímia e Numeração de Polícia do Município da Figueira da Foz, revogando expressamente o anteriormente vigente.-----

Deliberação aprovada em minuta.-----

5.2 - PROPOSTA DE ALTERAÇÃO AO QUADRO DOS BENEFÍCIOS FISCAIS E INCENTIVOS À REABILITAÇÃO URBANA

Pelo Presidente da Câmara foi proposta uma alteração ao Quadro dos Benefícios



Fiscais e Incentivos à Reabilitação Urbana, documento que aqui se dá por integralmente reproduzido, constituindo o anexo número dois à presente ata.-----
Estes benefícios estão associados aos impostos municipais sobre o património, designadamente, o Imposto Municipal sobre Imóveis e o Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis, e ainda em sede de Imposto sobre o Valor Acrescentado e Imposto Sobre o Rendimento das Pessoas Singulares. Trata-se de uma proposta mais abrangente em relação à anteriormente aprovada, prestando informação sobre os procedimentos e legislação aplicável e introduzindo outros incentivos à reabilitação, estes últimos, integrados no regime especial de taxas municipais constantes do Regulamento Urbanístico do Município da Figueira da Foz.-----
Esta proposta foi apreciada e votada na reunião de Câmara de 11 de abril de 2016.
PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada Silvina Anadio Queiroz.-----
SILVINA ANADIO QUEIROZ: "Em relação a esta proposta, a Coligação Democrática Unitária ainda está algo hesitante sobre a posição de voto a tomar.-----
Concorda com a filosofia plasmada no documento, mas tem muitas dúvidas sobre a sua aplicabilidade na prática.-----
Por exemplo, os cidadãos cujas habitações se encontram degradadas, a necessitar verdadeiramente de obras de fundo estruturais, mas cujos rendimentos não lhe possibilitem cumprir os prazos previstos no Regulamento, acabarão por ficar de fora dos benefícios fiscais. E assim verão, por essa via, o arranjo e a recuperação da sua casa inviabilizada.-----
No fundo, para a Coligação Democrática Unitária este Quadro de Benefícios Fiscais deveria ser um «chapéu de chuva» mais amplo, abrangendo outro tipo de situações, nomeadamente, fora da Área de Reabilitação Urbana."-----
PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----
PRESIDENTE DA CÂMARA: "Esta proposta traduz os objetivos pretendidos pelo Município da Figueira da Foz, no respeito pelo princípio da tipicidade consagrado na lei. Trata-se de um incentivo à reabilitação, e acolheram-se as possibilidades estabelecidas na lei.-----
Não se tratam de medidas discricionárias, pois foram fixadas dentro dos parâmetros definidos no Código do Imposto Municipal sobre Imóveis. Outro género de incentivos não sei se teriam enquadramento legal.-----
Para já, o Município pretende dinamizar uma política de requalificação. Porventura, se houver outros interesses e se eles estiveram abrangidos pelo Imposto Municipal sobre Imóveis, será uma questão a ponderar."-----



PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA perguntou se o Presidente da Câmara ou mais algum deputado municipal pretendia usar da palavra e como ninguém se inscreveu passou-se de imediato à votação.-----

**A Assembleia Municipal, encontrando-se ausentes os membros do Partido Socialista, Manuel Silva Caiano, João Filipe Carronda, Susana Oliveira Monteiro, João Paulo Pinto, e Manuel Rodrigues Nada, da Coligação Somos Figueira, José Pereira Costa, Paulo Querido Rodrigues, Mário Silva Esteves, João Gomes Lopes, Vânia Duarte Batista, Filipe Humberto Dias, e Nuno Miguel Carvalho, do Bloco de Esquerda, João Paulo Tomé, e os Presidentes das Juntas de Freguesia de Bom Sucesso e de Lavos, sob proposta da Câmara e ao abrigo das disposições combinadas da alínea c) do n.º 1 do art.º 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, alínea c) do n.º 2 do art.º 13.º e alínea a) do art.º 14.º do Decreto-Lei n.º 307/2009, de 23 de outubro, na redação dada pela Lei 32/2012, de 14 de agosto, art.º 45.º e 71.º do Decreto-Lei n.º 215/89, de 01 de julho, na sua última redação, e art.º 29.º do Regulamento Urbanístico do Município da Figueira da Foz entretanto alterado e publicado em Diário da República em 22 de fevereiro de 2016, deliberou, por maioria, com vinte e três votos a favor dos membros do Partido Socialista e da Coligação Somos Figueira, três abstenções dos membros da Coligação Democrática Unitária, e sem votos contra, aprovar a alteração ao Quadro dos Benefícios Fiscais e Incentivos à Reabilitação Urbana no Município da Figueira da Foz.-----
Deliberação aprovada em minuta.-----**

5.3 - PLANO DE PORMENOR DO VALE DE SAMPAIO - CORREÇÃO MATERIAL

Pelo Presidente da Câmara Municipal foi proposta a correção material do Plano de Pormenor do Vale de Sampaio, a qual se restringe à retificação da configuração dos limites da parcela Z, com a correspondente correção da sua área, no Quadro Síntese, de 372m² para 338 m², e conseqüente correção dos valores totais, conforme planta que aqui se dá por integralmente reproduzida, constituindo o anexo número três à presente ata.-----

Este processo foi apreciado e votado na reunião de Câmara de 11 de abril de 2016.

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA perguntou se o Presidente da Câmara ou algum deputado municipal pretendia usar da palavra e como ninguém se inscreveu passou-se de imediato à votação.-----

A Assembleia Municipal, encontrando-se ausentes os membros do Partido Socialista, Manuel Silva Caiano, João Filipe Carronda, Susana Oliveira Monteiro, João Paulo Pinto, e Manuel Rodrigues Nada, da Coligação Somos Figueira, José Pereira Costa,



Paulo Querido Rodrigues, Mário Silva Esteves, João Gomes Lopes, Vânia Duarte Batista, Filipe Humberto Dias, e Nuno Miguel Carvalho, do Bloco de Esquerda, João Paulo Tomé, e os Presidentes das Juntas de Freguesia de Bom Sucesso e de Lavos, sob proposta da Câmara e ao abrigo das disposições combinadas da alínea r) do n.º 1 do art.º 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, n.º 5 do art.º 48.º da Lei n.º 31/2014, de 30 de maio, e alínea a) do n.º 1 do art.º 122.º do Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio, deliberou, por maioria, com vinte e três votos a favor dos membros do Partido Socialista e da Coligação Somos Figueira, sem abstenções, e três votos contra dos membros da Coligação Democrática Unitária, aprovar a correção material ao Plano de Pormenor de Vale do Sampaio, a qual se restringe à retificação da configuração dos limites da parcela Z, com a correspondente correção da sua área, no Quadro Síntese, de 372m² para 338 m², e consequente correção dos valores totais.-----

Deliberação aprovada em minuta.-----

5.4 - DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS E INVENTÁRIO DE 2015 DO MUNICÍPIO DA FIGUEIRA DA FOZ

Foram presentes os documentos de Prestação de Contas elencados no anexo I das Instruções n.º 1/2001, 2.ª Secção, do Tribunal de Contas, exceto os documentos n.ºs "20 - Subsídios concedidos", "24 - Ativos de rendimento fixo", "25 - Ativos de rendimento variável" e "35 - Relação de emolumentos notariais e custas de execuções fiscais", em virtude de não existirem movimentos contabilísticos que lhes dessem origem. Foi também presente o Inventário Municipal 2015 - Imobilizações.-----

Estes documentos ficarão devidamente arquivados na Divisão de Finanças e Património/Subunidade Orgânica de Contabilidade, deste Município, e disponíveis, para consulta, quando para tal forem solicitados.-----

Esta proposta foi votada favoravelmente em sede de reunião de Câmara de 18 de abril de 2016.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada Natália Jerónimo Pires.-----

NATÁLIA JERÓNIMO PIRES: "Em relação aos documentos de Prestação de Contas de 2015 os Revisores Oficiais de Contas apontam novamente reservas, algumas muito semelhantes às do ano transato, e que podem afetar as demonstrações financeiras do Município da Figueira da Foz.-----

Resumindo-as rapidamente, temos o facto do imobilizado em curso sem ter sido objeto das respetivas amortizações, traduzindo-se em custos não contabilizados, não foram facultadas as Contas de 10 das 21 empresas participadas pelo Município,



desconhecendo-se quais os efeitos disso no património e no balanço da Câmara, e mantêm-se no ativo dívidas a receber, no valor de 2.135 milhares de euros, as quais pela sua antiguidade já demonstram ser incobráveis.-----

Porém, subsiste uma reserva do meu ponto de vista incompreensível - a existência de dívidas no valor total de 717 milhares de euros, em relação às quais a Câmara Municipal não consegue identificar os devedores.-----

É de todo inconcebível existir um montante tão significativo para o qual não temos explicação. Esta situação é inaceitável em qualquer entidade pública ou privada. A questão chave permanece a mesma do ano passado - qual será o impacto da correção destas reservas no resultado líquido do Município?"-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: "Efetivamente concordo. É inadmissível ter estas verbas por justificar, mas foi o que este executivo herdou quando tomou posse. E após estes seis anos ainda não consegui justificar o mau uso dos dinheiros públicos.-----

Se a deputado municipal Natália Jerónimo Pires ao analisar exaustivamente todas as referências feitas no documento, puder imputar alguma a este executivo, diga-o que eu fico agradecido.-----

Pese embora, tenha lido com atenção o parecer do Revisor Oficial de Contas, já não prestou o mínimo de atenção ao resto do Relatório de Atividades e aos seus aspetos positivos. Focou apenas os aspetos negativos.-----

Foi efetuada a incorporação do imobilizado, porque tinha de o ser, razão subjacente ao rendimento líquido negativo, ou seja, ao incorporarmos na boa gestão do património uma série de imobiliário, as consequentes amortizações acabam também por ser contabilizadas anualmente.-----

O Relatório de Contas está apresentado com toda a transparência, tem uma execução orçamental de cerca de 94%, e não me lembro de nenhum Orçamento ter atingido este patamar de execução orçamental.-----

Assim, registo os apontamentos negativos feitos, porque paulatinamente é propósito deste executivo municipal tratar cada um deles e todos, até não se ter qualquer reserva nas Contas. É um trabalho a prosseguir."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA perguntou se o Presidente da Câmara ou mais algum deputado municipal pretendia usar da palavra e como ninguém se inscreveu passou-se de imediato à votação.-----

A Assembleia Municipal, encontrando-se ausentes os membros do Partido Socialista, Manuel Silva Caiano, João Filipe Carronda, Susana Oliveira Monteiro, João Paulo



Pinto, Manuel Rodrigues Nada, e Luis Miguel Bento, da Coligação Somos Figueira, José Pereira Costa, Paulo Querido Rodrigues, Mário Silva Esteves, João Gomes Lopes, Vânia Duarte Batista, Filipe Humberto Dias, e Nuno Miguel Carvalho, do Bloco de Esquerda, João Paulo Tomé, e os Presidentes das Juntas de Freguesia de Bom Sucesso e de Lavos, sob proposta da Câmara e ao abrigo das disposições combinadas do art.º 76.º da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro, e alínea 1) do n.º 2 do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, deliberou por maioria com dezassete votos a favor dos membros do Partido Socialista, cinco abstenções dos membros da Coligação Somos Figueira, e três votos contra dos membros da Coligação Democrática Unitária, aprovar os documentos de Prestação de Contas do Município da Figueira da Foz relativos ao ano de 2015, bem como, o Inventário Municipal dos Bens que faz parte integrante do mesmo processo.-----

Deliberação aprovada em minuta.-----

5.5 - 2.ª REVISÃO ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO E AO ORÇAMENTO PARA 2016

Pelo Departamento de Administração Geral e Finanças foi presente para apreciação e aprovação a 2.ª Revisão às Grandes Opções do Plano e Orçamento de 2016, documento que aqui se dá por integralmente reproduzido, constituindo o anexo número quatro à presente ata.-----

Esta revisão tem subjacente a aplicação do saldo de gerência de 2015, o qual não tem contrapartida integral no aumento da despesa, dado ter-se procedido a uma redução da receita, a um ajustamento da dotação orçamental de rubricas de despesa corrente e de capital, bem como, à inscrição de novas ações.-----

Esta proposta foi votada favoravelmente em sede de reunião de Câmara de 18 de abril de 2016.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada Silvina Anadio Queiroz.-----

SILVINA ANADIO QUEIROZ: "Sobre este ponto permitir-me-ia elencar uma série de questões ao Presidente da Câmara Municipal, a saber:-----

- Na rubrica 32 menciona-se a aquisição/expropriação de terrenos a Sul da Zona Industrial. Não obstante isto poder ser uma boa notícia, a Coligação Democrática Unitária interroga-se se há assim uma necessidade tão premente na aquisição/expropriação de terrenos para a expansão do Parque Industrial;-----

- Na rubrica 33 afetam-se 600 mil euros para beneficiação da rede viária. Fiz uma divisão desta verba, um pouco «à Lagardère», e somente 10/11 vias poderão ser intervencionadas.-----

Nesta perspetiva pretendo saber qual o critério de escolha das ruas a beneficiar



destas obras?;-----

- Qual a razão de a verba de Diversos passar de 09 para 40 mil euros?;-----
- Onde se localizam as instalações a ser reforçadas a nível de água e eletricidade?;
- Serão mesmo necessários 150 mil euros para consultadoria? Trata-se de uma verba substancial para um Município com algumas dificuldades;-----
- Sendo tão elevadas as verbas para espetáculos, gostaria de perceber o tipo de espetáculos incluídos nesta rubrica, porquanto, do ponto de vista da Coligação Democrática Unitária, estão a consumir importâncias consideráveis.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: “Em relação aos lotes do Parque Industrial há uma necessidade urgente de expansão daquela Zona. A autarquia está a preparar uma candidatura destinada ao financiamento não só das expropriações como da infraestruturização do espaço.-----

A expropriação traduzir-se-á numa aquisição à Direção Geral do Património, por reconversão do espaço do aeródromo para uma zona compactada a Sul do Parque.----

Quando a deputada municipal Silvina Anadio Queiroz referiu as empreitadas de arruamentos, até estranhei a pergunta por ser dos apelos mais insistentes e decorrer da necessidade do Município de tratar dos pavimentos.-----

Os critérios são os critérios de prioridade, primeiro os espaços e as estradas mais maltratadas, e cito a título de exemplo, a Rua do Rancho das Cantarinhas, a estrada para a Serra da Boa Viagem, cuja empreitada já foi adjudicada, todo o espaço da Serra da Boa Viagem, a Rua das Rosas, prosseguindo-se depois para outros locais, como o Alqueidão, uma zona degradada no Bizorreiro, etc. O critério não será à velocidade expectadapelos Presidentes de Junta, mas será feito o possível e em função do estado de degradação.-----

A rúbrica de Diversos foi reforçada para 40 mil euros, porque efetivamente estava dotada nos mínimos. Num Orçamento de 48 milhões de euros, ter 40 mil euros em Diversos não é nada de especial, pois de acordo com as regras do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, ela pode ascender a 05% do orçamento.-----

Esperava que tivessem comentado o saldo de gerência de 07,5 milhões de euros, bem como, o claro reforço em investimentos, mas não.-----

Não tenho presente concretamente quais são as instalações de água e eletricidade a requalificar, mas também nesta área o Município irá apresentar uma candidatura autónoma para a requalificação da Estação de Tratamento de Águas Residuais de São Pedro.-----



No tocante aos 150 mil euros para consultadoria, poderei facultar à deputado municipal Silvina Anadio Queiroz o rol das contratações de prestações de serviços vigentes, onde se incluem as financiadas e não financiadas.-----

Há pouco tempo, teve de se adjudicar uma consultadoria, com um gasto ponderado até 20 mil euros/ano, para acompanhar o processo complexo e complicadíssimo do Paço de Maiorca, que nos está a «dar água pela barba».-----

Quanto à rubrica para os espetáculos, ela incluiu todos os eventos e iniciativas promovidos pelo Município durante o ano. Integrará também, segundo creio, alguns espetáculos do Centro de Artes e Espetáculos, aqui e ali poderá contemplar alguma contratação, sem prejuízo de se continuar, regra geral, a trabalhar à bilheteira. Portanto, a verba não era suficiente e foi agora reforçada.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA perguntou se o Presidente da Câmara ou mais algum deputado municipal pretendia usar da palavra e como ninguém se inscreveu passou-se de imediato à votação.-----

A Assembleia Municipal, encontrando-se ausentes os membros do Partido Socialista, Manuel Silva Caiano, João Filipe Carronda, Susana Oliveira Monteiro, João Paulo Pinto, e Manuel Rodrigues Nada, da Coligação Somos Figueira, José Pereira Costa, Paulo Querido Rodrigues, Mário Silva Esteves, João Gomes Lopes, Vânia Duarte Batista, Filipe Humberto Dias, e Nuno Miguel Carvalho, do Bloco de Esquerda, João Paulo Tomé, e os Presidentes das Juntas de Freguesia de Bom Sucesso e de Lavos, sob proposta da Câmara e nos termos da alínea a) do n.º 1 do art.º 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, deliberou, por maioria, com dezoito votos a favor dos membros do Partido Socialista, cinco abstenções dos membros da Coligação Somos Figueira, e três votos contra dos membros da Coligação Democrática Unitária, aprovar a 2.ª Revisão às Grandes Opções do Plano e Orçamento de 2016, tendo por objetivo a aplicação do saldo de gerência de 2015, o qual não tem contrapartida integral no aumento da despesa, dado ter-se procedido a uma redução da receita, a um ajustamento da dotação orçamental de rubricas de despesa corrente e de capital, bem como, à inscrição de novas ações.-----

Deliberação aprovada em minuta.-----

- 5.6 - PROPOSTA DE ABERTURA DE UM PROCEDIMENTO POR AJUSTE DIRETO, AO ABRIGO DO ACORDO QUADRO CELEBRADO PELA CENTRAL DE COMPRAS DA COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DA REGIÃO DE COIMBRA, PARA AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE “CONFEÇÃO, FORNECIMENTO, ACOMPANHAMENTO E TRANSPORTE DE REFEIÇÕES ESCOLARES PARA ESTABELECIMENTOS DE EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR E DO 1º CICLO DO ENSINO BÁSICO”



Pelo Presidente da Câmara Municipal foi proposta a abertura de um procedimento para aquisição de serviços de "Confeção, fornecimento, acompanhamento e transporte de refeições escolares a quente, para os estabelecimentos de educação Pré-Escolar e do 1º Ciclo do Ensino Básico", mediante ajuste direto ao abrigo do Acordo Quadro da Central de Compras da Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra, pelo prazo de dois anos letivos, com possibilidade de renovação por mais um ano letivo, cujo valor de despesa estimada é de 2.053.118,16 € (dois milhões cinquenta e três mil cento e dezoito euros e dezasseis cêntimos), acrescido de IVA no montante de 472.217,18 € (quatrocentos e setenta e dois mil duzentos e dezassete euros e dezoito cêntimos), perfazendo o valor global de 2.525.335,34 € (dois milhões quinhentos e vinte e cinco mil trezentos e trinta e cinco euros e trinta e quatro cêntimos).-----

Este processo foi votado favoravelmente em sede de reunião de Câmara de 18 de abril de 2016.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA perguntou se o Presidente da Câmara ou algum deputado municipal pretendia usar da palavra e como ninguém se inscreveu passou-se de imediato à votação.-----

A Assembleia Municipal, encontrando-se ausentes os membros do Partido Socialista, Mário Menezes Paiva, Manuel Silva Caiano, João Filipe Carronda, Susana Oliveira Monteiro, João Paulo Pinto, e Manuel Rodrigues Nada, da Coligação Somos Figueira, José Pereira Costa, Paulo Querido Rodrigues, Mário Silva Esteves, João Gomes Lopes, Vânia Duarte Batista, Filipe Humberto Dias, e Nuno Miguel Carvalho, do Bloco de Esquerda, João Paulo Tomé, e os Presidentes das Juntas de Freguesia de Bom Sucesso e de Lavos, deliberou, por maioria, com vinte votos a favor dos membros do Partido Socialista, e da Coligação Democrática Unitária, cinco abstenções dos membros da Coligação Somos Figueira, e sem votos contra, sob proposta da Câmara e ao abrigo das disposições combinadas dos n.ºs 1 e 6 do art.º 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 08 de junho, aplicável por força da alínea f) do n.º 1 do art.º 14.º do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, art.º 258.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo último diploma invocado, e alínea c) do n.º 1 do art.º 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, ambos na sua última redação:-----

1 - Aprovar a abertura do procedimento por ajuste direto, ao abrigo do Acordo Quadro da Central de Compras da Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra, para aquisição de serviços de "Confeção, fornecimento, acompanhamento e transporte de refeições escolares a quente, para os estabelecimentos de educação Pré-Escolar



e do 1º Ciclo do Ensino Básico”, pelo prazo de dois anos letivos, com possibilidade de renovação por mais um ano letivo, cujo valor de despesa estimada é de 2.053.118,16 € (dois milhões cinquenta e três mil cento e dezoito euros e dezasseis cêntimos), acrescido de IVA no montante de 472.217,18 € (quatrocentos e setenta e dois mil duzentos e dezassete euros e dezoito cêntimos), perfazendo o valor global de 2.525.335,34 € (dois milhões quinhentos e vinte e cinco mil trezentos e trinta e cinco euros e trinta e quatro cêntimos); -----

2 - Autorizar o Município da Figueira da Foz a assumir o compromisso plurianual decorrente da repartição dos encargos com a celebração do contrato desta aquisição de serviços pelos anos económicos de 2016, 2017, 2018 e 2019, os quais não poderão exceder: -----

- Ano económico de 2016 - 328.392,88 € (trezentos e vinte e oito mil trezentos e noventa e dois euros e oitenta e oito cêntimos), Imposto sobre o Valor Acrescentado já incluído; -----

- Ano económico de 2017 - 841.778,45 € (oitocentos e quarenta e um mil setecentos e setenta e oito euros e quarenta e cinco cêntimos), Imposto sobre o Valor Acrescentado já incluído; -----

- Ano económico de 2018 - 841.778,45 € (oitocentos e quarenta e um mil setecentos e setenta e oito euros e quarenta e cinco cêntimos), Imposto sobre o Valor Acrescentado já incluído; -----

- Ano económico de 2019 - 513.385,57 € (quinhentos e treze mil trezentos e oitenta e cinco euros e cinquenta e sete cêntimos), Imposto sobre o Valor Acrescentado já incluído. -----

Deliberação aprovada em minuta. -----

5.7 - PROPOSTA DE ABERTURA DE UM PROCEDIMENTO POR CONCURSO PÚBLICO COM PUBLICAÇÃO INTERNACIONAL PARA AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE “DINAMIZAÇÃO DE ATIVIDADES DE ANIMAÇÃO E APOIO À FAMÍLIA (AAAF) NO ÂMBITO DO PROLONGAMENTO DE HORÁRIO, DA COMPONENTE DE APOIO À FAMÍLIA DO PROGRAMA DE EXPANSÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR”

Pelo Presidente da Câmara Municipal foi proposto a abertura de um Concurso Público, com publicação internacional, para aquisição de serviços de “Dinamização de Atividades de Animação e Apoio à Família (AAAF) no âmbito do Prolongamento de Horário, da componente de apoio à família do Programa de Expansão e Desenvolvimento da Educação Pré-Escolar”, pelo prazo de um ano letivo, renovável até ao limite de três anos letivos, cujo valor de despesa estimada é de 484.020,00 € (quatrocentos



e oitenta e quatro mil e vinte euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor no montante de 111.324,60 € (cento e onze mil trezentos e vinte e quatro euros e sessenta cêntimos), perfazendo o montante global de 595.344,60 € (quinhentos e noventa e cinco mil trezentos e quarenta e quatro euros e sessenta cêntimos).--- Este processo foi votado favoravelmente em sede de reunião de Câmara de 18 de abril de 2016.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada Silvina Anadio Queiroz.-----

SILVINA ANADIO QUEIROZ: "Sem querer desrespeitar ninguém, hoje já existe a componente de prolongamento de horário, mas quem desempenha essas tarefas não tem nenhuma formação especializada.-----

Com este concurso acredito apareçam pessoas credenciadas, levando-me a questionar se, no futuro, estes serviços serão mais do que tomar conta das crianças?-----

Mas, isto é «um pau de dois bicos» porque a Coligação Democrática Unitária deseja pessoal mais credenciado para estas funções, mas por outro lado, receia o destino dos trabalhadores atualmente no terreno e com contratos a termo. A 31 de agosto estarão no desemprego.-----

Também se fala aqui numa verba de 45,00 € mensais a serem pagos pelas famílias, e isto pode ser mais ou menos 10% do salário base dos pais. Parece um preço exagerado tendo em conta o tecido social do Município.-----

De facto, tem de haver acompanhamento, prolongamento de horário, pessoal mais credenciados e formado para a educação dessas crianças, mas, depois as famílias não podem pagar os 45,00 € e as crianças não usufruem do prolongamento de horário. Perguntaria ao Presidente da Câmara Municipal se a questão dos escalões abrange também as participações no prolongamento de horário? Os Vereadores estão a acenar, os escalões são levados em conta também no prolongamento de horário. Nesse caso, a Coligação Democrática Unitária votará favoravelmente este ponto."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: "

O apoio está contemplado por referência aos escalões do Índice de Apoio Social e, em princípio, nenhuma família ficará prejudicada, sendo esse o objetivo da Câmara Municipal."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA perguntou se o Presidente da Câmara ou mais algum deputado municipal pretendia usar da palavra e como ninguém se inscreveu passou-se de imediato à votação.-----

A Assembleia Municipal, encontrando-se ausentes os membros do Partido Socialista,



Mário Menezes Paiva, Manuel Silva Caiano, João Filipe Carronda, Susana Oliveira Monteiro, João Paulo Pinto, e Manuel Rodrigues Nada, da Coligação Somos Figueira, José Pereira Costa, Paulo Querido Rodrigues, Mário Silva Esteves, João Gomes Lopes, Vânia Duarte Batista, Filipe Humberto Dias, e Nuno Miguel Carvalho, do Bloco de Esquerda, João Paulo Tomé, e os Presidentes das Juntas de Freguesia de Bom Sucesso e de Lavos, deliberou, por unanimidade, sob proposta da Câmara e ao abrigo das disposições combinadas dos n.ºs 1 e 6 do art.º 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 08 de junho, aplicável por força da alínea f) do n.º 1 do art.º 14.º do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, alínea b) do n.º 1 do art.º 20.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo último diploma invocado, e alínea c) do n.º 1 do art.º 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, ambos na sua última redação:

1 - Aprovar a abertura do procedimento de Concurso Público, com publicação internacional, para aquisição de serviços de "Dinamização de Atividades de Animação e Apoio à Família (AAAF) no âmbito do Prolongamento de Horário, da componente de apoio à família do Programa de Expansão e Desenvolvimento da Educação Pré-Escolar", pelo prazo de um ano letivo, renovável até ao limite de três anos letivos, cujo valor de despesa estimada é de 484.020,00 € (quatrocentos e oitenta e quatro mil e vinte euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor no montante de 111.324,60 € (cento e onze mil trezentos e vinte e quatro euros e sessenta centimos), perfazendo o montante global de 595.344,60 € (quinhentos e noventa e cinco mil trezentos e quarenta e quatro euros e sessenta centimos).-----

2 - Autorizar o Município da Figueira da Foz a assumir o compromisso plurianual decorrente da repartição dos encargos com a celebração do contrato desta aquisição de serviços pelos anos económicos de 2016, 2017, 2018 e 2019, os quais não poderão exceder:-----

- Ano económico de 2016 - 69.636,45 € (sessenta e nove mil seiscentos e trinta e seis euros e quarenta e cinco centimos), Imposto sobre o Valor Acrescentado já incluído;-----

- Ano económico de 2017 - 198.448,20 € (cento e noventa e oito mil quatrocentos e quarenta e oito euros e vinte centimos), Imposto sobre o Valor Acrescentado já incluído;-----

- Ano económico de 2018 - 198.448,20 € (cento e noventa e oito mil quatrocentos e quarenta e oito euros e vinte centimos), Imposto sobre o Valor Acrescentado já incluído;-----

- Ano económico de 2019 - 128.811,75 € (cento e vinte e oito mil oitocentos e onze



euros e setenta e cinco cêntimos), Imposto sobre o Valor Acrescentado já incluído.
Deliberação aprovada em minuta.-----

5.8 - PROPOSTA DE ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL DE 2016

Pela Subunidade Orgânica de Recursos Humanos foi proposta a alteração ao Mapa de Pessoal de 2015 da Câmara Municipal da Figueira da Foz, nele se criando um posto de trabalho de técnico superior - área de Serviço Social, em regime de Contrato de Trabalho em Funções Públicas, por tempo indeterminado, na Divisão de Educação e Assuntos Sociais, documento que aqui se dá por integralmente reproduzido, constituindo o anexo número cinco à presente ata.-----

A previsão deste lugar de técnico superior permitirá a reintegração em funções de uma Técnica Superior na área de Serviço Social que desempenhava funções na Figueira Domus - Empresa Municipal de Gestão de Habitação da Figueira da Foz, Empresa Municipal, ao abrigo de um Acordo de Cedência de Interesse Público, e agora solicitou a sua cessação e conseqüente regresso ao lugar de origem.-----
Esta proposta foi votada favoravelmente em sede de reunião de Câmara de 18 de abril de 2016.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA perguntou se o Presidente da Câmara ou algum deputado municipal pretendia usar da palavra e como ninguém se inscreveu passou-se de imediato à votação.-----

A Assembleia Municipal, encontrando-se ausentes os membros do Partido Socialista, Mário Menezes Paiva, Manuel Silva Caiano, João Filipe Carronda, Susana Oliveira Monteiro, João Paulo Pinto, e Manuel Rodrigues Nada, da Coligação Somos Figueira, José Pereira Costa, Paulo Querido Rodrigues, Mário Silva Esteves, João Gomes Lopes, Vânia Duarte Batista, Filipe Humberto Dias, e Nuno Miguel Carvalho, do Bloco de Esquerda, João Paulo Tomé, e os Presidentes das Juntas de Freguesia de Bom Sucesso e de Lavos, sob proposta da Câmara e ao abrigo das disposições combinadas dos n.ºs 1, 2 e 4 do art.º 29.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, e da alínea o) do n.º 1 do art.º 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, deliberou, por unanimidade, aprovar a alteração ao Mapa de Pessoal da Câmara Municipal da Figueira da Foz do ano de 2016, criando um posto de trabalho de técnico superior - área de Serviço Social, em regime de Contrato de Trabalho em Funções Públicas, por tempo indeterminado, na Divisão de Educação e Assuntos Sociais.-----

Deliberação aprovada em minuta.-----

5.9 - FORNECIMENTO E ACOMPANHAMENTO DE REFEIÇÕES ESCOLARES NOS JARDINS DE INFÂNCIA E ESCOLAS DO 1.º CICLO DO ENSINO BÁSICO, DA REDE PÚBLICA, DO MUNICÍPIO DA FIGUEIRA DA FOZ, NO ÂMBITO DO



**PROGRAMA DE EXPANSÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO PRÉ ESCOLAR
E PROGRAMA DE GENERALIZAÇÃO DO FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES
ESCOLARES AOS ALUNOS DO 1º CICLO DO ENSINO BÁSICO - ANO LETIVO
2016/2017**

Pela Divisão de Educação e Assuntos Sociais foi proposta a manutenção em vigor dos contratos interadministrativos celebrados entre o Município da Figueira da Foz e as Freguesias de Alqueidão, Bom Sucesso, Ferreira-a-Nova, Maiorca e São Pedro, delegando-lhe competências no âmbito do Programa de Expansão e Desenvolvimento da Educação Pré-Escolar, componente de apoio à família, em matéria de fornecimento e acompanhamento de refeições escolares aos Jardins de Infância de Alqueidão, Morros, Regateiros, Santana, Maiorca e Gala, bem como, com as freguesias de Alhadas Alqueidão, Bom Sucesso, Ferreira-a-Nova, Maiorca, Paião e São Pedro, delegando-lhe competências no âmbito do Programa de Generalização das Refeições Escolares aos alunos do 1.º Ciclo do Ensino Básico, em matéria de fornecimento e acompanhamento de refeições escolares às Escolas Básicas do 1.º Ciclo de Brenha, Alqueidão, Castanheiro, Santana, Maiorca, Paião, Sobral, e Gala.-----

Foi proposto a celebração de um contrato interadministrativo com a Freguesia de Ferreira-a-Nova, delegando-lhe competências no âmbito do Programa de Expansão e Desenvolvimento da Educação Pré-Escolar, componente de apoio à família, em matéria de fornecimento e acompanhamento de refeições escolares aos Jardins de Infância de Ferreira-a-Nova, e Tromelgo, e Escola Básica do 1.º Ciclo de Netos, cujas minutas aqui se dão por integralmente reproduzidas, constituindo o anexo número seis à presente ata.-----

Foi ainda proposto a revogação, por mútuo acordo e com efeitos reportados a 01 de setembro de 2016, dos contratos interadministrativos celebrados com a Freguesia de Lavos no âmbito do Programa de Expansão e Desenvolvimento da Educação Pré-Escolar, componente de apoio à família, em matéria de fornecimento e acompanhamento de refeições escolares aos Jardins de Infância de Carvalhais, Santa Luzia, Costa de Lavos e Regalheiras, e Escolas Básicas do 1.º Ciclo de Carvalhais, Santa Luzia, Costa de Lavos e Regalheiras.-----

Os serviços propõem ainda a manutenção dos protocolos de cooperação com os Agrupamentos de Escolas Figueira Norte e Figueira Mar, no âmbito do Programa de Expansão e Desenvolvimento da Educação Pré Escolar e Programa de Generalização do Fornecimento de Refeições Escolares aos alunos do 1º Ciclo do Ensino Básico.-----

Esta proposta foi votada favoravelmente em sede de reunião de Câmara de 18 de abril de 2016.-----



PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA perguntou se o Presidente da Câmara ou algum deputado municipal pretendia usar da palavra e como ninguém se inscreveu passou-se de imediato à votação.-----

A Assembleia Municipal, encontrando-se ausentes os membros do Partido Socialista, Mário Menezes Paiva, Manuel Silva Caiano, João Filipe Carronda, Susana Oliveira Monteiro, João Paulo Pinto, e Manuel Rodrigues Nada, da Coligação Somos Figueira, José Pereira Costa, Paulo Querido Rodrigues, Mário Silva Esteves, João Gomes Lopes, Vânia Duarte Batista, Filipe Humberto Dias, e Nuno Miguel Carvalho, do Bloco de Esquerda, João Paulo Tomé, e os Presidentes das Juntas de Freguesia de Bom Sucesso e de Lavos, sob proposta da Câmara e ao abrigo das disposições combinadas das alíneas j) e k) do n.º 1 do art.º 25.º e art.ºs 118.º, 120.º e 133.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e alínea c) do n.º 1 do art.º 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, deliberou, por unanimidade:-----

- 1 - Tomar conhecimento da manutenção em vigor dos contratos interadministrativos celebrados entre o Município da Figueira da Foz e as Freguesias de Alqueidão, Bom Sucesso, Ferreira-a-Nova, Maiorca e São Pedro, delegando-lhe competências no âmbito do Programa de Expansão e Desenvolvimento da Educação Pré-Escolar, componente de apoio à família, em matéria de fornecimento e acompanhamento de refeições escolares aos Jardins de Infância de Alqueidão, Morros, Regateiros, Santana, Maiorca e Gala;
- 2 - Tomar conhecimento da manutenção em vigor dos contratos interadministrativos celebrados entre o Município da Figueira da Foz e as freguesias de Alhadas Alqueidão, Bom Sucesso, Ferreira-a-Nova, Maiorca, Paião e São Pedro, delegando-lhe competências no âmbito do Programa de Generalização das Refeições Escolares aos alunos do 1.º Ciclo do Ensino Básico, em matéria de fornecimento e acompanhamento de refeições escolares às Escolas Básicas do 1.º Ciclo de Brenha, Alqueidão, Castanheiro, Santana, Maiorca, Paião, Sobral, e Gala;-----
- 3 - Autorizar o Município da Figueira da Foz a celebrar contratos interadministrativos com a Freguesia de Ferreira-a-Nova, delegando-lhe competências no âmbito do Programa de Expansão e Desenvolvimento da Educação Pré-Escolar, componente de apoio à família, em matéria de fornecimento e acompanhamento de refeições escolares aos Jardins de Infância de Ferreira-a-Nova, e Tromelgo, e Escola Básica do 1.º Ciclo de Netos;-----
- 4 - Autorizar o Município a revogar, por mútuo acordo e com efeitos reportados a 01 de setembro de 2016, os contratos interadministrativos celebrados com a Freguesia de Lavos no âmbito do Programa de Expansão e Desenvolvimento da Educação



Pré-Escolar, componente de apoio à família, em matéria de fornecimento e acompanhamento de refeições escolares aos Jardins de Infância de Carvalhais, Santa Luzia, Costa de Lavos e Regalheiras, e Escolas Básicas do 1.º Ciclo de Carvalhais, Santa Luzia, Costa de Lavos e Regalheiras;-----

5 - Autorizar o Município da Figueira da Foz a assumir o compromisso plurianual decorrente destes contratos interadministrativos e protocolos de cooperação com os Agrupamentos de Escolas Figueira Norte e Figueira Mar, no âmbito do Programa de Expansão e Desenvolvimento da Educação Pré Escolar e Programa de Generalização do Fornecimento de Refeições Escolares aos alunos do 1º Ciclo do Ensino Básico, pelos anos económicos de 2016 e 2017, os quais não poderão exceder:-----

- Ano económico de 2016 - 135.448,79 € (cento e trinta e cinco mil quatrocentos e quarenta e oito euros e setenta e nove cêntimos), isento Imposto sobre o Valor Acrescentado;-----

- Ano económico de 2016 - 211.588,19 € (duzentos e onze mil quinhentos e oitenta e oito euros e dezanove cêntimos, isento de Imposto sobre o Valor Acrescentado.-

Deliberação aprovada em minuta.-----

5.10 - DINAMIZAÇÃO DO PROLONGAMENTO DE HORÁRIO DA COMPONENTE DE APOIO À FAMÍLIA, NOS JARDINS DE INFÂNCIA DA REDE PÚBLICA, DO MUNICÍPIO DA FIGUEIRA DA FOZ, NO ÂMBITO DO PROGRAMA DE EXPANSÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO PRÉ ESCOLAR - ANO LETIVO 2016/2017

Pela Divisão de Educação e Assuntos Sociais foi proposta a manutenção em vigor dos contratos interadministrativos celebrados entre o Município da Figueira da Foz e as Freguesias de Alqueidão, Bom Sucesso, Ferreira-a-Nova, Maiorca, São Pedro, e Tavarede, delegando-lhe competências no âmbito do Programa de Expansão e Desenvolvimento da Educação Pré-Escolar, componente de apoio à família, em matéria de dinamização do prolongamento de horário nos Jardins de Infância de Alqueidão, Camarção, Morros, Regateiros, Santana, Ferreira-a-Nova, Tromelgo, Maiorca, Gala, e da Escola Básica do 1.º Ciclo S. Julião/Tavarede.-----

Foi ainda proposto a revogação, por mútuo acordo e com efeitos reportados a 01 de setembro de 2016, dos contratos interadministrativos celebrados com a Freguesia de Lavos no âmbito do Programa de Expansão e Desenvolvimento da Educação Pré-Escolar, componente de apoio à família, em matéria de dinamização do prolongamento de horário, nos Jardins de Infância de Carvalhais, Santa Luzia, Costa de Lavos e Regalheiras.-----

Esta proposta foi votada favoravelmente em sede de reunião de Câmara de 18 de abril de 2016.-----



PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA perguntou se o Presidente ou algum deputado municipal pretendia usar da palavra e como ninguém se inscreveu passou-se de imediato à deliberação.-----

A Assembleia Municipal, encontrando-se ausentes os membros do Partido Socialista, Manuel Silva Caiano, João Filipe Carronda, Susana Oliveira Monteiro, João Paulo Pinto, e Manuel Rodrigues Nada, da Coligação Somos Figueira, José Pereira Costa, Paulo Querido Rodrigues, Mário Silva Esteves, João Gomes Lopes, Vânia Duarte Batista, Filipe Humberto Dias, e Nuno Miguel Carvalho, do Bloco de Esquerda, João Paulo Tomé, e os Presidentes das Juntas de Freguesia de Bom Sucesso e de Lavos, sob proposta da Câmara e ao abrigo das disposições combinadas das alíneas j) e k) do n.º 1 do art.º 25.º e art.ºs 118.º, 120.º e 133.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, deliberou, por unanimidade:-----

1 - Tomar conhecimento da manutenção em vigor dos contratos interadministrativos celebrados entre o Município da Figueira da Foz e as Freguesias de Alqueidão, Bom Sucesso, Ferreira-a-Nova, Maiorca, São Pedro, e Tavadede, delegando-lhe competências no âmbito do Programa de Expansão e Desenvolvimento da Educação Pré-Escolar, componente de apoio à família, em matéria de dinamização do prolongamento de horário nos Jardins de Infância de Alqueidão, Camarção, Morros, Regateiros, Santana, Ferreira-a-Nova, Tromelgo, Maiorca, Gala, e da Escola Básica do 1.º Ciclo S. Julião/Tavadede;-----

2 - Autorizar o Município a revogar, por mútuo acordo e com efeitos reportados a 01 de setembro de 2016, os contratos interadministrativos celebrados com a Freguesia de Lavos no âmbito do Programa de Expansão e Desenvolvimento da Educação Pré-Escolar, componente de apoio à família, em matéria de dinamização do prolongamento de horário nos Jardins de Infância de Carvalhais, Santa Luzia, Costa de Lavos e Regalheiras.-----

Deliberação aprovada em minuta.-----

5.11 - PROPOSTA DE REGULAMENTO INTERNO DA ESCOLA DE FORMAÇÃO DE NADADORES-SALVADORES PROFISSIONAIS - FozRESGATE

Pelo Serviço Municipal de Proteção Civil e Bombeiros, foi presente para apreciação e votação o Regulamento Interno da Escola de Formação de Nadadores-Salvadores Profissionais - FozResgate, documento que aqui se dá por integralmente reproduzido constituindo o anexo número sete à presente ata.-----

Este regulamento tem subjacente a saída de legislação aprovando o regime jurídico aplicável ao nadador salvador e à sua atividade, designadamente, a Lei n.º



68/2014, de 29 de agosto, e Portaria n.º 311/2015, de 28 de setembro de 2015, que determina os requisitos habilitacionais específicos de acesso à atividade de nadador-salvador, e remete para as Câmaras Municipais as atribuições de garantir, em articulação com as autoridades administrativas do domínio público hídrico, a assistência a banhistas nos espaços a eles destinados e não concessionados, bem como, de contratar os nadadores-salvadores para as piscinas municipais de uso público.-----

O Município da Figueira da Foz preparou a criação de uma Escola de Formação de Nadadores-salvadores, em colaboração com uma Associação de Nadadores-Salvadores, e o presente Regulamento depois de aprovado, será enviado ao Instituto de Socorros a Náufragos, para a competente certificação.-----

Tão pouco se procedeu à audiência dos interessados, nos termos do art.º 100.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 07 de janeiro, dada a urgência na entrada em vigor do mesmo.-----

Este Regulamento foi votado favoravelmente na reunião de Câmara de 18 de abril de 2016.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada Silvina Anadio Queiroz.-----

SILVINA ANADIO QUEIROZ: "Dou os parabéns ao executivo por ter tomado esta medida que já era mais do que urgente."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: "Percebeu-se esta preocupação, se calhar, até iremos tentar fazer formação para os Concelhos limítrofes, assim o necessitem.-----

De facto, notou-se nesta matéria um certo oportunismo em relação a estas ações de formação, e com a colaboração da Proteção Civil desenvolveu-se este projeto, curiosamente homologado pela Marinha, permitindo à autarquia prestar um bom serviço."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA perguntou se o Presidente ou algum deputado municipal pretendia usar da palavra e como ninguém se inscreveu passou-se de imediato à deliberação.-----

A Assembleia Municipal, encontrando-se ausentes os membros do Partido Socialista, Luis Mendes Ribeiro, Manuel Silva Caiano, João Filipe Carronda, Susana Oliveira Monteiro, João Paulo Pinto, e Manuel Rodrigues Nada, da Coligação Somos Figueira, José Pereira Costa, Paulo Querido Rodrigues, Mário Silva Esteves, João Gomes Lopes, Vânia Duarte Batista, Filipe Humberto Dias, e Nuno Miguel Carvalho, do Bloco de Esquerda, João Paulo Tomé, e os Presidentes das Juntas de Freguesia de Bom Sucesso



e de Lavos, deliberou, por unanimidade, sob proposta da Câmara e ao abrigo do disposto na alínea g) do n.º 1 do art.º 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, aprovar o presente Regulamento Interno da Escola de Formação de Nadadores-Salvadores Profissionais - FozResgate.-----
Deliberação aprovada em minuta.-----

5.12 - LISTAGEM DOS COMPROMISSOS PLURIANUAIS ASSUMIDOS AO ABRIGO DA AUTORIZAÇÃO PRÉVIA GENÉRICA CONCEDIDA PELA ASSEMBLEIA MUNICIPAL EM 14 DE DEZEMBRO DE 2015 - PARA CONHECIMENTO

Pela Subunidade Orgânica de Contratação Pública, foi presente uma informação datada de 05 de abril de 2016, anexando a lista dos contratos celebrados ao abrigo da autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais, concedida por deliberação da Assembleia Municipal de 14 de dezembro de 2015, documento que aqui se dá por integralmente reproduzido constituindo o anexo número oito à presente ata.-----

Este processo foi presente para conhecimento à reunião de Câmara de 11 de abril de 2016.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA perguntou se o Presidente da Câmara ou algum deputado municipal pretendia usar da palavra e como ninguém se inscreveu passou-se de imediato ao ponto seguinte.-----

A Assembleia Municipal, encontrando-se ausentes os membros do Partido Socialista, Luis Mendes Ribeiro, Manuel Silva Caiano, João Filipe Carronda, Susana Oliveira Monteiro, João Paulo Pinto, e Manuel Rodrigues Nada, da Coligação Somos Figueira, José Pereira Costa, Paulo Querido Rodrigues, Mário Silva Esteves, João Gomes Lopes, Vânia Duarte Batista, Filipe Humberto Dias, e Nuno Miguel Carvalho, do Bloco de Esquerda, João Paulo Tomé, e os Presidentes das Juntas de Freguesia de Bom Sucesso e de Lavos, tomou conhecimento dos contratos assumidos pelo Município da Figueira da Foz na abrangência da autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais, concedida por deliberação deste órgão deliberativo de 14 de dezembro de 2015, ao abrigo das disposições emergentes da Lei 8/2012, de 21 de fevereiro, na sua última redação, e do art.º 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA: "Concluída a nossa ordem de trabalhos, colocava à votação a aprovação desta ata em minuta."-----

A Assembleia Municipal, encontrando-se ausentes os membros do Partido Socialista, Luis Mendes Ribeiro, Manuel Silva Caiano, João Filipe Carronda, Susana Oliveira Monteiro, João Paulo Pinto, e Manuel Rodrigues Nada, da Coligação Somos Figueira,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Ata nº 3 da Sessão Ordinária de 29-04-2016

José Pereira Costa, Paulo Querido Rodrigues, Mário Silva Esteves, João Gomes Lopes, Vânia Duarte Batista, Filipe Humberto Dias, e Nuno Miguel Carvalho, do Bloco de Esquerda, João Paulo Tomé, e os Presidentes das Juntas de Freguesia de Bom Sucesso e de Lavos, deliberou, por unanimidade, aprovar esta ata em minuta.-----

E não havendo mais assuntos a tratar, foi pelo Presidente da Assembleia Municipal declarada encerrada a sessão eram vinte horas e quarenta e cinco minutos, da qual, para constar, se lavrou a presente ata, que será previamente distribuída a todos os membros da Assembleia Municipal para posterior aprovação e que vai ser assinada pelo Presidente e pelo Secretário, nos termos da Lei.-----